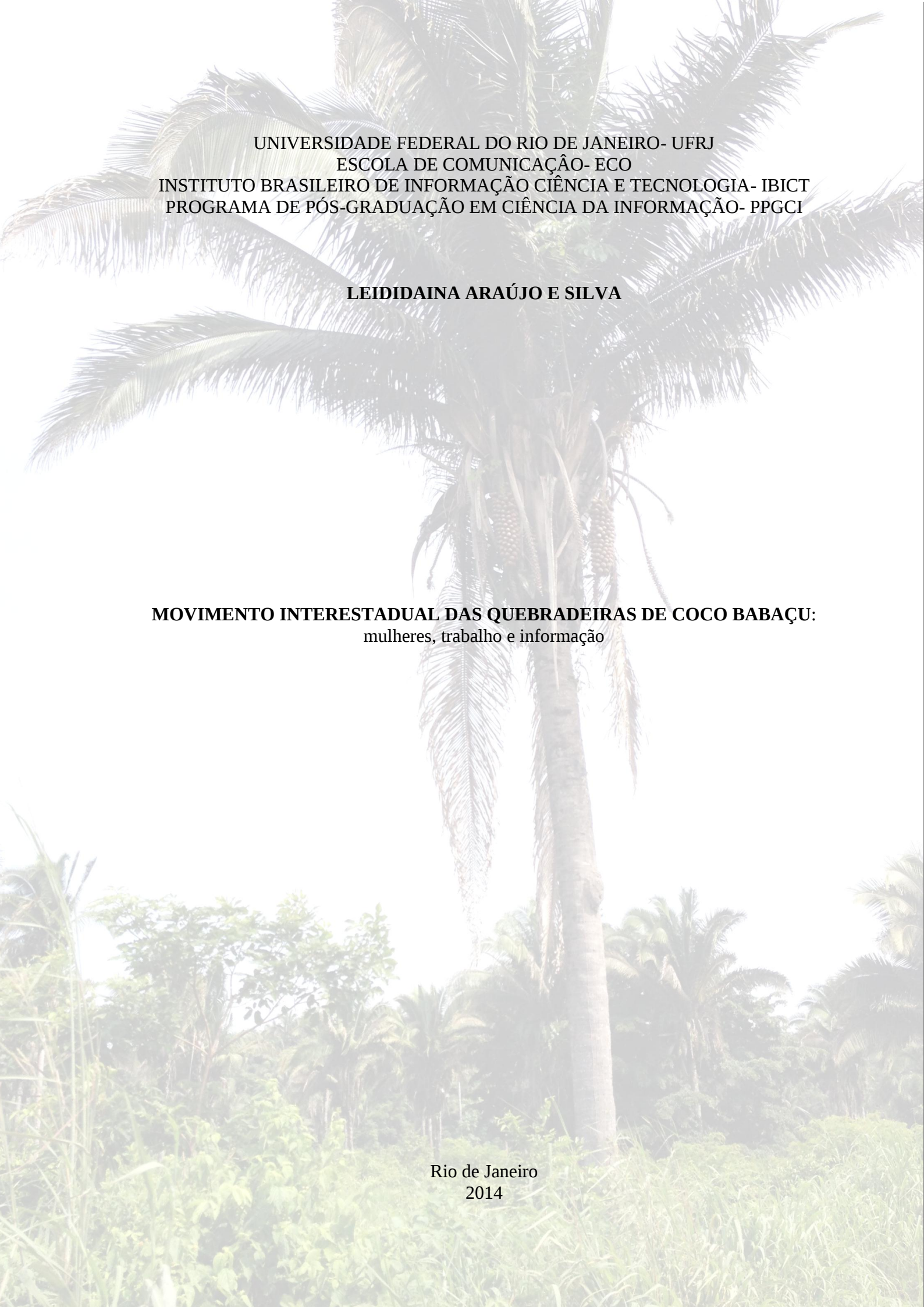


LEIDIDAINA ARAÚJO E SILVA

MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRADEIRAS DE COCO
BABAÇU: mulheres, trabalho e informação

Dissertação de mestrado
Dezembro de 2014





UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO- UFRJ
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO- ECO
INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA- IBICT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO- PPGCI

LEIDIDAINA ARAÚJO E SILVA

MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU:
mulheres, trabalho e informação

Rio de Janeiro
2014

LEIDIDAINA ARAÚJO E SILVA

**MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU:
mulheres, trabalho e informação**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e a Universidade Federal do Rio de Janeiro / Escola de Comunicação, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Orientadora: Gilda Olinto

Rio de Janeiro
2014

S586m Silva, Leididaina Araújo e

Movimento interestadual das quebradeiras de coco babaçu: mulheres, trabalho e informação / Leididaina Araújo e Silva. – Rio de Janeiro, 2014.
102 f.: il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação; Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Comunicação, 2014.

Orientadora: Gilda Olinto.

1. MIQCB 2. Quebradeira de coco babaçu 3. Movimento social de mulheres. 4. Estudo de gênero. 5. Trabalho. 4. Informação. I. Olinto, Gilda (orient.) II. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. III. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Escola de Comunicação . IV. Título.

CDD 303.484 (21.ed.)

LEIDIDAINA ARAÚJO E SILVA

MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU:
mulheres, trabalho e informação

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, convênio entre o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e a Universidade Federal do Rio de Janeiro / Escola de Comunicação, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Aprovada em / /

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Gilda Olinto (Orientadora)
Doutora em Comunicação
PPGCI/IBICT – ECO / UFRJ

Prof. Dr. Ricardo Rezende Figueira
ESS/UFRJ

Prof^a. Dr^a. Liz-Rejane Issberner
PPGCI/IBICT – ECO / UFRJ

Rio de Janeiro
2014

Ao MIQCB.
À minha família.
Ao meu companheiro Rafael.
Aos meus filhos Lucas Eduardo e Luna.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, em primeiro lugar, por nunca me abandonar.

Aos meus filhos Lucas Eduardo e Luna de Oliveira, minhas fontes de inspiração.

Aos meus pais Francisco Silva e Lêda Araújo pela vida, amor e respeito.

Às minhas irmãs queridas: Leidilane Silva, Leididerlane Silva e Leide Cléia Silva. Pelo carinho e amizade. E aos meus sobrinhos Lourran Gustavo, Ana Luiza e Luís Henrique.

Ao meu querido Rafael Rodrigues, que me apoiou e dedicou um pouco do seu tempo para me acompanhar no trabalho de campo - sempre paciente e carinhoso. E ao meu cunhado Renan Rodrigues por ter colaborado com a revisão da dissertação.

Meus sinceros agradecimentos à professora Gilda Olinto, por ter acreditado e aceitado o desafio de me orientar. Agradeço pela orientação, apoio e carinho durante esse processo.

A professora Liz-Rejane, que, com a disciplina *Sustentabilidade Ambiental*, ministrada por ela e o pesquisador francês Philippe Léna, foi um incentivo a mudanças importantes na minha vida. Agradeço ainda os professores Ricardo Rezende e Ricardo Pimenta por terem aceitado o convite para participar da minha banca de Mestrado - foi uma honra dividir com estes professores os resultados da minha pesquisa.

Agradeço ao professor Clovis Montenegro por acreditar em mim e me incentivar a fazer o seletivo para o mestrado. Agradeço também os demais professores e funcionários do Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Ciência e Tecnologia/Universidade Federal do Rio de Janeiro (IBICT/UFRJ), que contribuíram para meu enriquecimento intelectual. Meus agradecimentos especial a Janete Dezidério, sempre atenciosa e prestativa. Agradeço ainda à minha orientadora da graduação, Mary Ferreira, que sempre acreditou no meu potencial acadêmico e me incentivou à educação continuada.

Meus agradecimentos à equipe que trabalha na sede do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), na cidade de São Luís-MA, pelo apoio no período da pesquisa de campo: Flávia Azeredo, Luciene Figueiredo, Antônia Machado, Caroline Magalhães. E os agradecimentos especiais a Maria de Jesus, Maria do Socorro, Maria Regina, Eunice Costa e Helena Silva pelas entrevistas concedidas. Gratidão e toda minha admiração e respeito às essas mulheres quebradeiras de coco babaçu.

Aos colegas de turma, em especial a Rubens Ferreira, Mara Cecília e Ivone Oliveira. Aos demais colegas da turma do mestrado e doutorado do ano de 2013 - não citarei nomes para não cometer o erro de esquecer algum.

À colega conterrânea Elinielle Borges, que me acompanhou nessa jornada, Ceudiane Pavão, que colaborou com a normalização da dissertação, e a todos aqueles que acreditaram nesse sonho e que hoje festejam comigo essa vitória.

O que você espera do MIQCB no futuro?

Ah!, eu espero que a juventude reconheça mesmo o movimento, que a gente deixe o movimento (choro) em outras mãos, mãos dos jovens, porque é assim... A gente que tem 10 anos tem 15 anos de movimento, às vezes a gente fica preocupada de não estar atraindo a juventude, de ter outras coisas que atraindo a juventude, e o meu sonho (choro) é ver a juventude levando esse barco, porque eu, as outras, a gente vai ter um final feliz, mas a gente quer deixar um futuro pro nossos filhos, nossos netos, e outros jovens que vêm, a gente quer deixar uma história garantida, um futuro garantido.

Helena G. da Silva, 44 anos –
Quebradeira de coco babaçu e
coordenadora da Regional do Piauí,
2014.

RESUMO

SILVA, Leididaina Araújo e. **Movimento interestadual das quebradeiras de coco babaçu:** mulheres, trabalho e informação. Orientadora: Gilda Olinto: Rio de Janeiro, 2014. 102f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2014.

Esta dissertação apresenta uma versão da história do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), movimento concebido, fundado e liderado por mulheres camponesas extrativistas: as quebradeiras de coco babaçu. O movimento existe há 23 anos e se organiza em quatro estados da federação (dois da região Nordeste – Maranhão e Piauí – e dois da região Norte – Pará e Tocantins), configurando assim quatro regionais mais a sede, que fica no Maranhão. Destacamos aqui o trabalho de cinco mulheres, coordenadoras/lideranças do MIQCB, no que se refere às questões que vão desde a entrada para o movimento até às questões informacionais relativas ao próprio movimento. Trata-se de uma pesquisa qualitativa envolvendo entrevistas semiestruturadas divididas em cinco blocos temáticos, que alçam destacar os seguintes aspectos: dados demográficos; vivências pessoais; caracterização das regionais; atividades desenvolvidas em cada uma das regionais; e questões informacionais e de comunicação interna e externa dos membros, especialmente no papel das tecnologias de informação e comunicação para a articulação e preservação do movimento. Buscamos recontar, através da visão das cinco lideranças entrevistadas, a história do MIQCB, ressaltando os conflitos e dificuldades, assim como as vitórias e perspectivas para o movimento no futuro. Constatamos que a legalização do movimento, a aprovação da Lei nº 1.959, de agosto de 2008, conhecida como “Lei Babaçu Livre” no estado do Tocantins (nos demais estados o que temos são leis análogas, também conhecidas como “lei babaçu livre”, mas a nível municipal) e a inserção dos produtos derivados da palmeira de babaçu no mercado comercial, marcaram significativamente a história do movimento. Observou-se possibilidades de interlocução entre o movimento organizado de mulheres, a sociedade civil e o governo federal, por meio de projetos e conselhos. Concluímos que as mulheres se consideram fortalecidas enquanto sujeitos e enquanto representantes do movimento; que seus trabalhos são reconhecidos e valorizados dentro do contexto social e político em que estão inseridas; que a comunicação é forte dentro do movimento, apesar de existirem dificuldades de comunicação com os governos estaduais; que as tecnologias de informação e comunicação, principalmente o celular, são de extrema importância para a comunicação, articulação e fortalecimento do grupo; e que há preocupação em preservar as informações e documentações relativas ao saber tradicional das quebradeiras.

Palavras-chave: Mulher e informação. Estudos de gênero. Mulher e trabalho. Movimento social de mulheres. Movimento social Rural. Uso de tecnologia de informação de comunicação.

ABSTRACT

SILVA, Leididaina Araújo e. **Movimento interestadual das quebradeiras de coco babaçu: mulheres, trabalho e informação**. Orientadora: Gilda Olinto: Rio de Janeiro, 2014. 102f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2014.

This dissertation presents the history of Interstate Movement of Babassu breakers (MIQCB), founded and led by women dedicated to this rural extractive activity. The movement has existed for 23 years and is organized in four Brazilian states (two of the Northeast - Maranhão and Piauí and two from North - Para and Tocantins). The study highlights the work of five women, coordinators/MIQCB the leaders in what refers to issues ranging from entry to the movement to informational issues related to movement. This is a qualitative study involving semi-structured interviews divided into five thematic sections focusing on the following aspects: demographic data and personal experience; characterization of regional activities and their role in these activities, informational issues and internal and external communication of the members, as well as the importance of the use of information and communication technologies (ICT) to the movement. The history of MIQCB is retold from the point of view of these five leaders interviewed, highlighting the conflicts and difficulties, as well as the victories and prospects for the movement in the future. Data analyses suggest that the legalization of the movement, the approval of the Free Babassu Law in the state of Tocantins and the integration of products derived from babassu palm tree in the commercial market, significantly marked the history of the movement. Some other aspects highlighted by the study are that these women feel strengthened as members of the movement and that their work is recognized and valued within the social and political context in which they live; that the dialogue between the movement, civil society and the government could be improved through new projects; that communication is strong within the movement although there are communication difficulties with state governments; that ICT use is extremely important for communication, strengthening of the group, and that there is concern to preserve the information and documentation of the relation to traditional knowledge of babassu breakers.

Keywords: Women and information. Gender studies. Women and work. Women's social movement. Rural Social Movement. Use of information and communication technology.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Organograma do MIQCB.....	40
Foto 1 -	Produtos derivados da palmeira de babaçu.....	36
Foto 2 -	A palha de babaçu no telhado e nas barracas.....	36
Foto 3 -	Reunião do Projeto Fundo Babaçu – MIQCB, setembro de 2014.....	43
Foto 4 -	Placas identificando a Reserva Extrativista do Ciriaco e Eunice Costa...	46
Foto 5 -	Helena Silva/Coordenadora da Regional do Piauí.....	47
Foto 6 -	As Marias/Coordenadoras do MIQCB.....	48
Foto 7 -	Arquivo do MIQCB.....	84

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Dados demográficos. Líderes do MIQCB entrevistadas - setembro de 2014.....	45
Tabela 2 -	Entrada no movimento e tempo de participação. Líderes do MIQCB entrevistadas - setembro de 2014.....	50
Tabela 3 -	Impacto da participação para vida pessoal. Líderes do MIQCB entrevistadas - setembro de 2014.....	53
Tabela 4 -	Problemas na relação com o companheiro. Líderes do MIQCB entrevistadas - setembro de 2014.....	54
Tabela 5 -	O MIQCB percebido como um movimento de mulheres. Líderes do MIQCB entrevistadas - setembro de 2014.....	56
Tabela 6 -	Por que a quebra do coco, um trabalho tão pesado, é feita por mulheres. Líderes do MIQCB entrevistadas - setembro de 2014.....	58
Tabela 7 -	O trabalho da quebradeira é visto como complementar ao trabalho do homem. Líderes do MIQCB entrevistadas - setembro de 2014.....	59
Tabela 8 -	Os homens têm ou tiveram papel importante no movimento. Líderes do MIQCB entrevistadas - setembro de 2014.....	61
Tabela 9 -	As principais conquistas do MIQCB. Líderes do MIQCB entrevistadas - setembro de 2014.....	63
Tabela 10 -	Municípios envolvidos, mulheres e homens que participam e mulheres que não participam segundo líderes do MIQCB entrevistadas - setembro de 2014.....	65
Tabela 11 -	Pessoas que trabalham na sede/regional e atividades desenvolvidas segundo líderes do MIQCB entrevistadas - setembro de 2014.....	67
Tabela 12 -	Escolha das coordenadoras e pré-requisito para escolha. Líderes do MIQCB entrevistadas - setembro de 2014.....	70
Tabela 13 -	Papel da coordenadora/liderança segundo líderes do MIQCB entrevistadas - setembro de 2014.....	71
Tabela 14 -	Mudanças no MIQCB com o uso do celular, internet e redes sociais segundo líderes do MIQCB entrevistadas - setembro de 2014.....	74
Tabela 15 -	Essas tecnologias podem trazer novas contribuições para o movimento. Líderes do MIQCB entrevistadas - setembro de 2014.....	77
Tabela 16 -	Comunicação das trabalhadoras na regional, informações tratadas e meio de comunicação segundo líderes do MIQCB entrevistadas - setembro de 2014.....	78
Tabela 17 -	Instituições parceiras e apoiadoras e contato com o governo segundo líderes do MIQCB entrevistadas - setembro de 2014.....	80
Tabela 18 -	Documentação e organização nas regionais segundo líderes do MIQCB entrevistadas - setembro de 2014.....	83
Tabela 19 -	Tipo de aproveitamento do coco conforme local e predominância de produto segundo líderes do MIQCB entrevistadas - setembro de 2014.....	84
Tabela 20 -	O que esperam do movimento no futuro. Líderes do MIQCB entrevistadas - setembro de 2014.....	87

LISTA DE SIGLAS

ACR -	Animação dos Cristãos no Meio Rural
AMTR -	Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais
AMQCB -	Associação de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu
ANMTR -	Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais
AP	Ação Popular
APATO -	Alternativa para Pequena Agricultura no Tocantins
ASMOBIP -	Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Quebradeiras de Coco do Bico do Papagaio
ASSEMA -	Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão
ATARECO -	Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas da Reserva do Ciriaco
ATRAMAG	Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas de Mata Grande
BSI -	Body Shop International
CEB -	Comunidades Eclesiais de Base
CEM -	Coletivos Estaduais de Mulheres
CENTRU -	Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural
CIMQCB -	Cooperativa Interestadual de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu
CLOC -	Coordenadoria Latino-Americana de Organizações do Campo
CONSEA -	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COOPPALJ -	Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco
CPT -	Comissão Pastoral da Terra
CTA -	Conhecimento Tradicional Associado
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EMATER -	Empresa de Assistência Técnica e Rural
FTRE -	Federações de Trabalhadores Rurais dos Estados
GT -	Grupo de Trabalho
INCRA -	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAB -	Movimento dos Atingidos por Barragens
MEB	Movimento de Educação de Base
MIQCB -	Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
MMA -	Movimento de Mulheres Agricultoras
MMC -	Movimento de Mulheres Camponesas
MMTR -	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais
MMTR-RS -	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais no Rio Grande do Sul
MPA -	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST -	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
PRONERA -	Programa de Educação e Alfabetização para Jovens e Adultos em Áreas de Reforma Agrária
RMT-NE -	Rede de Mulheres Trabalhadoras do Nordeste
STR	Sindicato de Trabalhadores Rurais
STTR -	Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
SMDH -	Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos
TIC -	Tecnologia de Informação e Comunicação
UFMA -	Universidade Federal do Maranhão

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
2	MULHERES CAMPONESAS E MOVIMENTOS SOCIAIS.....	15
2.1	Mulheres e desigualdades no meio rural e na sociedade contemporânea	15
2.2	Mulheres, informação e empoderamento.....	18
2.3	Movimentos de mulheres no meio rural no Brasil.....	20
2.3.1	Líderes e vítimas da luta pela terra nas regiões Norte e Nordeste do Brasil	25
3	MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU (MIQCB).....	29
3.1	Dados históricos e situação atual.....	29
3.1.1	Relações políticas e sociais.....	33
3.1.2	O processo de trabalho e os tipos de produtos.....	35
3.1.3	O site do MIQCB como fonte de informação.....	36
4	O ESTUDO DAS LIDERANÇAS/COORDENADORAS DO MIQCB: procedimentos metodológicos e levantamento de dados.....	39
4.1	Mapeamento do campo de estudo.....	40
4.2	O roteiro das entrevistas semi-estruturadas.....	41
4.3	A realização das entrevistas.....	43
5	ANÁLISE DAS ENTREVISTAS.....	45
5.1	Características das entrevistadas.....	45
5.2	O MIQCB como um movimento de mulheres e suas principais conquistas.....	56
5.3	As atividades das regionais e da sede.....	65
5.4	Informação, comunicação e documentação.....	72
5.5	As perspectivas do movimento e do aproveitamento do coco.....	84
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
	REFERÊNCIAS.....	94
	APÊNDICE.....	99

1 INTRODUÇÃO

O Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) teve início nos últimos anos da década de 80 do século XX após diversos conflitos em terras maranhenses, mais precisamente na região conhecida como Médio Mearim¹. O estopim para os diversos conflitos pela posse de terras – conforme Almeida (1995), Shiraishi Neto (2005) e Barbosa (2007) explicitam – se deu com a aprovação da Lei n. 2.979/17, de 17 de julho de 1969, conhecida como “Lei Sarney de Terra”. Essa lei dava respaldo legal à privatização das terras públicas do Estado do Maranhão e incentivava os projetos agropecuários e agroindustriais, limitando o acesso das famílias rurais a áreas de babaçuais.

Os trabalhadores rurais, e mais precisamente as quebradeiras de coco babaçu que viviam do extrativismo e tinham livre acesso às áreas de babaçuais, foram prejudicados e decidiram reagir. A partir daí muitas mulheres que já participavam de grupos organizados pela Igreja Católica – como os clubes de mães, os grupos de jovens, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), os grupos de trabalhos organizados, como é o caso das quebradeiras que saíam em grupos para realizarem o trabalho da quebra do coco babaçu dentro das matas de babaçuais – criam a Associação de Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu (AMQCB). Conforme Maria Adelina Chagas, uma das fundadoras do movimento, somente em 1991 essa associação veio a ser oficializada, com o primeiro Encontro Interestadual do Movimento das Quebradeiras de Coco, onde reuniram-se em torno de 250 mulheres (quebradeiras de coco, castanheiras, agricultoras, lavradoras, rendeiras, etc.). A partir de 1995 a associação passou a se chamar oficialmente Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB (CHAGAS apud BARBOSA, 2007).

Considerando que movimentos sociais, como o das quebradeiras de coco aqui mencionado, resultam de um constructo de informações regionais e locais, as quais representam a sua história, intencionamos conhecer as mulheres que fazem parte desse movimento, o trabalho que elas desenvolvem, como se organizam e como trocam informações, além de analisar a documentação gerada pelo movimento nos seus 23 anos de existência.

Nesse sentido, o nosso tema de pesquisa é o próprio MIQCB. Buscamos pesquisar sua organização e disposição, bem como identificar os meios e recursos tecnológicos de informação e comunicação utilizados atualmente pelo movimento para

¹Uma microrregião localizada no centro do Estado do Maranhão que contempla 21 municípios.

trocar informações. Isso, tanto entre os agente internos de determinada regional quanto em relação destes com a comunidade externa, ou seja, entre as regionais – dado que o movimento encontra-se organizado em quatro Estados da Federação, sendo dois da Região Norte (Pará e Tocantins) e dois da Região Nordeste (Maranhão e Piauí). Frisamos, desde já, nosso entendimento de que o uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) em movimentos sociais diversos, contribuem para sua articulação e fortalecimento.

O interesse pelo tema reflete minha própria origem e vivência em ambiente rural, com poucos recursos, principalmente informacionais, no estado do Maranhão. Nasci na cidade de Caxias-MA, onde presenciei durante minha infância, minha mãe, avó e tias quebrando coco para o sustento da família. Inserem-se nesse contexto, informações sobre os diversos movimentos criados pelas comunidades, entre elas, informações sobre as quebradeiras de coco babaçu.

Nossa atenção também se voltou para a diversidade e abrangência dos movimentos sociais criados por mulheres de norte a sul do Brasil, tais como o Movimento de Mulheres Camponesas, que hoje é mais consolidado no Sul, e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais, que se encontra consolidado em todo o Brasil só que sendo mais forte no Nordeste. Destacamos também questões relacionadas à documentação, uso da informação, acesso e uso das TIC, além de questões relacionadas às desigualdades de gênero, étnico-raciais e empoderamento das trabalhadoras rurais, isto é, aqui tratamos com grupos e indivíduos pertencentes às classes menos favorecidas social, geográfica e economicamente.

Como referencial teórico utilizamos alguns autores/pesquisadores que desenvolveram e desenvolvem pesquisas abordando as questões de gênero e trabalho, gênero e informação, notadamente o uso das TIC para o empoderamento dos grupos em desvantagem social e das mulheres. Dentre os quais destaco Logan (2012), Veloso (2011), Albagli e Maciel (2011), González de Gómez (2006), Bourdieu (2012) D´Araujo (2003), Antunes (2006), Sales (2007) e Olinto e Oliveira (2004). O levantamento e a análise da literatura sobre o próprio MIQCB será também um dos pontos destacados neste estudo.

Após esta breve introdução, o segundo capítulo trata do referencial teórico utilizado para fundamentação do estudo de forma mais detalhada: abordamos a visão de alguns estudiosos sobre os movimentos sociais de mulheres camponesas no Brasil, especialmente a partir da década de 1980. Tratamos também sobre a posição das mulheres na sociedade contemporânea, com foco voltado para os aspectos informacionais e de empoderamento. E, por fim, relatamos alguns (dentre tantos) casos de homens e mulheres

militantes que perderam suas vidas de forma covarde, vitimadas no processo de luta pela terra nas regiões Norte e Nordeste do Brasil.

O terceiro capítulo apresenta o campo de estudo: o MIQCB com dados históricos e sua situação atual, bem como as relações políticas e sociais estabelecidas pelo movimento desde o início, abordando a importância dessas relações para a criação e o fortalecimento do movimento. Trataremos desde os conflitos iniciais pela posse de terra até a legalização do MIQCB e o reconhecimento da profissão quebradeira de coco. Este capítulo apresenta ainda, o processo de trabalho das quebradeiras de coco babaçu e os tipos de produtos derivados da palmeira de babaçu.

No quarto capítulo apresentamos o estudo das lideranças/coordenadoras e os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento da pesquisa documental e de campo. Neste capítulo, fazemos um mapeamento do campo de estudo e apresentamos o formato das entrevistas (semiestruturadas) que foram realizadas com cinco coordenadoras/lideranças do MIQCB: a coordenadora geral e uma representante de cada estado que integram o movimento: Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins. A pesquisa também se utilizou de documentos contemporâneos e retrospectivos, impressos ou não, que registraram a criação e o desenvolvimento do movimento de quebradeiras de coco babaçu nos estados do Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins.

O quinto capítulo consiste na análise das entrevistas. Nele, apresentamos quem são nossas entrevistadas e quais as perspectivas que as mesmas têm sobre o futuro do movimento. Destacamos a visão dessas mulheres, que são coordenadoras/lideranças e quebradeiras de coco babaçu, sobre quais são as principais conquistas do MIQCB nesses seus 23 anos de existência. Abordamos questões sobre as atividades realizadas na sede e nas regionais; sobre os aspectos informacionais que permeiam o movimento no âmbito interno e externo; sobre os meios de comunicação utilizados entre os membros, parceiros e apoiadores; sobre as contribuições das TIC para a articulação, fortalecimento e desenvolvimento do movimento; e sobre os tipos de documentos gerados e a organização dessa documentação. Destacamos ainda os tipos de produtos e o aproveitamento do coco.

O sexto e último capítulo se atém às considerações finais relativas ao estudo. Apresentamos as dificuldades encontrados no decorrer da pesquisa, os resultados obtidos, pontos positivos e negativos, além da relevância desse estudo para área de Ciência da Informação.

2 MULHERES CAMPONESAS E MOVIMENTOS SOCIAIS

O foco de nosso estudo é um movimento de mulheres camponesas bem sucedido, resultante da iniciativa de organização de uma atividade econômica inserida em contexto de pobreza extrema, no meio rural das regiões Norte e Nordeste do Brasil, com indicadores econômicos e sociais precários e, além disso, basicamente executada por um segmento também socialmente e economicamente desprivilegiado: as mulheres. Trata-se, portanto, de uma reação a uma situação em que se sobrepõem condições de desigualdades: desigualdades econômicas-sociais e desigualdades de gênero e no trabalho. Consideramos que a descrição e análise de recursos informacionais utilizados nesses movimentos podem contribuir para identificação de processos que favorecem a superação dessas diversas desigualdades que afetam as mulheres na contemporaneidade.

Abordamos, a seguir, brevemente, alguns autores que destacam a questão das desigualdades de gênero na família e no trabalho na sociedade contemporânea, incluindo o trabalho das mulheres no meio rural. Como a informação, e notadamente o uso das TIC, podem contribuir para a superação de desigualdades sociais e para o empoderamento das mulheres é um assunto também abordado. Além de abordar a literatura que trata dos movimentos de mulheres camponesas no meio rural no Brasil é outro tema aqui considerado.

2.1 Mulheres e desigualdades no meio rural e na sociedade contemporânea

Ao que consta na literatura o ranço do patriarcalismo no meio rural ainda se faz presente. Bursztyrn (2008, p. 41) ressalta que “[...] é a partir das relações patriarcalistas da sociedade patriarcal que a estrutura social rural se constitui. O patriarcalismo se torna um mecanismo ideológico e social fundamental para contrabalançar o autoritarismo tanto do Estado como do patriarca local.” O que vale para o meio rural em geral, como explicitado, também se aplica a comunidades rurais do Norte e Nordeste do país. Diante dessas relações sociais desfavoráveis às mulheres torna-se difícil a sua luta por mais autonomia, pelo reconhecimento profissional, por igualdade de gênero e, conseqüentemente, empoderamento. Tais lutas objetivam romper com esse modelo de sociedade, onde o homem deve ser o único provedor do lar, e cuja autoridade define as relações familiares, assim como relações sociais e políticas em geral.

Segundo Albuquerque Junior (2013, p. 125), Gilberto Freyre propôs o uso do conceito de família patriarcal “[...] para descrever as relações familiares no Brasil, desde o

período colonial até o final do século XIX, quanto esta teria entrado em declínio, para ser substituída paulatinamente pela família nuclear burguesa [...]”. Para o autor, o conceito de patriarcalismo em Freyre não pretende apenas descrever um modelo de família ou forma de relação entre gêneros, ele tem a pretensão de descrever toda uma ordem social, na qual o poder patriarcal e a família seriam os elementos nucleares.

O patriarcalismo, sociedade do poder masculino, do império dos pais, assentada em relações paternalistas, de filhotismo e apadrinhamento, sociedade das parentelas, ia sendo modificada por um processo que é visto como de desvirilização, de declínio de um modelo de masculinidade, período de confusão entre as fronteiras de gêneros, em que as mulheres precisam assumir lugares antes reservados aos homens. (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2013, p. 130).

Historicamente, a divisão de trabalho numa perspectiva de gênero sempre existiu. As mulheres sempre foram associadas à reprodução e aos afazeres domésticos. Os homens estiveram sempre relacionados ao trabalho fora de casa e sendo vistos como os provedores da família. [à mulher caberia, então, o espaço privado, enquanto para o homem caberia o espaço público].

Este tipo de análise se adéqua às características do trabalho das mulheres quebradeiras de coco, conforme posteriormente descrito. Barbosa (2005) ressalta que a idealização do homem como chefe de família e, portanto, provedor, contribui para que a renda feminina do extrativismo seja vista apenas como uma mera ajuda na manutenção familiar.

Conforme estudo de Olinto e Oliveira (2004), a proporção de mulheres na categoria trabalho informal é bastante considerável no Brasil e muito superior a dos homens, o que reflete diretamente na invisibilidade do trabalho da mulher e em sua participação na economia brasileira. As autoras ressaltam ainda que as diferenças salariais entre gêneros tende a ser maior entre os que trabalham na categoria de trabalho informal. Isso ocorre principalmente quando esse trabalho informal é exercido no ambiente doméstico, pois este tende a se misturar a atividades que as mulheres já desenvolvem em suas residências.

Neves (2011) de acordo com a OIT², relata que as desigualdades das mulheres no mercado persistem, pois existe um forte contingente feminino concentrado nas atividades de serviços precarizados, recebendo remunerações mais baixas, principalmente no trabalho doméstico. Ainda de acordo com a OIT, o trabalho das mulheres desenvolvido no ambiente doméstico é caracterizado por baixa proteção salarial e condições inadequadas de trabalho. Para a referida organização, a igualdade de gênero é uma questão de justiça social e se funda

²Organização Internacional do Trabalho.

nos campos dos direitos e da eficiência econômica. Quando todos os atores da sociedade podem participar formalmente do trabalho aumentam as possibilidades de alcançar justiça social, crescimento econômico e desenvolvimento (NEVES, 2011).

Para Melo e Sabbato (2011), não se pode ignorar as grandes conquistas da mulher na contemporaneidade: o século XX registrou mudanças significativas na sociedade, relativas à inserção crescente das mulheres no mercado de trabalho e nos espaços de poder. Os autores consideram, no entanto, que é importante assinalar que essa mulher “emergente” ainda mantém uma interdependência entre vida familiar e vida do trabalho, que se fundem numa mesma dinâmica. Essa dinâmica para o sexo feminino não é vivida pela maioria dos homens. Essa evidência remete, por sua vez, as denúncias feitas pelos movimentos de mulheres sobre a invisibilidade do trabalho feminino e sobre as desigualdades que caracterizam sua inserção produtiva: rendimentos inferiores, direitos previdenciários negados, obstáculos aos planos de ascensão a cargos de chefias, etc. É nesse sentido que o invisível é desvendado no plano simbólico, quando se caracterizam os afazeres domésticos como trabalho complementar, acessório, de ajuda (MELO; SABBATO, 2011).

Para Faria (2011), o debate sobre a autonomia econômica das mulheres traz elementos recorrentes e referentes à desigualdade de acesso à renda, à invisibilidade do trabalho de mulheres e ao fato de que são as principais responsáveis pelo trabalho doméstico e de cuidados com crianças, doentes, idosos, etc. Ainda segundo o autor, nas áreas rurais as relações patriarcais fazem com que a família seja compreendida como um todo homogêneo, em que o homem representa os interesses do conjunto e detém o poder de decisão. Dessa forma, a partir da família, se organiza uma hierarquia de gênero e geração centrada no poder dos homens sobre as mulheres e filhos (as). O rompimento deste *status quo* deve, para Vera Soares (2011), contar com a contribuição do estado:

Para a construção da igualdade no mercado de trabalho e para o exercício da autonomia das mulheres, se faz necessário uma ação determinada do Estado, criando tanto ações que interfiram diretamente nas relações de trabalho, com políticas ativas de emprego como a inclusão de cláusulas nas negociações coletivas que contemple este princípio. Além disso, é preciso implementar políticas sociais que deem suporte a essa construção. As políticas sociais que pretendem criar condições de igualdade e autonomia nessa área devem incluir medidas destinadas a assegurar que trabalhadores e trabalhadoras tenham facilidades iguais ou equivalentes para formação profissional, treinamento e acesso a empregos e ocupações. (SOARES, 2011, p. 291).

Nesse contexto, o surgimento das cooperativas é especialmente relevante para a valorização das mulheres. Ao referirem-se a este assunto, Lima et al. (2007), mostram o trabalho das mulheres nas cooperativas e associações na região metropolitana de Belém do

Pará, através de pesquisa desenvolvida em nove cooperativas. Os autores nos revelam que a maioria dos cooperados são mulheres, [e conclui que isso se deve] o que evidencia que as mesmas ingressam no trabalho associativista devido à dificuldade de se inserirem no mercado de trabalho formal.

Em pesquisa realizada no ano de 2006, Lima et al (2007) entrevistaram 71 membros das cooperativas. Os respondentes ressaltaram a importância do trabalho nas cooperativas como forma de complementar a renda familiar: 64% das entrevistadas afirmaram que já haviam ingressado no mercado de trabalho antes de ingressar no trabalho em cooperativas. No entanto, as atividades por elas desenvolvidas eram aquelas que não exigiam um maior nível de escolaridade, tais como: faxineira, camareira de hotel, doméstica, promotora de vendas, confecção de bombons, vendedora ambulante, comerciante, cabeleireira, etc.

Em suma, a superação da desigualdade de gênero no acesso ao mercado de trabalho pode ser considerada como intimamente relacionada a um processo mais abrangente de emancipação da mulher envolvendo mudanças profundas nas relações familiares.

2.2 Mulheres, informação e empoderamento

Apesar da Constituição Federal de 1988 ter reconhecido a igualdade entre homens e mulheres na família e de ter estabelecido igualdade de direitos entre ambos na obtenção de títulos de domínio, ou de concessão, de uso de terras para fins de reforma agrária, as mulheres enfrentam obstáculos neste processo. Obstáculos como, por exemplo, a falta de documentos – principalmente em contextos de baixo nível de instrução e escolaridade, o que as impossibilita de lidar com atividades como abrir conta bancária, ler e assinar documentos, por exemplo.

O reconhecimento legal das mulheres na produção da agricultura familiar foi um grande passo, mas além das leis se faz necessário um conjunto de ações paralelas que empoderem as mulheres. Para que possam, de fato, usufruir seus direitos conquistados. Reconhece-se que ainda é grande a burocratização que envolve os programas de crédito, o que dificulta o acesso das mulheres a esses programas.

Para a superação dessas desigualdades de gênero a atuação no campo da informação, com a contribuição das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), tende a ser reconhecida como um recurso importante na atualidade. Para Logan (2012), é difícil contestar que vivemos a era da informação, bem como a existência de uma vasta gama de tecnologias à disposição para gerar, comunicar, interpretar e explorar a informação. Para

Veloso (2011), a apropriação das TIC em processos de trabalho pode assumir um caráter estratégico, possibilitando melhorias e avanços significativos nas diversas práticas às quais este recurso pode ser incorporado, proporcionando dentre outros fatores, a viabilização de avanços na luta pela defesa de direitos, pela ampliação e consolidação da cidadania e pelo aprofundamento da democracia.

As TIC potencializaram a constituição de redes que conectam ideias, experiências, sujeitos e instituições; os quais, organizados a partir de relações horizontais, desencadeiam fluxos de interações, organizações, produções, conhecimentos, competências e aprendizagens (BONILA, 2005 apud VELOSO, 2011). Sendo assim, as TIC podem contribuir para a diminuição das desigualdades sociais. Trata-se de um potencial estratégico que pode se voltar, não apenas para os interesses dos segmentos dominantes da sociedade, mas também contribuir para a construção de um projeto de sociedade que confere prioridade às demandas provenientes dos segmentos majoritários da população.

Segundo Albagli e Maciel (2011) há quem dê ênfase a novas desigualdades sociais e econômicas associadas a difusão das tecnologias de informação e comunicação (TIC). Entretanto, para as autoras, grande parte da literatura enfatiza positivamente o papel atual dos espaços digitais – como ambientes propícios à comunicação da informação em rede, para a difusão e adoção de formas e estratégias de produção e colaboração social não proprietários, não mercantis, com maior autonomia dos participantes e em formatos não necessariamente estruturados e hierarquizados.

Para González de Gómez (2006, p. 29), “[...] as mudanças do papel do conhecimento, da comunicação e da informação no mundo contemporâneo, propiciaram um rico espaço intermediário no qual estudiosos das ciências do conhecimento, da linguagem e da informação encontraram-se lado a lado na construção de seus objetos [...]”. Neste contexto, estudiosos da economia, da política, da sociologia, convergem na demanda por novos esforços e entendimentos, novas questões e possibilidades importantes de elucidação. Ainda, segundo a autora, em diferentes momentos a informação foi tematizada como expressão de um domínio em que se resolveriam alguns dos principais problemas de integração das sociedades modernas, envolvendo intercâmbio de conhecimentos, de práticas de pesquisa, de meios e linguagens.

Nos auxilia em muito trazer à discussão o conceito de capital social. Para Bourdieu (2012) o capital social representa o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados a posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação em um

grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns, mas também são unidos por ligações permanentes e úteis. Vale ressaltar que para autores como Putnam, Coleman e Bourdieu, o capital social, baseado na interação dentro de grupos, ou entre grupos, é elemento básico da democracia e da cidadania, sendo capaz de promover a confiança mútua e o desenvolvimento de comunidades.

Para D'Araujo (2003), capital social reflete uma maneira integrada de agir e de interagir que têm na confiança e na cooperação as moedas da boa sociedade. Corroborando neste sentido, temos Junqueira e Trez (2005), que consideram que o capital social e a cultura são formados a partir das pessoas, das famílias e dos grupos; ou seja, onde estão presentes os conceitos de cooperação, confiança, identidade, comunidade e amizade.

O tema capital social tem sido constantemente abordado em diversas áreas do conhecimento. Conforme Olinto e Medeiros (2013), temas bastante distintos como as relações de poder, as desigualdades sociais, o desenvolvimento comunitário e a inovação em processos econômicos e organizacionais tem sido abordados pela ótica de capital social. No entanto, o capital social ainda não tem sido tematizado em estudos sobre benefícios que podem trazer para os movimentos de mulheres.

Para Antunes (2006) o tortuoso caminho de empoderamento trilhado pelas quebradeiras de coco babaçu nas esferas sociais, políticas e econômicas produziu conquistas importantes que melhoraram a vida daquelas mulheres. No Maranhão o MIQCB levou as mulheres trabalhadoras rurais a se fortalecer como grupo, a enfrentarem seus maridos/companheiros em busca de empoderamento e de autonomia. Foram à luta nos babaçuais e nos conflitos pela terra. Vale frisar que esse processo de lutas teve início com a participação das mulheres nos clubes de mães e nos grupos de quebra de coco coletiva.

Essas conquistas não envolvem, necessariamente, todos os aspectos da vida dessas mulheres. Conforme Antunes (2006), algumas tornam-se lideranças empoderadas e esposas desempoderadas, sendo essa a estranha história de algumas quebradeiras de coco babaçu. Parece que essas mulheres mudam de papéis ao entrarem em suas casas, deixando todo o poder alcançado na esfera coletiva do lado de fora. É triste essa realidade, mas é o que conseguimos perceber na literatura que aborda esses processos de lutas das mulheres quebradeiras de coco babaçu. A realidade do empoderamento ainda é para poucas e ganha diferentes contornos conforme a esferas da vida social em questão.

2.3 Movimentos de mulheres no meio rural no Brasil

De certa forma, podemos considerar que a inserção das trabalhadoras rurais nos movimentos sociais contribuiu para o amadurecimento destas enquanto sujeito político e social, rompendo sua invisibilidade como trabalhadora. Ressaltamos a década de 80 como marco para o despertar das mulheres para as lutas sociais e políticas em busca de seus direitos, como destaca Sales (2007). Segundo a autora, na segunda metade da década de 80, a luta das trabalhadoras rurais abre novos espaços políticos. Naquela época, as principais reivindicações das mulheres eram pela sindicalização, documentação e participação política. A autora comenta ainda que os anos 90 são um período de adesão às discussões sobre desigualdades de gênero, a exemplo da Igreja Católica que teve sua campanha da Fraternidade de 1990 com o seguinte tema: “Deus quer homem e mulher como companheiros, iguais nos direitos porque os dois são imagem e semelhança d’Ele”. Esta campanha foi um incentivo ao debate sobre a condição da mulher, tanto no campo como na cidade.

Em estudo realizado no Ceará sobre a questão do trabalho da mulher no campo, Sales (2007) afirma que as organizações de trabalhadoras rurais do Ceará estimulam suas lideranças a pensarem sobre as desigualdades de gênero, e a partir desse olhar, as trabalhadoras começam a discutir sobre a invisibilidade do seu trabalho na agricultura familiar camponesa. Através dessas organizações, as trabalhadoras rurais são levadas a adquirir consciência de que as atividades produtivas desenvolvidas no grupo familiar têm um significado econômico; não sendo simplesmente uma “ajuda” como seus companheiros tendem a classificar.

Também contribuíram para o empoderamento, para a mudança de comportamento e para a atuação organizada da mulher no meio rural brasileiro, alguns movimentos sociais de destaque e grande repercussão, notadamente o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR). Movimentos que certamente tiveram influência na formação do MIQCB.

O MMC e o MMTR abrangem diversas regiões do Brasil, estando ainda presentes em vários estados brasileiros, sendo que o MMC é mais consolidado nas regiões Sul e Sudeste assim como o MMTR nas regiões Norte e Nordeste. A importância desses dois movimentos é destacada pelo Dossiê “Mulheres e meio ambiente” publicado no ano de 2010 no periódico “Revista Estudos Feministas.”³

³O periódico “Revista Estudos Feministas” é sediado no Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH) e no Centro de Comunicação e Expressão (CCE) da Universidade Federal de Santa Catarina, é um periódico indexado e interdisciplinar, de circulação nacional e internacional. Tem publicação quadrimestral, em português e espanhol.

O referido dossiê traz abordagens sobre mulheres protagonistas em questões ambientais, políticas e sociais, além de fazer remissivas a outros importantes trabalhos sobre meio ambiente, na perspectiva das mulheres (“Memórias do Planeta Fêmea”; “Ecos feminismos na ECO-92”; “Desenvolvimento sustentável com a perspectiva de gênero – Brasil, México e Cuba: mulheres protagonistas no meio rural”; “A construção de uma agenda para as questões de gênero, desastres socioambientais e desenvolvimento”; “Mulheres da floresta do Vale do Guaporé e suas interações com o meio ambiente” e “Intelectuais & militantes e as possibilidades de diálogo”). Para compreender os referidos movimentos foram analisados estudos (entre artigos, dossiês, resenhas, ensaio e ponto de vista) publicados em periódicos nacionais (principalmente no periódico “Revista Estudos Feministas”). Tais estudos foram realizados entre os anos de 1992 a 2013.

Brumer e Paulilo (2004) consideram que o MMC decorre do Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA) criado na década de 1980 no Estado de Santa Catarina. Porém, foi apenas em 2004 que o MMC Brasil se consolidou, unificando vários grupos estaduais (BOSETTI, 2010). Atualmente o MMC se organiza em dezoito estados brasileiros, sendo que sua instância máxima de decisões é o congresso nacional que acontece a cada três anos. Seu escritório tem sede em Brasília e sua Secretaria Nacional na cidade de Passo Fundo no Rio Grande do Sul.

Percebemos na literatura que uma pergunta é recorrente ao MMC. Por que a mudança de nomenclatura, em 2004, para MMC, se o movimento já era conhecido e consolidado nacionalmente como MMTR? Quem responde a questão é uma militante/liderança do movimento. Segundo ela, a explicação é que “[...] a palavra camponês se refere a todos que estão no campo: produtores rurais, meeiros, agregados, quebradeiras de coco, cortadores de cana, etc.” (PAULILO; SILVA, 2007). Ou seja, o termo camponês abrange um universo maior de pessoas – todos aqueles que estão vivendo ou trabalhando no campo –, não se restringindo apenas às pessoas que lutam por um pedaço de terra.

Nos anos finais da década de 1980 vários MMTRs estaduais foram surgindo e, com isso, houve um crescimento da participação de mulheres no movimento sindicalista rural. De acordo com Deere (2004) as raízes do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais no Nordeste (MMTR-NE) se deu em reuniões realizadas nos municípios de Brejo, Paraíba e Serra Talhada no Sertão Central, no estado de Pernambuco. Isso se deu entre os anos de 1982 e 1983. O motivo das reuniões era discutir uma seca prolongada que vinha assolando a região. Após essas reuniões, oficialmente em 1984, foi fundado o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central – que além dos problemas com a seca também trazia a

necessidade de aumentar a participação das mulheres trabalhadoras rurais nos movimentos sindicalistas.

Segundo Brumer e Paulilo (2001), data de 1989 o surgimento do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais no Rio Grande do Sul (MMTR-RS), e, pelos relatos, esse foi um movimento que já nasceu fortalecido em quantidade: na ocasião do seu surgimento o movimento contou com cerca de 500 militantes, sendo que muitas delas já dispunham de experiências anteriores com atividades que realizavam em igrejas, sindicatos, etc.

O MMTR está presente nos nove estados da Região Nordeste, bem como em outros estados brasileiros. De acordo com Cordeiro e Scott (2007), no Norte e Nordeste, as ações políticas das mulheres nos contextos rurais contemplam uma agenda bastante ampla, além das questões agrárias, trabalhistas e previdenciárias, as mulheres realizam encontros, seminários e oficinas sobre violência, saúde, geração de renda, meio ambiente, direitos sexuais e reprodutivos, entre outros temas. Tal pensamento reforça a ideia de que as mulheres camponesas que participam desses movimentos estão cientes sobre seus direitos e deveres enquanto cidadãs brasileiras, e que o fato de morarem no campo e assumirem uma identidade camponesa nem sempre as deixam alienadas quanto as reivindicações desses direitos.

Conforme apresentação do MMC e do MMTR, a década de 80 foi uma década ímpar no que diz respeito ao despertar das mulheres do campo para as lutas e reivindicações de seus direitos individuais e coletivos. Ou seja, durante toda a década de 80 vários MMCs e MMTRs foram fundados. Por conta disso, nos anos iniciais da década de 90 houve esforços para unificar esses movimentos estaduais em uma aliança nacional. Conforme Lisboa e Lusa (2010) em 1995 por meio da Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR) alcançou-se o tão almejado objetivo de formar uma aliança nacional. Ou seja, hoje a ANMTR é formada pelos MMTRs estaduais e agrega outros movimentos, associações, órgãos, instituições e entidades, tais como: Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e Movimento dos Trabalhadores Rurais (MST), entre outros. Ressaltando que todos aqui citados estão engajados nas lutas pelo campo, pela terra.

Vale ressaltar ainda, que no contexto internacional a ANMTR é membro da Via Campesina⁴ e da Coordenadoria Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC). No

⁴ É um movimento internacional de camponeses, pequenos e médios produtores, mulheres rurais, sem terra, indígenas, juventude rural e trabalhadores agrícolas. Defendem os valores e os interesses básicos de seus membros. É um movimento autônomo, plural, multicultural, independente, sem nenhuma filiação, econômica ou de outro tipo. As 148 organizações que formam a Via Campesina são de 69 países da Ásia, África, Europa e das Américas. (SALVARO; LAGO; WOLF, 2013).

ano de 1997, a ANMTR lançou uma importante campanha em âmbito nacional, intitulada “Nenhuma trabalhadora rural sem documentos”, na qual foram distribuídas cartilhas de informação/formação em vinte e um estados brasileiros. O objetivo da campanha era fazer com que todas as trabalhadoras rurais regularizassem seus documentos pessoais e profissionais, ou seja, saíssem do anonimato e passassem a existir legalmente perante a sociedade.

Convém mencionar também as palavras de Sales (2007), quando aponta que somente no ano de 1985 ocorreram 12 encontros de mulheres trabalhadoras rurais nas mais diversas regiões do país. E que em novembro de 1986, as mulheres rurais realizaram em Brasília o primeiro Encontro Nacional de Trabalhadoras Rurais. A partir dessas informações podemos perceber quão forte foram os movimentos surgidos na década de 1980. Além do MMC e MMTR e da já mencionada Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR) podem-se citar outros importantes movimentos, associações, órgãos, instituições e entidades de mulheres trabalhadoras rurais/camponesas, tais como: Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Coordenadoria Latino-Americana de Organizações do Campo (CLOC), Coletivos Estaduais de Mulheres (CEM), Federações de Trabalhadores Rurais dos Estados (FTRE), Rede de Mulheres Trabalhadoras do Nordeste (RMT-NE), Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) e a Via Campesina.

Levando em consideração a literatura consultada é possível afirmar que foi a partir do início da década de 80, do século XX, que vários movimentos autônomos de mulheres surgiram e se fortaleceram com lutas em prol dos direitos sociais e individuais das mulheres camponesas. Nas diversas lutas travadas a partir de 1980, destacam-se as seguintes reivindicações: pelo reconhecimento profissional da trabalhadora rural, pela participação sindical, pelo direito a terra e a reforma agrária, pela licença maternidade remunerada e aposentadoria para as mulheres trabalhadoras rurais, entre outras.

Não podemos deixar de citar também neste capítulo um movimento que nasceu e se consolidou um pouco antes da década de 1980: o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). O MST surgiu no final da década de 1970, no Sul do Brasil, e tem (dentre as suas várias bandeiras de luta) na luta pela reforma agrária – com a reivindicação por divisão mais igualitária das terras – sua razão de ser. Este movimento sempre lutou contra as injustiças do sistema de posse de terra tradicional, em que muitas terras permanecem nas mãos de poucos. Vale ressaltar que a criação do MST, e início de sua luta pela reforma agrária no Brasil,

iniciou-se nos primeiros anos da década de 1960, período de transição e de muitos conflitos, pois neste mesmo período deu-se início a ditadura militar (1964-1985) no país.

Devido a grande pressão dos movimentos de mulheres da década de 1980 em todo o país, a Constituição Federal de 1988 reconheceu a categoria de produtoras rurais. E mais, esse reconhecimento veio acompanhado de garantias às mulheres dos seus direitos previdenciários, tais como: aposentadoria aos 55 anos para as trabalhadoras rurais e licença-maternidade remunerada, benefícios antes concedidos apenas às trabalhadoras urbanas (BRUMER; PAULILO, 2004).

2.3.1 Líderes e vítimas da luta pela terra nas regiões Norte e Nordeste do Brasil

A luta no campo pela reforma agrária levou à morte muitos homens e mulheres líderes de trabalhadores rurais no Brasil. Como o nosso campo empírico centraliza-se em torno de lideranças de um movimento rural, apresentamos aqui informações, extraídas da literatura, sobre algumas das muitas vítimas da luta pela terra no Norte e Nordeste, onde, ainda segundo a literatura consultada, ocorreram os maiores conflitos. O livro “Retrato da repressão política no campo: Brasil 1962-1985”, de Ana Carneiro e Maria Cioccarri (2011), descreve aspectos da vida heroica de camponeses e camponesas torturados, mortos e desaparecidos no período mencionado, que antecede em alguns anos e cobre o período da ditadura militar no país.

No referido livro a região Nordeste se apresenta em destaque como uma região “perigosa”. Alguns líderes *fizeram história* e hoje são lembrados como símbolos de luta pela terra, a exemplo de Margarida Maria Alves que foi brutalmente assassinada a tiros por pistoleiros encapuzados; na ocasião, Margarida se encontrava à porta de sua casa na companhia do marido e do filho de 10 anos que brincava na rua. Esse episódio aconteceu em 1983 no estado da Paraíba, na região Nordeste. Segundo Carneiro e Cioccarri (2011), o crime foi encomendado por senhores de engenho da região do brejo paraibano, motivados pelo fato de Margarida Alves naquela época ser presidente do Sindicato dos Trabalhos Rurais de Alagoa Grande e lutar pelos direitos trabalhistas dos trabalhadores rurais que giravam em torno da exigência de carteira assinada, 13º salário, redução da jornada de trabalho, férias, entre outros. Margarida Alves, bem como muitos outros trabalhadores líderes de movimentos, era ameaçada constantemente – a líder sindicalista costumava levar a público as ameaças e intimidações que vinha sofrendo. Conforme o livro de Carneiro e Cioccarri (2011), dias antes

de sua morte, ciente dos riscos que corria, Margarida Alves disse: “Não fujo da luta”. Em seu ultimo discurso afirmou que era preferível “morrer na luta que morrer de fome.”

Segundo Carneiro e Ciocari (2011), Margarida Alves era a caçula de uma família de 10 irmãos e começou a trabalhar na terra aos oito anos de idade. Ao completar 28 anos, foi morar na zona urbana e continuou a estudar. Por meio da ajuda e influência de um padre começou a se inserir no Sindicato de Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande. Iniciou as atividades como tesoureira da entidade, elegendo-se presidente do sindicato quando tinha 40 anos; permaneceu no cargo por doze anos e moveu em torno de 600 ações trabalhistas. Ainda segundo as autoras, a trajetória de Margarida Alves estimulou outras mulheres a se tornarem líderes rurais.

O crime contra Margarida Alves ficou impune como vários outros crimes cometidos contra trabalhadores rurais. Sua trajetória de vida ficou na memória e na história. Segundo Carneiro e Ciocari (2011), em julho de 1994, o arcebispo da Paraíba, Dom José Maria Pires, criou uma organização não governamental em homenagem à líder sindical: a Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves. Temos ainda que desde o ano de 2000, entidades do campo organizadas pela Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais na Agricultura) e pela CUT (Central Única dos Trabalhadores) realizam a “Marcha das Margaridas”, uma mobilização que reúne milhares de mulheres trabalhadoras rurais em Brasília.

No Maranhão, tivemos como um dos principais líderes da luta pela terra, Manoel da Conceição Santos – cuja vida é também relatada no livro de Carneiro e Ciocari (2011). Nascido e criado em uma comunidade chamada Pedra Grande-MA, Manuel da Conceição Santos veio de uma família de camponeses pobres, sendo que seu avô descendia de indígenas, seu pai de africanos escravos e sua mãe de portugueses. Líder dos posseiros em Pindaré-Mirim/MA, Manoel da Conceição travou lutas duras em defesa dos trabalhadores rurais. Sofreu na pele e na carne a violência de latifundiários e a repressão imposta pelo regime militar. Sua história é de resistência. Aguentou as maiores atrocidades que um ser humano poderia cometer contra seu semelhante: foi mutilado, espancado, humilhado e barbaramente torturado durante as nove vezes que foi preso. Em 1958, enquanto participava de uma reunião de camponeses sofreu seu primeiro ataque, tal atentado resultou na morte de cinco pessoas da mesma família (entre elas uma idosa de 75 anos e uma criança de 3 anos). Nessa época, aos 22 anos, participava da Assembleia de Deus e era professor da escola dominical para a juventude na sua comunidade. No entanto, ficou tão revoltado com o atentado que decidiu

abraçar a causa e entrar definitivamente na luta contra aquele tipo de situação provocada pelos latifundiários.

Segundo Carneiro e Cioccarri (2011), em 1962 Manoel da Conceição se considerava apenas um rebelde com desejo de vingança, não entendia de política. Foi quando envolveu-se no grupo do Movimento de Educação de Base (MEB), vinculado à Igreja Católica. Participou de um treinamento dirigido aos lavradores, em que discutiam questões sobre política, sindicalismo e cooperativismo. Dos 35 trabalhadores que fizeram o curso, a maioria era analfabeta, sendo a primeira missão de Manoel da Conceição, mais outro companheiro, a de criar escolas para ensinar adultos e crianças. Em 1963, os trabalhadores fundaram o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pindaré-Mirim – o primeiro sindicato camponês do Maranhão, reunindo mil famílias. A primeira reivindicação feita numa assembleia foi a de que os fazendeiros prendessem o gado para que este não comesse a produção dos trabalhadores (reivindicação que não foi atendida), o que suscitou em embate contra latifundiários.

Quando veio o golpe militar de 1964, a situação piorou para os trabalhadores rurais. Os líderes eram procurados e acusados de subversivos, de agitadores e de causar a desordem. Na ocasião, militando pela Ação Popular (AP), Manoel da Conceição sofreu seu segundo atentado: levou um tiro no pé e foi preso em seguida. Na cadeia, sem nenhum tratamento médico, o tiro no pé o levou a perder uma das pernas. Após ser solto e militando pela AP, Manoel viajou para a China, onde fez um treinamento de guerrilha. Depois de nove meses retornou ao Brasil, mas logo em seguida foi preso novamente. Passou oito meses em subterrâneos clandestinos no estado do Rio de Janeiro, saindo apenas para torturas e atendimento médico. Passou por violentas torturas físicas, psicológicas e morais. Foi transferido para Bahia, Recife e por último Fortaleza. Nesse último estado prestou um depoimento e desafiou a justiça:

Quero saber qual foi à casa que incendiei, qual foi o banco que assaltei. Eu apenas tenho uma luta em defesa de um povo, e eu faço parte dele. E a gente quer terra, quer direitos, quer saúde, quer trabalho, quer liberdade. E se isso é negado, a gente tem de ser contra. Mas, se isso é crime, sou criminoso mesmo. (CARNEIRO; CIOCCARI, 2011 apud PEREIRA; AZEVEDO, 2005 – Entrevista concedida por Manoel da Conceição em 2005, p. 132).

Após tal episódio, Manoel da Conceição foi julgado e condenado a três anos de prisão, mas foi solto em seguida, pois já havia cumprido três anos e meio. Ganhou liberdade no final de 1975, mas ao chegar a São Paulo foi preso novamente, onde passou por mais

torturas. Houve uma forte pressão no país e no exterior por sua libertação. Foi solto pelos militares sob a condição de que se exilasse; foi quando viajou para Genebra na Suíça e lá permaneceu por três anos e meio. Com a anistia, em 1979, Manoel e outros exilados políticos decidiram retornar ao país. Passou um tempo trabalhando em Pernambuco antes de retornar para o Maranhão, onde continuou a lutar. Manoel da Conceição é vivo e reside na cidade de Imperatriz-MA. Uma frase que marcou a trajetória desse líder camponês é “Minha perna é minha classe”. Em 2010 Manuel da Conceição recebeu o título de Doutor Honoris Causa pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

No Pará, o destaque é para o Padre Josimo Moraes Tavares. Filho de camponeses, nasceu em Marabá/PA. Ainda criança mudou-se com sua família para Xambioá/TO. Aos 11 anos de idade foi estudar em um seminário em Tocantinópolis, passando por Brasília e Aparecida do Norte/SP até chegar a Petrópolis/RJ, onde cursou o seminário franciscano, que tinha no seu quadro de professores o teólogo Leonardo Boff. Encerrando os estudos em Petrópolis voltou para o Xambioá no Tocantins para se dedicar à causa dos trabalhadores rurais. Em Xambioá foi ordenado padre, em 1979. Quatro anos depois, foi trabalhar na região do Bico do Papagaio no Tocantins, onde viria tornar-se um dos coordenadores da Comissão Pastoral da Terra (CPT) – tal região era conhecida historicamente por intensos conflitos de disputa pela terra.

Segundo Carneiro e Cioccarri (2011), em 10 de maio de 1986, mesmo dia em que os ruralistas se organizavam para manter sua estrutura por meio da criação da UDR (União Democrática Ruralista), já em fins da ditadura militar, Josimo Moraes Tavares, “O padre negro das sandálias surradas.” foi assassinado. Morreu na cidade de Imperatriz/MA com um tiro nas costas no momento em que subia as escadas da sede local da CPT em seu segundo atentado. Padre Josimo tinha então 33 anos de idade.

Tanto padre Josimo Tavares, como outros líderes rurais, como Margarida Alves, tiveram suas mortes anunciadas em nível nacional e internacional. Resistiram na luta, perderam suas vidas e tornaram-se símbolos da resistência e da luta no campo. Manoel da Conceição foi um dos poucos que sobreviveu e que pode, ainda hoje, contar sua história. Esses foram só alguns nomes que selecionamos para falar de suas trajetórias de luta pela terra. Em nível nacional a lista de camponeses torturados, mortos e desaparecidos é imensa.

3 MOVIMENTO INTERESTADUAL DAS QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU (MIQCB)

O Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) surgiu no início da década de 1990, organizado por mulheres camponesas que lutavam, e ainda lutam, em prol dos seus direitos individuais e coletivos. O movimento se organiza em quatro estados brasileiros, dois da Região Norte (Tocantins e Pará) e dois da Região Nordeste (Maranhão e Piauí).

3.1 Dados históricos e situação atual

O Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) tem sua fundação oficial datada em 1991, ocasião em que aconteceu o I Encontro Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu do Brasil. O movimento tem atuação em quatro estados do Norte/Nordeste: Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará.

O MIQCB é um movimento autônomo organizado por mulheres camponesas que assumiram uma identidade e atendem como “quebradeiras de coco babaçu”. Essas mulheres lutam por políticas públicas, reforma agrária, pelo aproveitamento sustentável do babaçu, sustentabilidade ambiental, por questões ecológicas e principalmente pelo “Babaçu Livre” – luta pela aprovação de uma lei federal de acesso livre aos babaçuais.

O movimento já levou a aprovações de leis estaduais e municipais contra derrubadas e o uso de agrotóxicos nas palmeiras de babaçu nos estados que compõem o MIQCB, mas a luta por maiores garantias ao “babaçu livre” continua. Esta bandeira de luta surge na década de 1980, na época do coco preso: época em que o acesso aos babaçuais era negado por ordem dos proprietários de terras das regiões de ocorrências desse recurso natural. Segundo Andrade (2007), esse é um período em que as fontes escritas registraram o maior número de confrontos, de mortes, de incêndio de povoados, de destruição de casas, de escolas, de igrejas, de prisões e ataques de pistoleiros. Pelos relatos das quebradeiras de coco babaçu, encontrados na literatura, temos que a época do coco preso foi uma época marcada de dor, sofrimento, fome e perda de identidade. No entanto, a literatura relata que após essa década bárbara, várias leis municipais de acesso aos babaçuais foram aprovadas, dando livre acesso a essas famílias, estando ou não a cobertura vegetal em propriedades privadas. A literatura também ressalta, entretanto, que mesmo com as leis aprovadas ainda existem proprietários de terras que as burlam (fazendo derrubada das palmeiras para criação de pastos, por exemplo). Outros proprietários ainda estabelecem excessivas regras para as mulheres quebradeiras de

coco: como a “quebra de meia” (em que metade fica com a quebradeira e outra metade com o proprietário) e a negociação da venda das amêndoas exclusivamente para os proprietários das terras onde as quebras estão sendo realizadas – sendo comum que tais proprietários comprem as amêndoas por um valor inferior ao mercado.

Conforme Soares (2008), entre as espécies de palmeiras utilizadas na indústria extrativista brasileira, o babaçu (de nome científico *Orbignya Speciosa*) é a mais rica do ponto de vista econômico, industrial e comercial. Palmeira oleaginosa, o babaçu é encontrado em extensas formações naturais no estado do Maranhão. O referido estado possui três reservas extrativistas de proteção federal dedicadas ao babaçu: Quilombo do Frechal (na cidade de Mirinzal); Ciriaco (na cidade de Cidelândia) e Mata Grande (na cidade de Imperatriz).

A Reserva de Quilombo do Frechal foi criada pelo Decreto N° 536, de 20 de maio de 1992, e está situada no município de Mirinzal-MA. Aproximadamente 180 famílias vivem no interior da Reserva, distribuídas em três pequenas comunidades (Frechal, Rumo e Deserto). Embora muitas áreas de babaçuais tenham sido devastadas, ainda existem grandes extensões que possibilitam a sua exploração extrativista (RESEX Quilombo do Frechal, 2014).

A Reserva Extrativista de Ciriaco também foi criada em 20 de maio de 1992. Ela está localizada no município de Cidelândia-MA e compreende os povoados de Ciriaco, Centro do Olímpio e Alto Bonito, nela as comunidades vivem do extrativismo do babaçu e do agroextrativismo. Há oito anos foi fundada a Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas da Reserva do Ciriaco (ATARECO), que realiza a comercialização de mel, carvão, polpa, mesocarpo, azeite, farinha e comercialização das amêndoas de babaçu. (RESEX do Ciriaco, 2014).

A Reserva de Mata Grande engloba os municípios de Davinópolis, Senador La Roque e João Lisboa, suas atividades produtivas também são o extrativismo de babaçu e o agroextrativismo. A reserva já conta com a Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas de Mata Grande (ATRAMAG). Criada pelo Decreto 532 de 20 de maio de 1992, a reserva tem como papel fundamental proteger os meios de vida das quebradeiras de coco babaçu da região tocantina do Maranhão, assegurando o acesso aos recursos naturais e preservando sua cultura. A Reserva Mata Grande desde sua criação visou garantir a preservação dos babaçuais e assegurar o acesso sustentável a esse recurso pelas comunidades locais. A unidade beneficia cerca de 500 famílias que têm na coleta de frutos do cerrado e das Matas de Babaçu suas principais atividades produtivas (RESEX da Mata Grande, 2014).

As três reservas extrativistas acima citadas foram criadas no ano de 1992 e compreendem uma área bastante significativa de preservação das palmeiras de babaçu; agregam nove municípios e abrigam em suas áreas muitas famílias.

De acordo com Barbosa (2007), foi no Maranhão, e mais precisamente na microrregião do Médio Mearim, que teve início o MIQCB. Lideranças desse movimento apontam que com a criação da Associação em Área de Assentamento do Maranhão (ASSEMA), em 3 de maio de 1989, foi instituído um grupo de estudos de mulheres trabalhadoras rurais. Para Maria Adelina Chagas (uma das fundadoras do MIQCB), esse grupo de estudos teve apoio e o incentivo de alguns pesquisadores que atuavam junto as quebradeiras de coco do Médio-Mearim.

A partir das reuniões daquele grupo de estudos criado pela ASSEMA, quebradeiras de coco babaçu do Médio Mearim maranhense se motivaram a criar uma organização própria, em busca de maior representatividade política através da articulação interestadual. Como mulheres de outras localidades enfrentavam problemas semelhantes, e em cada uma das regiões preexistiam formas de organizações desenvolvidas por extrativistas – via Comissão Pastoral da Terra (CPT) e outras instituições –, as quebradeiras do Maranhão entraram em contato com quebradeiras de outros estados (BARBOSA, 2007).

Não podemos deixar de citar, no contexto maranhense, a existência da Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco (COPPALJ), cooperativa de agricultores familiares com atuação social, política, econômica, ambiental e cultural. A COPPALJ foi criada no ano de 1991, assim como o MIQCB, iniciativa que se deu após fortes lutas travadas com os proprietários de terra da região do Médio-Mearim (mais precisamente na cidade de Lago do Junco-MA). Para sua fundação a COPPALJ teve total apoio da Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA), associação criada, como já vimos, no ano de 1989.

Atualmente a COPPALJ é uma das principais produtoras de produtos derivados da palmeira de babaçu, comercializando tanto a nível nacional quanto internacional (Estados Unidos, Holanda, Alemanha e Itália).

A questão ambiental é algo inerente ao MIQCB, por ser um movimento que faz uso frequente dos babaçuais, um rico recurso natural com vasta ocorrência nos estados do Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins. Nesse sentido, como demonstra a literatura consultada, uma das preocupações das mulheres que integram o MIQCB é a preservação desse rico recurso natural que são as palmeiras de babaçu; uma vez que é com a utilização desse recurso natural que muitas mulheres complementam a renda familiar.

O MIQCB é composto por redes de sociabilidades complexas que incluem associações, clubes, comissões, grupos de mulheres e cooperativas, que em primeira instância buscam o reconhecimento de seu trabalho e o direito a cidadania. Lutam pela preservação e livre acesso aos babaquais, pela garantia de terras, por políticas governamentais voltadas para o extrativismo e para agricultura familiar. Pela equidade de gênero e étnico-racial. Esta organização evidencia, portanto, diversas iniciativas que contribuem para o desenvolvimento do seu capital social. Essa organização também evidencia iniciativas visando garantir a representatividade de quebradeiras de coco junto à esfera pública e o reconhecimento destas enquanto sujeitos políticos.

O MIQCB rompeu as fronteiras do espaço vivencial dessas mulheres, repercutindo nacional e internacionalmente. Na medida em que a organização foi crescendo política e economicamente algumas delas passaram a coordenar cooperativas e associações políticas, assumiram cargos políticos institucionais, como o de vereadoras e a direção de sindicatos. (BARBOSA, 2007, p. 82).

Entretanto, entre as quebradeiras de coco, há diferentes categorias de engajamento no movimento. Temos aquelas que podem ser caracterizadas como lideranças, aquelas que são integrantes menos atuantes no MIQCB, e até mesmo as que são apenas apoiadoras do movimento.

Para promover o engajamento das quebradeiras, o MIQCB vem desenvolvendo cursos de formação e capacitação de suas lideranças através de seminários, encontros, oficinas, etc. Com a organização do MIQCB, as quebradeiras ganharam visibilidade não só na esfera da produção, mas também na esfera da comercialização. Antes, na maioria das vezes, somente homens se envolviam no processo de venda do coco e hoje elas atuam diretamente em todas as instâncias relacionadas ao trabalho da quebra do coco.

Com relação às lideranças que deram início ao MIQCB e às que estão exercendo o papel de liderança, a literatura é clara quanto a duas figuras: Maria Adelina Chagas e Maria de Jesus Ferreira Bringelo. Maria Adelina Chagas foi uma das fundadoras do movimento e esteve presente desde as primeiras reuniões, quando começaram a pensar e discutir a criação de uma organização própria liderada por mulheres. Ela faleceu recentemente, em 2013, após complicações causadas por um câncer nos rins. Vale ressaltar que além de fundadora do MIQCB, Maria Adelina Chagas foi a primeira mulher a assumir a direção da Associação em Área de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA).

Maria de Jesus Ferreira Bringelo, que também foi uma das fundadoras do MIQCB, é outra líder destacada na literatura. Esteve envolvida na luta pela terra desde 1976, bem antes da fundação do MIQCB. Moradora da região do Médio-Mearim/MA – onde

aconteceram os maiores conflitos entre quebradeiras de coco e fazendeiros/grileiros e onde muitas famílias de extrativistas tiveram suas casas queimadas na década de 1970 – enfrentou diversos conflitos e até hoje se mantém firme e forte na liderança do MIQCB. Atualmente é a coordenadora geral do movimento. Tivemos a honra de conhecê-la em maio de 2014, em nossa segunda visita de observação ao campo de estudo, e entrevistá-la em setembro de 2014, para esta pesquisa.

Com relação às demais lideranças que atuaram na mobilização e criação do movimento e que estão exercendo cargos de coordenação podemos mencionar Maria do Socorro, Eunice Costa, Helena Silva e Maria Regina a quem também tivemos a honra de conhecer e entrevistar.

3.1.1 Relações políticas e sociais

Para Barbosa (2008) diversos agentes, movimentos e instituições, cada um atuando desde diferentes perspectivas, foram importantes para o processo de articulação das quebradeiras de coco babaçu, dentre os quais a Igreja Católica. A igreja católica mantinha contato com as quebradeiras de coco através de padres e missionários das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Esse contato também era mantido por meio de algumas organizações como a Cáritas, fundada em 1956; a Animação dos Cristãos no meio Rural (ACR), criada em 1965; a Comissão Pastoral da Terra (CPT), instituída em 1975; a Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos (SMDH); o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (CENTRU); a Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA); e alguns setores partidários e alguns intelectuais. A ação da Igreja Católica foi fundamental nos conflitos, pois com seu apoio os trabalhadores rurais foram muitas vezes poupados de violência e suas mobilizações e denúncias tiveram maior visibilidade.

A ASSEMA, criada em maio de 1989, é uma entidade que surgiu com o intuito de desenvolver atividades de apoio à pequena produção local e às famílias produtoras, através de acompanhamento técnico-agrícola, de estabelecimento de créditos e de políticas específicas voltadas ao fortalecimento da produção. Vale ressaltar que por meio do programa de comercialização da ASSEMA, a produção de óleo de babaçu, que hoje já pode ser refinado, alcançou mercados internos e também o externo – como no caso da comercialização de óleo com a Body Shop International (BSI), para a produção de cosméticos, realizada na Inglaterra e consumida em vários países.

Com os conflitos de 1980, surgiram algumas organizações e outras foram fortalecidas. Os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs), por exemplo, sofreram algumas transformações, já que os trabalhadores tiveram maior atuação interna em seus órgãos de classe, por meio da oposição sindical, participando diretamente e tomando frente no processo de mobilização e conflito. Foram nessas circunstâncias que as mulheres passaram, também, a se associar ao sindicato, dado que antes somente se associavam os homens.

A associação das mulheres, em muitos casos, se deu em contextos de luta pela direção dos sindicatos. Outras organizações foram criadas e tiveram como base a participação e direção das quebradeiras de coco babaçu, como, por exemplo, os clubes de mães, as CEBs e os clubes de jovens, animados pela Igreja Católica antes dos anos 80. Tivemos também várias associações locais de povoados (comunidades), como por exemplo: Associação Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA); Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco (COOPPALJ); Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Esperantinópolis (COOPPAE); Cooperativa dos Pequenos Produtores de São Luis Gonzaga (COOPPSLG); Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lima Campo (COOPPALC); além da articulação política com outras dezenas de entidades religiosas e representantes de trabalhadores rurais. (ANDRADE, 2007).

Com relação à educação formal, segundo Barbosa (2007), as famílias agroextrativistas do Maranhão puderam se beneficiar da criação do Programa de Educação e Alfabetização para Jovens e Adultos em Áreas de Reforma Agrária (PRONERA), fomentado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) com o apoio do Governo Federal, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), além da ASSEMA que atua diretamente com o MIQCB.

Tanto o MIQCB quanto a ASSEMA prestam assessoria e apoio às famílias de agroextrativistas e ajudam a intensificar o processo de discussão com segmentos do poder público sobre as propostas de desenvolvimento nas regiões. Essas organizações procuram fortalecer a organização social, política e econômica das famílias que sobrevivem da agricultura familiar e do agroextrativismo, com vistas a um desenvolvimento sustentável e uma participação política efetiva.

Para Shiraishi Neto (2005), com relação à ideia de babaçu livre há divergência de posicionamento sobre os projetos de lei aprovados: “[...] enquanto em alguns projetos de lei aprovados, a prática extrativista é totalmente livre, em outros a atividade fica condicionada a autorização do proprietário de terra. Isso demonstra as correlações de força política que se

estabeleceu nesse espaço de luta” (SHIRAISHI NETO, 2005, p. 7). Nesse sentido, as mulheres, percebendo a dificuldade de lograr êxito em suas reivindicações nesses espaços políticos, têm se candidatado como vereadoras nas eleições municipais a fim de ampliar e fortalecer **seu espaço de divisão**. De fato, no âmbito do MIQCB, já foram eleitas duas vereadoras.

3.1.2 O processo de trabalho e os tipos de produtos

De acordo com Soler, Vital e Muto (2007) o coco babaçu é constituído por quatro partes: epicarpo, mesocarpo, endocarpo e amêndoas. A palmeira de babaçu é monocaule e pode chegar a ter até 20m de altura. A época de frutificação do babaçu ocorre durante todo o ano, sendo que o pico da produção ocorre nos meses de agosto a janeiro e cada palmeira pode produzir até seis cachos. O óleo extraído das amêndoas é utilizado em larga escala na fabricação de sabão, sabonetes e cosméticos em geral. Ressalta-se também que até os dias atuais o processo de quebra do coco babaçu é rudimentar, penoso e demorado. A quebradeira de coco babaçu usa como instrumento de trabalho um machado e um porrete para a quebra do coco. Cada coco babaçu tem em torno de uma a oito amêndoas e cada quebradeira de coco quebra entre sete a quinze quilos de coco por dia.

Para facilitar o processo de comercialização dos produtos derivados da palmeira de babaçu, em 2009 foi fundada – pelas quebradeiras de coco babaçu que fazem parte do MIQCB – a cooperativa das quebradeiras de coco babaçu, denominada Cooperativa Interestadual das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu (CIMQCB). Tal cooperativa foi fundada com o objetivo de comercializar legalmente os produtos derivados da palmeira de babaçu, uma vez que o MIQCB, por se tratar de um movimento, não pode fazer esse tipo de comercialização.

Para facilitar ainda mais o processo de comercialização, em cada regional do movimento, funciona uma cooperativa, ou seja, onde o MIQCB estiver presente a CIMQCB também estará.

Os produtos derivados da palmeira de babaçu são diversos, segundo a literatura consultada para essa pesquisa já foram catalogados mais de 68 produtos. No entanto, os principais produtos comercializados pelas cooperativas do MIQCB são: azeite e óleo de babaçu (extraído da amêndoa), farinha de babaçu (amido extraído do mesocarpo), sabão e sabonete de babaçu (fabricados a partir do óleo de babaçu), carvão de babaçu (fabricado a partir do endocarpo) e os diversos artesanatos (bolsas, jogos para pratos, esteiras, abanos,

cestaria em geral, chapéus, peneiras, colares, pulseiras, brincos, etc.) produzidos a partir da palha da palmeira de babaçu (CIMQCB - CATÁLOGO DE PRODUTOS, 2012).

Abaixo, na foto 1, ilustra-se alguns produtos disponíveis para venda na sede do MIQCB na cidade de São Luís-MA:

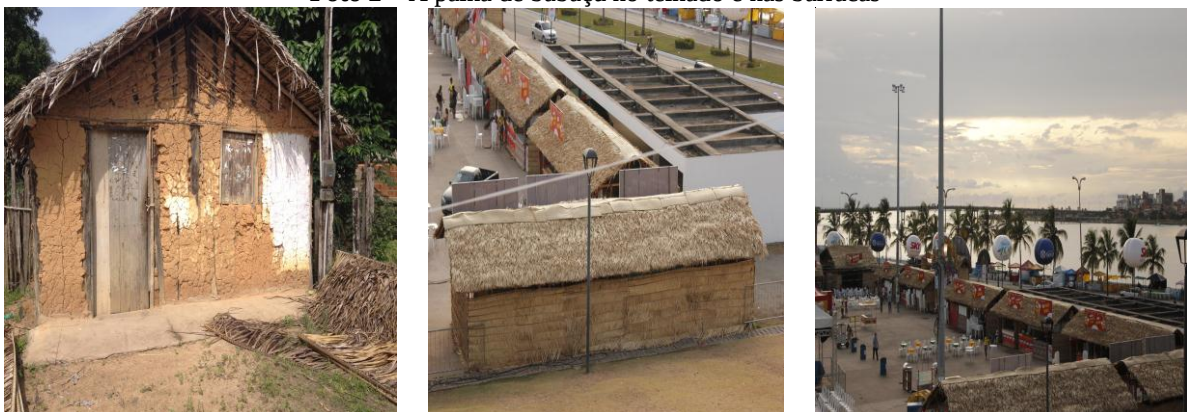
Foto 1 – Produtos derivados da palmeira de babaçu



Fonte: Leididaina Araújo e Silva (2014)

Destacamos ainda, na foto 2, o uso intenso da palha da palmeira de babaçu na produção de telhados para cobrir as casas dos moradores das comunidades e para produção de barracas no período das festas juninas nas regiões Norte e Nordeste, conforme fotos abaixo:

Foto 2 – A palha de babaçu no telhado e nas barracas



Fonte: Leididaina Araújo e Silva (2014)

Em suma, conforme os dados apresentados, os produtos derivados da palmeira de babaçu são diversos: da palmeira tudo se aproveita!

3.1.3 O site do MIQCB como fonte de informação

O site do MIQCB - <http://www.miqcb.org/> - é um dos recursos tecnológicos utilizados para apresentação e divulgação das atividades desenvolvidas pelo movimento. O site se apresenta em links remissivos que nos leva a conhecer o MIQCB (apresentando as mulheres quebradeiras de coco babaçu, a atividade extrativista e o acesso aos mercados, os babaçuais e as mulheres que fazem parte da coordenação). O site também nos apresenta as notícias em nível nacional e regional, as publicações (informativos bimestrais), o Fundo Babaçu⁵ e o projeto Pindova⁶. Além disso, o site fornece os contatos e o link para o site da CIMQCB (cooperativa do MIQCB que trabalha com a comercialização dos produtos), onde os visitantes podem escolher e comprar os produtos derivados da palmeira de babaçu.

Na página inicial do site podemos conhecer ainda alguns apoiadores do movimento, que são os seguintes: DPMR – Diretoria de Políticas para Mulheres Rurais e Quilombolas; Actionaid Brasil; Fordfoundation: na linha de frente das mudanças sociais; War on Want: fighting global poverty/ASW: Aktionsgemeinschaft Solidarishe Welt e. V. e CESE: Copordenadoria Econômica do Serviço.

O site apresenta também um mapa dos locais de atuação do MIQCB nos quatro estados – Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins – com endereços e contatos. Apresenta ainda as prestações de contas, com especificação detalhada de valores referentes aos projetos financiados pelo Fundo Babaçu. Muitas fotos disponíveis no site registram os diversos momentos vividos pelas quebradeiras de coco babaçu no desenvolvimento de suas atividades.

Em visita ao MIQCB, em maio de 2014 (etapa de observação), indagamos Flávia Azeredo (assessora comercial da CIMQCB) sobre como foi pensado e criado, e como é mantido, o site. Disse ela que a ideia foi das mulheres quebradeiras de coco, mas quem criou foi um senhor chamado Jerônimo, que trabalha na ASSEMA – uma grande parceira do movimento, segundo Flávia. Perguntei ainda quem era responsável pela manutenção e pelas publicações no site, ao que me foi respondido que ela e Carolina Magalhães (assessora técnica) fazem a alimentação do site.

Destacamos que o referido site foi um dos principais responsáveis pelo nosso interesse na temática. Sabíamos da existência da prática de quebra de coco, bem como que

⁵ Projeto financiado pela Ford Foundation e por meio do MIQCB apoiam mini projetos de conscientização ambiental e desenvolvimento sustentável pela conservação da biodiversidade nos babaçuais, visando à melhoria da qualidade de vida de comunidades tradicionais de quebradeiras de coco babaçu (MIQCB, 2014).

⁶ Projeto financiado pela Petrobras que tem como objetivo promover a geração de renda das quebradeiras de coco babaçu e de oportunidades de trabalho para os jovens de suas comunidades, no Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins

era/é um trabalho realizado por mulheres, além de termos conhecimento que as amêndoas extraídas se transformavam em azeite e que era/é utilizado para preparar os alimentos da família. Quando acessamos pela primeira vez o site do MIQCB ficamos surpresas com a gama de informações ali dispostas. As mulheres quebradeiras de coco não eram apresentadas apenas como quebradeiras de coco, mas como lideranças no meu rural – além da informação sobre o tempo do movimento, já existente há 23 anos. A história de luta das mulheres e do movimento nos encantou e decidimos conhecer a fundo esse movimento.

4 ESTUDO DAS COORDENADORAS/LIDERANÇAS DO MIQCB: procedimentos metodológicos e levantamento dos dados

Por método, entendemos o conceito utilizado por Goldenberg (2007), que o define como o “[...] caminho para se chegar a um fim”. Ainda segundo a autora, o método científico é a observação sistemática dos fenômenos da realidade através de uma sucessão de passos, orientados por conhecimentos teóricos, buscando explicar fenômenos ainda não revelados. As características essenciais do método científico são a investigação organizada, o controle rigoroso do levantamento de dados e utilização de conhecimentos teóricos.

Vários tipos de fontes de informação podem subsidiar o levantamento de dados: documentos, observações, entrevistas, etc. A pesquisa empírica que caracteriza esta dissertação envolveu análise documental, observações e entrevistas. Teve caráter documental, visto que, considerou vários tipos de documentos que registraram a criação e o desenvolvimento do movimento de quebradeiras de coco babaçu no Estado do Maranhão. Para confirmar a pesquisa como sendo documental, buscamos respaldo nos dizeres de Severino (2007), para o qual a pesquisa documental tem como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só documentos impressos, mas, sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentários, documentos legais.

A opção de utilizar entrevistas semiestruturadas com as lideranças do MIQCB caracteriza o estudo como qualitativo. Considerando a observação de Gaskell (2004, p. 65), quando diz que “[...] o emprego da entrevista qualitativa para mapear e compreender o mundo da vida dos respondentes é o ponto de entrada para o cientista social que introduz, então, esquemas interpretativos para compreender as narrativas dos atores em termos mais conceituais e abstratos, muitas vezes em relação a outras observações”. O autor destaca ainda que a entrevista qualitativa fornece os dados básicos para o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação. Ressaltando que “[...] a finalidade real da pesquisa qualitativa não é contar opiniões ou pessoas, mas ao contrário, explorar o espectro de opiniões, das diferentes representações sobre o assunto em questão” (GASKELL, 2004, p. 65).

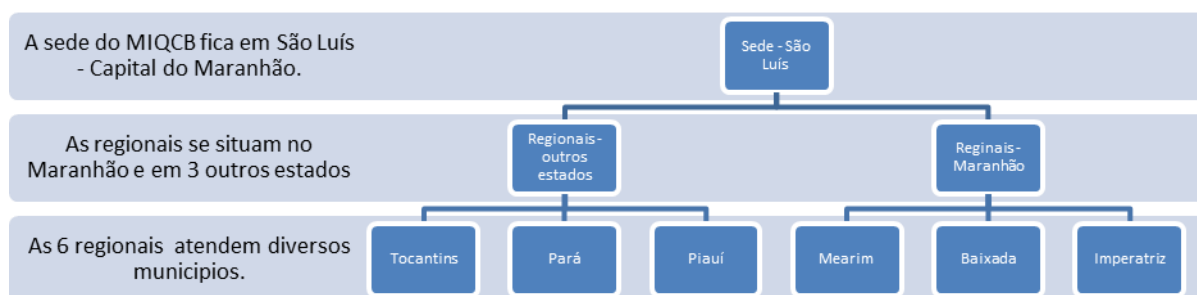
Nesse sentido, utilizamos entrevistas semiestruturadas com as perguntas divididas em cinco blocos temáticos (conforme APÊNDICE). Para análise das entrevistas utilizamos método qualitativo – o que envolveu a classificação das repostas, que foram dispostas em tabelas para facilitar o entendimento do leitor.

4.1 Mapeamento do campo de estudo

Atualmente o MIQCB se organiza em quatro estados, com uma sede em São Luís do Maranhão e seis regionais, a saber: uma no Estado do Tocantins (na cidade São Miguel, região conhecida como “Bico do Papagaio”), uma no Estado do Pará (na cidade de São Domingos do Araguaia, região conhecida como “Araguaia”), uma no Estado do Piauí (na cidade de Esperantina, região conhecida como “Cocais”) e três no Estado do Maranhão (uma na cidade de Viana, região conhecida como “Baixada Maranhense”; uma na cidade de Pedreiras, região conhecida como “Médio-Mearim/Cocais”; e a terceira na cidade de Imperatriz, região conhecida como “Tocantina”).

A imagem abaixo, Figura 1, mostra o organograma do MIQCB elaborado para melhorar visualização do campo de estudo.

Figura 1 - Organograma do MIQCB



Fonte: Leididaina Araújo e Silva (2014)

Cada Regional (citadas acima) é responsável por organizar o movimento e a produção das aproximadamente 2000 mulheres quebradeiras de coco babaçu nos 63 municípios integrantes do MIQCB, conforme descrição abaixo:

- a) regional do Tocantins - atende os municípios de São Miguel do Tocantins, Araguatins, Augustinópolis, Axixá do Tocantins, Esperantina do Tocantins, Itaguatins, Praia Norte, Carrasco Bonito, São Bento, Sampaio, São Sebastião, Sítio Novo do Tocantins;

- b) regional do Pará - atende os municípios de Brejo Grande do Araguaia, Palestina do Pará, São Domingos do Araguaia, São João do Araguaia;
- c) regional do Piauí - atende os municípios de Esperantina, Barras, Luzilândia, Madeiro, Matias Olímpio, Joca Marques, Morro do Chapéu, Nossa Senhora dos Remédios, São João do Arraial, Porto;
- d) as três regionais do Maranhão - atendem os seguintes municípios,
 - ✓ regional do Mearim: Lago do Junco, Timbiras, Lima Campo, Esperantinópolis, Capinzal do Norte, Igarapé Grande, Lago dos Rodrigues, Pedreiras, Peritoró, Bernardo do Mearim, São José dos Basílios, São Luís Gonzaga;
 - ✓ regional da Baixada: Penalva, Monção, Matinha, Cajari, Pedro do Rosário, Viana, Olinda Nova; e
 - ✓ regional de Imperatriz: município de Imperatriz (Vila Conceição, Coquelândia, Olho D'Água), município de Amarante (Mundo Novo, Pifeiro, Grotão, Água Preta), município de Cidelândia (Sol Brilhante, São Jorge, Centro do Abraão, Palmeirândia, Marcolândia, Curvelândia, Vila Nova dos Martírios e São Pedro D'Água Branca. (MIQCB, 2012).

O fato do Estado do Maranhão estar representado em três regionais se justifica por ser este estado o maior produtor de babaçu entre os quatro estados citados. Segundo Almeida (1995), no Maranhão concentram-se 70% de babaçuais explorados pelo MIQCB.

O trabalho de campo envolveu, em sua primeira fase, a observação do campo de estudo realizada em dois momentos: o primeiro contato foi com a regional de Imperatriz-MA (no município de Cidelândia, onde se localiza a Reserva Extrativista do Ciriaco), em 27 de dezembro de 2013, onde nosso contato foi a coordenadora/liderança Eunice Costa; e o segundo momento de observação ocorreu na sede do movimento localizada na cidade São Luís (capital do estado do Maranhão), no dia 05 de maio de 2014, onde estabelecemos contato com a secretária Antonia Machado e a assessora comercial Flávia Azeredo.

A segunda fase da pesquisa consistiu nas entrevistas aplicadas à atual coordenadora geral do movimento e a representantes de regionais dos quatro estados que participam do movimento (Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins).

4.2 O roteiro das entrevistas semi-estruturadas

Conforme Almeida (2011, p. 63) “[...] a entrevista semiestruturada requer um roteiro, mas permite certa flexibilidade ao abordar os entrevistados [...]”. Ainda segundo o autor, esse tipo de abordagem é a mais indicada para se realizar uma entrevista.

A elaboração das entrevistas seguiu um roteiro (APÊNDICE) dividido em 5 blocos temáticos de perguntas, contendo os seguintes aspectos:

- a) *sobre o MIQCB e as mulheres*: esse bloco teve como foco descobrir a opinião das coordenadoras/lideranças sobre o MIQCB como um movimento de mulheres. Foram levantadas questões como: o por que de a quebra do coco, um trabalho tão pesado, ser feito por mulheres; se o trabalho da quebradeira é visto como complementar ao trabalho do homem; se os homens têm ou tiveram papel importante no movimento; e ainda, descobrir na opinião delas quais foram as principais conquistas do MIQCB nos seus 23 anos de existência.
- b) *sobre o MIQCB (informação, comunicação e documentação)*: nesse bloco de perguntas (que por sinal foi o bloco mais extenso, com o maior número de questões) intencionamos levantar questões que envolviam a informação, comunicação e documentação dentro da organização do movimento. Foram levantadas questões como: o que é feito para garantir a preservação da informação sobre o trabalho das quebradeiras e os produtos da quebra; se houve mudanças com a chegada das novas tecnologias (celular, internet, redes sociais); se essas tecnologias trouxeram ou podem trazer novas contribuições para o movimento; de como é a comunicação com a sede, com as regionais e com as instituições parceiras e apoiadoras; se o MIQCB se comunica com o governo e sobre que temas; quais são os documentos gerados e como a sede e regionais organizam essa documentação; se o tipo de aproveitamento do coco varia conforme o local e se há tendência de algum produto a longo prazo. Esse bloco finaliza com a pergunta sobre o que a coordenadora/liderança espera do movimento no futuro.
- c) *caracterização da sede/regional e atividades das coordenadoras lideranças*: esse bloco de perguntas teve como foco perguntas relacionadas a quantos municípios fazem parte de cada regional; quantas mulheres aproximadamente participam do movimento e se existem homens participando; quantas pessoas trabalham nas regionais e quais as funções dessas pessoas; que atividades são desenvolvidas na sede/regional; qual é o papel da coordenadora/liderança e como elas são escolhidas para exercer tal função; e se essa função as permite continuar quebrando coco.

- d) *vivência pessoal*: nesse bloco as perguntas foram bastante pessoais e giraram em torno de questões sobre o tempo que estavam no movimento; como foi que ingressaram nele; quais foram os impactos para a vida pessoal e se houve problemas com o companheiro; e se essa participação afetou a visão que tinha do trabalho de quebradeira de coco babaçu.
- e) *dados pessoais*: esse bloco teve a intenção de conhecer as entrevistadas: nome completo; idade, a cidade em que nasceu; se casada ou solteira; quantidade de filhos; e escolaridade.

Após levantamento dos dados e da realização das entrevistas, as etapas seguintes consistiram na transcrição das entrevistas, organização, análise e descrição dos dados.

4.3 A realização das entrevistas

As entrevistas foram realizadas na cidade de São Luís, em setembro de 2014. Nesta ocasião, estavam em São Luís, participando da reunião do comitê gestor do Projeto Fundo Babaçu, na sede do movimento, as lideranças coordenadoras dos quatro estados além da coordenadora geral. A foto abaixo registra o momento da referida reunião.

Foto 3 – Reunião do Projeto Fundo Babaçu – MIQCB, setembro de 2014



Fonte: Leididaina Araújo e Silva (2014)

Vimos nessa a oportunidade perfeita para conhecermos, a partir do relato das lideranças, a realidade das quebradeiras de coco babaçu dos quatro estados que compõem o MIQCB. Para viabilizar as entrevistas fizemos uma articulação com a assessora técnica (responsável pela comunicação oficial e agendamento das entrevistas com as lideranças quebradeiras de coco babaçu), Ana Carolina Magalhães Mendes, que prontamente atendeu nosso pedido e agendou com as coordenadoras que estariam presentes na reunião. Além da

assessora, tivemos o apoio (no que se refere a organizar o espaço para realização das entrevistas) da recém doutora em Antropologia pela Universidade Federal do Pará Luciene Dias Figueiredo e Flávia Azeredo que trabalham na assessoria comercial do MIQCB.

Foram realizadas entrevistas com cinco coordenadoras/lideranças do MIQCB, que residem e trabalham em Estados diferentes: Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins. Essas entrevistas ocorreram no início do mês de setembro (10,11 e 12) de 2014 e tiveram a duração média de 40 minutos cada entrevista. No dia 10 entrevistamos as representantes do Piauí (Helena Silva) e do Tocantins (Maria do Socorro), no dia 11 as representantes do Pará (Maria Regina) e a coordenadora geral do MIQCB (Maria de Jesus) e, por fim, no dia 12 entrevistamos a representante do Maranhão, coordenadora/liderança da Regional de Imperatriz (Eunice Costa - que estava de passagem pela sede, pois embarcaria naquele mesmo dia para Colômbia, onde participaria de um evento e representaria as quebradeiras de coco babaçu do MIQCB).

No capítulo seguinte apresentaremos as análises das entrevistas realizadas com as lideranças/coordenadoras do MIQCB, representantes do Maranhão Piauí, Pará e Tocantins.

5 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Conforme anteriormente mencionado, o roteiro das entrevistas seguiu 5 blocos de questões. A análise das entrevistas será apresentada em ordem inversa da aborgem com as entrevistadas. Inicialmente apresentamos as características das entrevistadas; a seguir buscou-se falar do Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) como um movimento de mulheres e de suas principais conquistas; em seguida apresentamos as atividades das regionais e da sede, bem como as questões relacionadas a informação, comunicação e documentação do movimento; e, por fim, relatamos as perspectivas do movimento e do aproveitamento do coco na visão das mulheres quebradeiras de coco entrevistadas.

5.1 Características das entrevistadas

Apresentaremos os dados demográficos (idade, naturalidade, escolaridade, situação civil e quantidade de filhos) das mulheres que foram entrevistas nesse estudo. Relataremos ainda a partir dos dados coletados com as entrevistas um pouco da vivência pessoal de cada coordenadora/liderança entrevistada (como foi sua entrada no movimento e quais foram os impactos para sua vida pessoal, incluindo a relação com o companheiro e a visão que passou a ter do próprio trabalho). Lembrando que as entrevistadas são quebradeiras de coco babaçu, que hoje estão como coordenadoras e são reconhecidas como lideranças dentro do MIQCB.

A tabela 1, a seguir, apresenta dados demográficos das quebradeiras de coco babaçu – coordenadoras/lideranças entrevistadas.

Tabela 1 – Dados demográficos. Líderes do MIQCB entrevistadas – setembro de 2014

Nome	Idade	Naturalidade	Escolaridade	Estado civil	Filhos
Eunice da Conceição Costa	51 anos	Olho D'água dos Martírios (município de Imperatriz-MA)	8ª série (primeiro grau)	Casada	3 filhos
Helena Gomes da Silva	44 anos	Esperantina-PI	4ª série (primeiro grau)	Casada	4 filhos
Maria de Jesus Ferreira Bringelo	63 anos	Cajueiro (município de São Luiz Gonzaga-MA)	Magistério (segundo grau)	Solteira	5 filhos
Maria do Socorro Teixeira Lima	62 anos	Pedreiras-MA	Magistério (segundo grau)	Casada	3 filhos
Maria Regina Batista Paiva	54 anos	Imperatriz-MA	4ª série (primeiro grau)	Solteira	1 filho

Fonte: Leididaina Araújo e Silva (2014)

Conforme a tabela 1 acima, entrevistamos 5 mulheres entre 44 e 63 anos. A primeira apresentada na tabela foi a última a conceder entrevista. Eunice da Conceição Costa é coordenadora na Regional de Imperatriz-MA, nasceu em 12 de novembro de 1963 em Olho D'Água dos Martírios, no município de Imperatriz-MA. Coursou até a 8ª série do ensino fundamental, é casada, tem 3 filhos e 4 netos. Eunice Costa mora com sua família na Reserva Extrativista do Ciriaco, localizada no município de Cidelândia-MA. Bastante simpática, foi receptiva e sempre se mostrou disposta a colaborar com a pesquisa. O primeiro contato com o campo de estudo foi através dela, em dezembro de 2013, em visita a Reserva Extrativista do Ciriaco, conforme fotos abaixo.

Foto 4 – Placas identificando a Reserva Extrativista do Ciriaco e Eunice Costa



Fonte: Leidedaina Araújo e Silva (2014)

Helena Gomes da Silva foi a primeira entrevistada e é a mais jovem das 5 líderes entrevistada, tem 44 anos e nasceu no ano de 1970 na cidade de Esperantina-PI. Estudou até a 4ª série do ensino fundamental, tem três filhos do primeiro casamento e um do segundo, é casada atualmente com o pai do seu último filho. Ela é coordenadora na regional do Piauí. Helena Silva foi só emoções durante a entrevista, em alguns momentos sorriu e em outros chorou. Disposta e serena se mostrou bastante segura ao falar da sua participação no MIQCB. Abaixo uma foto de Helena Silva.

Foto 5 – Helena Silva/Coordenadora da Regional do Piauí



Fonte: Leididaina Araújo e Silva (2014)

As três últimas que se apresentam são as coordenadoras/lideranças mais velhas entrevistadas e por coincidência são todas Maria. Apresentaremos separadamente quem são essas Marias.

Maria de Jesus Ferreira Bringelo, conhecida no movimento como Dijé, é a mais velha das entrevistadas, tem 63 anos, nasceu em 01.01.1951, num interior chamado Cajueiro que na época era município de São Luiz Gonzaga e que hoje tornou-se a cidade de Bacabal-MA. Relata sua escolaridade da seguinte forma:

Eu quando muito jovem fiz de 1ª a 4ª série, até meus 12, 13 ano. Aí depois eu parei, e com meus 16 anos eu constitui uma família eu tinha um filho pra criar. Eu só voltei pra estudar quando minha caçula foi pra escola, aí eu voltei pra escola na minha comunidade[...] fui fazer o supletivo de 5ª a 8ª, depois eu fiz o magistério (MARIA DE JESUS, 2014).

A entrevistada relata ainda que foi professora leiga, que ensinou por algum tempo as crianças de sua comunidade, que fez o magistério com o intuito de ser professora, mas que com o tempo desistiu da ideia e decidiu ser quebradeira de coco babaçu profissional. Dijé atualmente é solteira, mas considera-se casada com o machado e com seus 5 filhos e 7 netos. Nesse quesito, observamos que a entrevistada não se sentiu à vontade para falar das relações conjugais do passado (do pai de seus filhos). Atualmente ela é coordenadora geral do MIQCB.

Maria do Socorro Teixeira Lima, tem 62 anos, nasceu no ano de 1952 na cidade de Pedreiras-MA. Tem o ensino médio completo, na modalidade magistério, e relata como foi alcançar essa escolaridade,

[...] eu sou professora formada, eu fiz magistério, eu fui professora muitos anos, eu decidi sair da escola pra ficar nesse movimento, né?!, porque achei que era e hoje

tenho certeza que era importante investir nessa questão, tanto por mim como por muitas delas [...]eu sempre me compadeci daquelas que eu sabia, tipo eu, que botava a farofinha na sacolinha e a cabacinha com água dentro do côfo⁷ e passava o dia todinho, a sacolinha de farinha bem aqui, aí jogava aquela mucheinha na boca, quebrando coco e chupando coco com farinha seca, o dia todinho, pra botar alimento na boca dos filhos. Igual eu fiz meu magistério, eu fiz meu magistério, mas foi quebrando coco a semana toda, no sábado e no domingo eu ia pra escola, e aquele dinheirinho que eu passava a semana quebrando coco era o que eu levava pra pagar a mensalidade da minha escola e minha prova e minhas passagem e minha alimentação lá, viu (MARIA DO SOCORRO, 2014).

Maria do Socorro é casada, pariu 4 filhos, mas só criou 1 e 2 enteados. Hoje cria todos os netos. Atualmente é coordenadora na regional do Tocantins.

Maria Regina Batista Paiva, conhecida com Edna, tem 54 anos, nasceu em 23 de outubro de 1960 na cidade de Imperatriz-MA. Sua escolaridade é a 4ª série do ensino fundamental. Apesar de sempre ter permanecido solteira, tem 1 filho, mas criou 10 crianças e 1 neto. Edna esclarece essa situação da seguinte forma,

Porque minhas irmãs casavam e aquelas que não dava certo elas mandavam os meninos pra mim pra não dá padrastos pros filhos, porque eu sempre fui a mais velha, depois de eu com 10 anos, minha mãe começou a ter filho de novo, aí eu ajudei minha mãe a criar 5 que ela teve, aí elas casavam e não dava certo e separavam, e mandavam os filhos pra mim pra não dá padrasto (MARIA REGINA, 2014).

Atualmente ela é coordenadora na regional do Pará.

A seguir uma foto das três Marias entrevistadas, da esquerda pra direita: Maria Regina (vestido cinza), Maria do Socorro (blusa vermelha), e Maria de Jesus (vestido rosa).

Foto 6 – As Marias/Coordenadoras do MIQCB



Fonte: Leididaina Araújo e Silva (2014)

⁷Uma espécie de balaio produzido com a palha da palmeira de babaçu.

As três Marias entrevistadas representam um grupo de outras tantas Marias que fazem parte do MIQCB. Cada uma com suas características e personalidades, mas com histórias de lutas semelhantes e experiências de vida marcantes. Maria Regina com uma voz introspectiva relatou com cuidado sua entrada no MIQCB e os motivos que a levaram a se engajar nessa luta de mulheres quebradeiras de coco babaçu, falou de sua descendência de escravos, da sua condição de mulher negra, pobre e pertencente à classe dos menos favorecidos, da falta de oportunidades com os estudos e das dificuldades para criar os filhos dos irmãos e irmãs. A princípio me pareceu uma mulher frágil e tímida (talvez pela voz mansa e sua delicadeza ao gesticular), o fato é que no decorrer da entrevista percebemos o quanto essa Maria é forte e determinada no que se refere ao movimento.

Maria do Socorro e Maria de Jesus são duas Marias que apesar de características e personalidades diferentes, compartilharam de uma experiência comum, além de estarem no movimento desde sua criação: ambas fizeram o magistério, foram professoras em suas comunidades. Com o passar do tempo decidiram abandonar o ofício e se dedicar exclusivamente ao movimento e ao trabalho da quebra do coco.

Maria do Socorro é uma mulher de voz firme que fala alto, gesticula bastante, parece que está sempre exercendo o papel de oradora. Durante a entrevista em alguns momentos ficava em silêncio – era como se voltasse no tempo para resgatar os detalhes de sua entrada no movimento. Relatou os momentos de conflitos com o companheiro deixando transparecer o quanto a decisão de enfrentar o companheiro para permanecer no movimento foi importante para sua emancipação enquanto mulher trabalhadora rural e quebradeira de coco babaçu.

Maria de Jesus, que até setembro de 2014 exercia o papel de coordenadora geral do movimento, me foi fundamental na pesquisa de campo. Ela, melhor do que ninguém, poderia dar informações sobre o processo de criação do movimento, isso por que ela mesma entrou na luta pela terra bem antes da criação do MIQCB. Então, Maria de Jesus vivia na região do Médio-Mearim (que conforme a literatura foi o local dos maiores conflitos entre trabalhadores rurais e proprietários de terras no Estado do Maranhão). Disse-me que participou da Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (ASSEMA) – do grupo que discutia questões relacionadas às quebradeiras de coco babaçu – e que trabalhou na articulação para criação do MIQCB.

É interessante perceber que, das cinco coordenadoras entrevistadas, quatro nasceram no estado do Maranhão, mas que hoje exercem o papel de lideranças representando

outros estados, como é o caso de Maria do Socorro que representa o estado do Tocantins e Maria Regina que representa o estado do Pará.

Apresentaremos a seguir uma tabela comparativa das motivações que levaram as entrevistadas a entrarem no movimento e do tempo que cada uma tem de participação no movimento.

Tabela 2 – Entrada no movimento e tempo de participação. Líderes do MIQCB entrevistadas - setembro de 2014

Liderança	A entrada no MIQCB	Tempo de MIQCB
Eunice Costa	Foi levada pelos pais as reuniões de sindicatos desde criança (vem de uma família de militantes sindicalistas)	23 anos
Helena Silva	A partir da participação de movimentos na igreja católica, era monitora de batismo	20 anos
Maria de Jesus	Participava da ASSEMA e de grupos de estudos do babaçu antes do MIQCB	23 anos
Maria do Socorro	Através de uma reunião da igreja católica, pois trabalhava na igreja como catequista	22 anos
Maria Regina	A partir de sua participação na associação de mulheres da sua comunidade resolveu entrar para o MIQCB	10 anos

Fonte: Leididaina Araújo e Silva (2014)

Conforme tabela 2, as lideranças escolhidas como sujeitos dessa pesquisa são mulheres que estão no movimento entre 10 e 23 anos, com bastante experiência na militância pela terra, pela preservação dos babaçuais e principalmente pelo reconhecimento da identidade de quebradeira de coco babaçu, são mulheres que se mostraram fortalecidas após esses muitos anos de luta.

Eunice Costa e Maria de Jesus estão no MIQCB desde sua fundação (ambas com 23 anos de movimento), mas antes disso têm histórias de participação em movimentos sociais em suas comunidades. Eunice Costa, por exemplo, vem de uma família de sindicalistas, segundo ela a mãe sempre a levava nas reuniões sindicais, desde quando ela ainda era uma menina:

[...] minha mãe participava, minhas tias [...] aí nas reuniões que minha mãe ia, eu ia também acompanhar de menina, aí meu pai foi sindicalista e eu já me criei dentro do movimento, quando eu me entendi, meus pais já viviam dentro do movimento (EUNICE COSTA, 2014).

Sua entrada no MIQCB se deu por meio das reuniões que frequentava na igreja católica. Já Maria de Jesus relata que sua participação começou “*Desde o dia em que coloquei o pé na estrada e fui fazer articulação no Bico do Papagaio (Região Tocantina) para criar o movimento*”. Ela é constantemente citada na literatura como uma das

fundadoras do MIQCB, informação que, de fato, se confirma. Sobre esse movimento ela nos relata que começou com a articulação das mulheres, com mobilização em diversos municípios. Antes da fundação do MIQCB Maria de Jesus participava de uma grupo de estudos sobre o babaçu na ASSEMA. Quanto à sua participação de fato no MIQCB, relata que sua entrada:

Não foi fácil, eu tinha um monte de menininho pequenininho e tinha que deixar em casa, era uma época muito difícil, mas atrás de uma luta sempre tem que ter um fortalecimento e pra que a gente tivesse aqui agora foi um momento difícil, muito difícil, mas eu acho que a gente tá na colheita. (MARIA DE JEUSUS, 2014).

Maria do Socorro e Helena Silva (22 e 20 anos de MIQCB respectivamente), tiveram entradas semelhantes no movimento, ambas participavam das atividades da igreja. Maria do Socorro se classifica como igrejeira, segundo ela, sempre esteve envolvida com tudo relacionado à igreja católica, além de ser oficialmente catequista. Relata sua entrada no movimento da seguinte forma:

A minha entrada no movimento foi uma coisa assim, quase que destino... Por acaso, eu tava passando na igreja e tava acontecendo, que eu sou ingrejera (risos), e tava acontecendo um encontro, aí quando eu entro na igreja, lá naquele salão paroquial que tava tendo aquele encontro, aí eu sentei ali pra vê o que que tava acontecendo na discussão, aí justamente o pessoal aqui da ASSEMA do Maranhão era quem tava fazendo a articulação pro encontrão daqui do MIQCB. Pois muié, me diz se não foi o destino? Eu sentei na cadeira, fiquei por ali, assim, depois rodou a discussão lá, eu muito perdida sem saber nem o que era que tava acontecendo, o meu nome saiu de delegada (MARIA DO SOCORRO, 2014).

Helena Silva, era monitora de batismo na igreja católica da sua comunidade, uma mulher sorridente, mas que em vários momentos da entrevista deixou o sentimento falar mais alto e chorou, chorou de emoção pelo que estava relatando. Foi a primeira a ser entrevistada e foi a entrevista que mais demorou. Assim relatou como foi sua entrada no MIQCB:

A minha entrada no movimento foi assim, eu já participava da comunidade, que nas nossas comunidades têm as celebração nos domingos né?!, então a gente faz parte do conselho da comunidade, monitora de batismo, essas coisas assim. Aí começou a surgir uma reunião de quebradeira de coco e tinha duas coordenadoras lá. Aí eu participei da primeira reunião, aí teve uma reunião grande de associação lá na região e eu fui. Quando eu cheguei lá o pessoal... Ah! então você vai ser, vamos botar ela pra ser a presidente da associação. Eu disse não menino (risos)!, Não, vai sim!, Então eu fiquei presidente da associação, e quando eu fiquei presidente me trouxeram pra São Luís. Pronto! Aí eu vim pra São Luís e dessa vinda eu não larguei mais, aí eu fiquei na associação, participando, participando, aí

depois eu fiquei na coordenação do MIQCB, e ainda hoje eu tou (risos) (HELENA SILVA, 2014).

Nesse sentido, percebemos que tanto Maria do Socorro como Helena Silva não tiveram uma entrada planejada no movimento. Pelos seus relatos percebemos que ambas já exerciam o papel de liderança em suas comunidades, realizando atividades de apoio à igreja católica. Percebemos ainda, que esses aspectos contribuíram de forma positiva para suas entradas e permanência no MIQCB como líderes.

Maria Regina foi a coordenadora/liderança com menos tempo de MIQCB entre as entrevistadas. Uma mulher tímida, com voz introspectiva relatou com presteza como foi sua entrada no MIQCB e seus 10 anos de movimento. Antes de entrar para o MIQCB, Maria Regina era funcionária pública. Seu interesse no movimento foi assim explicado:

Eu era funcionária pública e tinha pouco tempo; então eu trabalhava um horário e passava outro lá com eles, tornava trabalhar um horário, tudo pra desenvolver um grupo de mulheres, pra unir um grupo, tá entendendo?!, na própria região. Não é que eu tivesse necessidade, é porque eu queria formar aquele grupo de mulheres naquela região (MARIA REGINA, 2014).

Maria Regina deixou claro que seu interesse era conseguir organizar um grupo de mulheres na sua região; e com esse grupo conseguir recursos para a comunidade. Ela volta a mencionar os motivos que a levaram a se engajar no movimento:

Era pra ver se unia esses grupos de mulheres, porque através do grupo, de uma associação de mulheres se tinha condição de fazer um pedido de qualquer outra coisa pra própria região e sem o grupo não tinha condição. A gente vivia batalhando, trabalhando na escola e formamos uma casa, fomos no prefeito e pedimos tábuas, material. Formamos uma casa com mutirão l. Pagava diária pra um e já pra outro não podia pagar, aí formamos uma casa, quando nós formamos a casa pra associação achamos a MIQCB que a gente ainda não tinha. Era só a associação de mulheres, a gente não tinha muito conhecimento aí passamos a conhecer o MIQCB que ele já existia mesmo, né?, e a gente foi [...] foi que eles foram lá e tiveram conhecimento com nós aí mandaram uma máquina pra moer o coco e aí a gente começou a crescer (MARIA REGINA, 2014).

As próximas tabelas abordarão aspectos relacionados com os impactos na vida pessoal após a entrada no movimento. Inclusive no concernente de como ficou a relação com o companheiro e se a participação no movimento afetou a visão delas sobre o trabalho que desenvolvem.

Na tabela 3, destacamos trechos das respostas fornecidas pelas coordenadoras/lideranças do MIQCB entrevistadas com relação a pergunta – **Qual o impacto da sua participação no movimento para sua vida pessoal?**

Tabela 3 - Impacto da participação para vida pessoal. Líderes do MIQCB entrevistadas - setembro de 2014

Liderança	Síntese da resposta da liderança
Eunice Costa	“Os conflitos com os fazendeiros, a coragem de participar sem ter medo de morrer”
Helena Silva	“O impacto maior é quando o marido não aceita. Deixou as filhas em casa com a mãe”
Maria de Jesus	“Muito difícil, pois tinha filhos pequenos e tive que deixar em casa pra entrar na luta”
Maria do Socorro	“Um impacto muito grande, muitos conflitos com o companheiro”
Maria Regina	“Tive que deixar o emprego. Era funcionária pública (servente em uma escola)”

Fonte: Leidedaina Araújo e Silva (2014)

Três entrevistadas – Helena Silva, Maria de Jesus e Maria do Socorro – relataram que tiveram impactos em suas vidas pessoais, principalmente envolvendo questões familiares. Helena Silva sugere em suas falas que o marido não foi favorável à participação dela no movimento e, possivelmente por isso, não colaborou no cuidado com as filhas. Assim, ela acabava por deixá-las com a mãe: *“Eu tinha minha mãe que me ajudava muito, né?! Eu tinha 3 filhas, ela tomou conta, e assim o impacto maior que a gente tem é quando o marido não aceita, mas ele acaba aceitando”*. Maria de Jesus sugere que o fato de deixar os filhos pequenos em casa para entrar na luta foi o maior impacto sentido. Relata que apesar de já ter participado de outros movimentos, foi difícil no início:

Eu já vinha do movimento da ASSEMA, porque primeiro se criou a ASSEMA; eu já vinha de um grupo de estudo em que a gente já vivia brigando pela questão do babaçu [...] mas não foi fácil porque não foi fácil deixar a casa, deixar os filhos, sair, antes de sair ter que trabalhar que nem uma condenada pra poder sair de casa, né? (MARIA DE JESUS, 2014)

Maria do Socorro deixou bem claro, assim como Helena Silva, que o maior impacto na sua vida pessoal foi os conflitos com o companheiro. Ela afirmou:

Fia, o impacto foi muito grande! Eu fui uma mulher de muito sofrimento, muita agonia! Hoje eu tenho liberdade de chegar e arrumar a boroca⁸, hoje eu chego em casa e arrumo a boroca pra sair amanhã, mas de primeiro eu não tinha; o meu marido, ele foi ficando muito ciumento (MARIA DO SOCORRO, 2014).

A entrevistada deixou para nos relatar detalhes desse conflito no tópico seguinte, onde perguntamos sobre os problemas na relação com o companheiro.

Nesse sentido, percebemos que os conflitos enfrentados pelas três entrevistadas trouxeram impactos para suas vidas, mas não as fizeram desistir da luta pela terra e pelas

⁸Bolsa de viagem

suas emancipações enquanto quebradeiras de coco babaçu. Enfrentaram companheiros e tiveram que deixar seus filhos sobre o cuidado de terceiros, mas não desistiram de lutar.

A tabela 4 apresenta um esquema dos tipos de problemas enfrentados pelas coordenadoras/lideranças com relação a seus respectivos companheiros. Para obtermos as respostas elaboramos a seguinte pergunta – **Houve problemas na sua relação com seu companheiro? Quais?**

Tabela 4 - Problemas na relação com o companheiro. Líderes do MIQCB entrevistadas - setembro de 2014

Liderança	Síntese da resposta da liderança
Eunice Costa	“Não, porque quando eu casei com meu companheiro eu já tava no movimento [...] o pai dele foi vice-presidente do sindicato [...] a gente tudo já vinha numa luta”
Helena Silva	“Não tive problemas com o companheiro, algumas coisas que surgiram foram superadas facilmente”
Maria de Jesus	“Muito difícil, porque antes de sair de casa tinha que trabalhar feito condenada pra deixar pelo menos a comida pronta”
Maria do Socorro	“Sim, tinha um marido muito ciumento”. Em determinado momento teve que escolher entre o movimento e o casamento. Escolheu o movimento. O marido foi embora, mas depois de meses voltou.
Maria Regina	“Não, porque toda vida fui solteira”

Fonte: Leididaina Araújo e Silva (2014)

Eunice Costa e Helena Silva relataram que não tiveram problemas com seus companheiros. A primeira destacou o fato de ter casado depois da sua entrada no movimento com alguém que também pertencia a uma família com história de participação em movimentos:

Porque quando eu casei com meu companheiro eu já tava no movimento. Eu já dizia pra ele, ele conhecia exatamente [o meu envolvimento]... o pai dele também era... o pai dele foi vice-presidente do sindicato. Pois é, a gente tudo já vinha numa luta, né?! A gente casou com ele já sabendo que ele não ia me impedir (EUNICE COSTA, 2014).

Helena Silva relatou que “teve algumas coisas” não precisamente identificadas por ela, mas que foram superadas, nada que a impedisse de participar do MIQCB:

Teve algumas coisas mais a gente superou com muita facilidade, né?! Tanto do primeiro como do segundo [casamento]... Agora é o segundo (risos). Quando eu deixei o primeiro que passei pro segundo muitas pessoas, até as coordenadoras do MIQCB achavam, ‘agora num vai mais participar do movimento?’... Eu digo num nasceu ainda essa pessoa pra fazer [eu desistir]. Então é assim, mas eu participei ainda melhor [com o segundo casamento]. Ele me tratou melhor ainda, entendeu... É uma sorte, um privilegio (risos) esses dois casamentos (HELENA SILVA, 2014).

Pelos relatos percebe-se que ambas tiveram o apoio dos seus respectivos companheiros. Maria Regina relata também que não teve problemas, credita isso ao fato de sempre ter sido solteira.

Pelos relatos, Maria do Socorro foi a que enfrentou os maiores conflitos com o companheiro. Disse ter um marido muito ciumento, e, em certo momento da sua vida, teve optar entre o casamento e o movimento. Sua decisão pelo movimento acabou levando a uma separação:

[...] ele disse que eu ia ter que escolher, ou ele ou o movimento. Lá no mato, tirando palha pra cobrir nossa casa eu disse pra ele, eu não tiro mais nenhuma palha, não carrego nenhuma palha, e homem no movimento, na rua, no mundo tem demais, então eu fico com o movimento [...] não tirei mais nenhuma palha [...] isso causou nossa separação. [...] Toquei minha vida pra frente, quatro meses depois ele voltou pra casa, e ainda tá até hoje [...] (MARIA DO SOCORRO, 2014).

O relato de dona Maria do Socorro é extenso e carregado de emoções, ela ressalta ainda que era tão submissa ao casamento, ao marido, que nem o pai podia visitar: “*O meu pai [...] chegou a mandar um recado pra mim que não se lembrava mais do meu rosto, que forma era o meu rosto*”. Podemos constatar, assim, quão sofrida foi à vida de Maria do Socorro e que a sua decisão de participar do movimento foi como um grito de liberdade com consequências profundas, no sentido positivo, no relacionamento com o marido.

Elaboramos a pergunta a seguir com o intuito de identificar a opinião de cada coordenadora/liderança do MIQCB entrevistada sobre o campo do trabalho: **A participação no movimento afetou a visão que você tem do seu trabalho?**

Maria de Jesus e Maria do Socorro, antes de serem oficialmente quebradeiras de coco e militantes pela causa do babaçu, tinham o sonho de serem professoras – e foi com muitos esforços que conseguiram concluir o magistério. A primeira relata:

Eu fui fazer o magistério no intuito de ser professora. Quando eu tava fechando o magistério, quando eu tava pra terminar o magistério, eu tomei uma decisão que não era aquilo que eu queria, eu queria era ser mesmo quebradeira de coco (MARIA DE JESUS, 2014).

A segunda faz um relato semelhante:

Eu fiz magistério, eu fui professora muitos anos, eu decidi sair da escola pra ficar nesse movimento, porque achei que era – e hoje tenho certeza que era - importante investir nessa questão, tanto por mim como por muitas delas [outras quebradeiras] (MARIA DO SOCORRO, 2014).

Maria Regina é outra mulher que reconhecendo a importância do trabalho da quebradeira de coco optou por deixar de ser funcionária pública – trabalhava como servente em uma escola na sua comunidade – para se dedicar ao movimento. Eunice Costa e Helena Silva também relatam que a participação no movimento melhorou a visão que tinham do trabalho e diz que hoje reconhecem a importância de serem quebradeiras de coco.

Percebe-se, pelas declarações a respeito da visão sobre o próprio trabalho, que a participação no movimento compete com outras atividades laborais. Compete até mesmo com trabalhos que poderiam se considerados de mais prestígio, como o magistério e o funcionalismo público, que apresentam maiores vantagens para aposentadoria. Nota-se também que esta participação tem impacto positivo na visão do trabalho de quebradeira, que passa a ser visto como de grande importância, realizado com prazer.

5.2 O MIQCB como um movimento de mulheres e suas principais conquistas

As tabelas seguintes apresentam dados com relação ao MIQCB e suas principais conquistas na opinião das coordenadoras/lideranças quebradeiras de coco babaçu. Questionamos por que o MIQCB é, ou se tornou, um movimento de mulheres e por que a quebra do coco, um trabalho supostamente tão pesado, era feito por mulheres. Relataremos ainda, a partir da opinião das quebradeiras de coco, se o trabalho da quebradeira de coco é ou não complementar ao trabalho do homem, bem como se os homens tiveram ou têm papel importante dentro do movimento.

A tabela 5, a seguir, apresenta uma síntese das respostas das entrevistadas referente à seguinte pergunta: **Em sua opinião, por que o MIQCB é ou se tornou um movimento de mulheres?**

Tabela 5 – O MIQCB percebido como um movimento de mulheres. Líderes do MIQCB entrevistadas - setembro de 2014

Liderança	Síntese da resposta da liderança
Eunice Costa	“Porque as mulheres nunca tiveram autonomia, não tinham voz e nem vez no sindicato”
Helena Silva	“Legalmente o movimento é 100% mulheres, os homens são os parceiros”
Maria de Jesus	“É um movimento de mulheres e foi criado por mulheres, por necessidade”
Maria do Socorro	“É um movimento 100% mulheres, nunca pensamos em incluir homem”
Maria Regina	“É um movimento só de mulheres”

Fonte: Leididaina Araújo e Silva (2014)

Para Eunice Costa, foram mulheres que resolveram criar esse movimento porque as mulheres nunca tiveram autonomia, não tinham o direito de expor suas opiniões dentro dos

sindicatos e o criaram exatamente para inverter essa situação. Nas palavras de Eunice Costa o movimento se constitui “[...] *pra gente ter autonomia, pra gente poder conseguir os projetos, pra gente poder conseguir terra, pra gente poder ter onde apanhar o coco que a gente não tinha [...] ser uma quebradeira reconhecida e ter uma identidade de quebradeira.*” Conclui dizendo que hoje as coisas estão mais fáceis, que tem a Lei do Babaçu Livre (estadual e municipais) que dá livre acesso às áreas de babaçuais e que antes era muito difícil, pois existiam muitos conflitos com os fazendeiros.

Para Helena Silva e Maria do Socorro, o movimento é composto 100% de mulheres. Helena Silva se torna um pouco flexível ao relatar que os homens entram na categoria de parceiros:

Legalmente o movimento é 100% mulheres, a gente não diz que os homens faz parte do grupo, eles são parceiros, os maridos da gente que tão lá na comunidade, que ajuda a gente. Eles, a gente chama de parceiros, parceiros que fazem aquele serviço mais grosseiro, mais pesado, serviços que a gente não pode fazer, porque a gente tem aquelas fases (se referindo ao período menstrual da mulher), que a gente não pode tá levantando peso, então tem os homens que fazem esse trabalho, e a gente chama ele de parceiro (HELENA SILVA, 2014).

Maria do Socorro é enfática ao dizer que o movimento é 100% de mulheres e que nunca pensaram em incluir homens: “*Nós nunca pensamos em incluir homem nesse movimento [...] só funcionários, assessoria e tchau. Nós não aceitamos nem delegados, homem pra votar. Então é 100% mulheres*”.

Maria de Jesus ressalta que o movimento não se tornou um movimento de mulheres, ele sempre foi um movimento de mulheres, e explica ainda os motivos pelos quais o movimento foi criado. Segundo ela, foi por necessidade e por conta das dificuldades que as mulheres enfrentavam no final da década de 60 e início da década de 70, quando começa o processo de incentivo à pecuária e o cerco das terras, por esse motivo ela relata:

[...] então a gente se organizou pra que a gente não perdesse o nosso trabalho, porque de qualquer maneira a nossa mão de obra é trabalhar, quebrar coco, é uma forma de ter dinheiro, que quando eu quebro o coco eu tenho meu próprio dinheiro, e era uma luta também, porque se nós estamos em quatro estados é porque a luta de uma mulher de um estado não era diferente da luta da outra; a questão é essa, a de manter o babaçu em pé, mas pra isso a gente precisa ter terra, porque se não tiver terra não tem babaçu (MARIA DE JESUS, 2014).

Maria Regina, por sua vez, finaliza dizendo que o movimento é só de mulheres e que se existe algum homem ele ainda se esconde: “*É um movimento só de mulheres. Os homens se faz eles ainda se esconde*”.

Para as entrevistadas os conflitos com os fazendeiros se tornaram intensos quando os mesmos, com apoio do governo, resolveram cercar suas propriedades. Eram, em muitos casos, terras devolutas para criação de pastos e intensificação da pecuária. Situação que influenciaria diretamente no trabalho das quebradeiras de coco, pois dependiam do livre acesso a essas terras para coleta e quebra do coco. Esse impasse levou um grupo de mulheres a se organizarem enquanto movimento para lutarem pela terra, pelo seu trabalho e independência financeira.

A tabela 6 apresenta a opinião das mulheres entrevistadas quanto ao trabalho da quebra do coco, sobre ser feito por mulheres. A pergunta proferida foi a seguinte: **Em sua opinião, por que a quebra do coco, um trabalho tão pesado, é feita por mulheres?**

Tabela 6 - Por que a quebra do coco, um trabalho tão pesado, é feita por mulheres. Líderes do MIQCB entrevistadas em setembro de 2014

Liderança	Síntese da resposta da liderança
Eunice Costa	“Porque sempre foi feito por mulher”
Helena Silva	“A quebra do coco não é um trabalho pesado”
Maria de Jesus	“Não considero o trabalho pesado”
Maria do Socorro	“O trabalho é pesado, dificultoso e perigoso”
Maria Regina	“Porque elas são muito corajosas”

Fonte: Leididaina Araújo e Silva (2014)

Três das lideranças entrevistadas – Eunice Costa, Helena Silva e Maria de Jesus – foram enfáticas em suas respostas ao afirmarem que o trabalho da quebra de coco não é um trabalho pesado. A primeira ressalta que é um trabalho que sempre foi feito por mulher e que as mulheres acabaram se acostumando com o trabalho: *“A gente diz que é pesado, mas a gente até acostuma (risos)... num se torna mais nem pesado pra gente”*. Eunice finaliza dizendo que a quebra do coco sempre foi uma fonte de renda da mulher e que o que elas buscam é melhorar essa forma de ganhar dinheiro. Já Helena Silva diz que quebrar coco é muito mais fácil que trabalhar com o computador, pois é uma prática que todas exercem desde pequena, então se torna um trabalho leve:

[...] a quebra do coco, ela não é pesada, eu não acho pesada, eu, quebradeira de coco, eu acho pesado trabalhar no computador (risos), então pra mim isso é muito pesado, mas a quebra do coco ela não é pesada porque você tem todo um jeito, desde pequena que você vê sua mãe, seu pai, e você pega aquele manejo, aquele jeito de quebrar coco (HELENA SILVA, 2014).

Maria de Jesus não considera o trabalho da quebra do coco pesado, ela afirma que ele tem seus riscos como qualquer outra profissão, mas não acha um trabalho pesado: *“[...] pra mim eu não considero que seja um trabalho pesado, é um trabalho como qualquer um*

outro, só que as pessoas consideram que existe risco, mas o risco está em qualquer profissão”.

Entre as entrevistadas, Maria do Socorro foi à única que ressaltou que o trabalho da quebra do coco é pesado, dificultoso e perigoso, mas que ainda não conseguiram inventar uma máquina que substitua o trabalho da mulher quebradeira de coco. Conforme relata, “*O trabalho pra nós é pesado, é dificultoso, é perigoso, é. Mas até hoje, eu te digo com clareza e firmeza, que não tem outro pra substituir nós [...]*”.

Maria Regina também considera o trabalho pesado, mas ressalta a coragem das mulheres em desenvolvê-lo e afirma que essa foi à única facilidade da mulher para ter uma renda, pois muitas mulheres viviam sob a lei do pai e da mãe, da criação, do marido, em que a mulher tinha que cuidar da casa e dos filhos, numa vida totalmente submissa. Foi por isso que as mulheres decidiram abraçar esse trabalho:

Porque elas são muito corajosas (risos), e além dele ser pesado, foi à única facilidade pra renda delas, porque pelo saber que elas não tinham estudo, não tiveram essa oportunidade de ir pra escola, pra estudar, que antigamente não tinha escola pra mulher, principalmente pra dona de casa, com quatro, cinco filhos. Já boto menos [número de filhos atualmente], mais a maioria era de 10 pra frente. Então era por isso, a lei do marido, a lei do pai, da criação, do pai e da mãe, mulher pra lavar louça e cuidar de filho e de casa [...] (MARIA REGINA, 2014).

Levando em consideração todas as falas, apesar de umas acharem o trabalho da quebra pesado e outras não, esse trabalho representa para todas a autonomia e uma fonte de renda. Ressaltando que sendo leve ou pesado o trabalho da quebra envolve coragem, força e determinação das mulheres para enfrentarem a situação de submissão na vida doméstica, além de representar empoderamento e libertação dessas trabalhadoras rurais.

A tabela 7 a seguir aborda na opinião das coordenadoras/lideranças entrevistadas com relação a seguinte pergunta: **O trabalho da quebradeira de coco é ou não visto como complementar ao trabalho do homem?**

Tabela 7 - O trabalho da quebradeira visto como complementar ao trabalho do homem. Líderes do MIQCB entrevistadas - setembro de 2014

Liderança	Síntese da resposta da liderança
Eunice Costa	“Sim, ele é visto como complementar”
Helena Silva	“Antes era pra complementar o trabalho do homem, mas hoje não”
Maria de Jesus	“Não, é o trabalho da mulher”
Maria do Socorro	“Não, o homem tem o serviço dele e a quebradeira o dela”
Maria Regina	“Sim, pra ajudar nas despesas de casa”

Fonte: Leididaina Araújo e Silva (2014)

Na tabela 7 acima podemos observar que as respostas divergem quanto ao trabalho da quebradeira de coco ser ou não um trabalho complementar ao trabalho do homem. Duas entrevistadas – Maria de Jesus e Maria do Socorro – afirmam que não é um trabalho complementar e sim um trabalho independente, da mulher. Outra – Maria Regina – sugere a complementaridade, afirmando que a ajuda nas despesas de casa. Já outra – Helena Silva – fala que o trabalho da quebradeira de coco já foi para complementar o trabalho do homem. Eunice Costa é a única a considerar que o trabalho da quebradeira de coco é para complementar o trabalho do homem.

Maria de Jesus é enfática ao dizer que o trabalho da quebra do coco é um trabalho independente como outro qualquer, é uma forma de ganhar dinheiro, de obter uma renda, para ela:

[...] o trabalho é visto como uma forma de ganhar o dinheiro e que esse dinheiro seja pra comprar o que a gente precisa, desde o remédio, o calçado, a roupa, alimento quando falta. Então isso pra nós é um trabalho, uma renda. Quando eu quebro coco, que eu vou fazer o meu dinheiro, eu não me considero uma mulher desempregada, considero que eu tenho a minha fonte de renda (MARIA DE JESUS, 2014).

Maria do Socorro também é firme ao defender que o trabalho da quebradeira de coco não é um trabalho complementar, pelo menos o dela não entra nessa categoria. Conforme ressalta, *“O meu não é não, fia, o meu né não, homem é homem ele tem o serviço dele, o meu é meu, tenho o meu serviço, minha atividade”*.

Helena Silva foi firme em sua resposta que destaca a importância da diversificação do produto no processo de independência do trabalho da quebradeira. Disse que outrora o trabalho da quebradeira já foi um trabalho complementar, na época em que as mulheres vendiam apenas a amêndoa e a renda adquirida era pouca. Mas que hoje, com a variedade de produtos que elas vendem o trabalho da quebradeira não é mais complementar:

Antes era pra complementar o trabalho do homem, porque a gente só fazia quebrar e vender a amêndoa, hoje não, hoje ele é uma renda da mulher, porque ela faz tudo que ela imagina, ela tem todo esse direito, tem toda essa liberdade, porque antes a gente não tinha, era só quebrar o coco, vender pro patrão e vender a amêndoa, pegar a mercadoria, e hoje não, hoje você faz azeite, você faz sabonete, você faz sabão, você tira o mesocarpo, então ela [a quebra do coco] é uma renda não só pra complementar o trabalho do homem, do marido, mas ela é uma renda mesmo pra você se sustentar, ela é um emprego (HELENA SILVA, 2014).

Maria Regina respondeu que é pra ajudar nas despesas de casa. Considera também que o trabalho da quebradeira pode se tornar um trabalho complementar ao trabalho do

homem, acredita que pode ser “[...] complementar, porque termina sendo o próprio homem pra ajudar a mulher”. Entendemos que Maria Regina acredita na ajuda mútua, ou seja, o homem ajuda a mulher e a mulher ajuda o homem, não só no trabalho em si, como também nas despesas com a casa, tornando os trabalhos complementares um ao outro. Eunice Costa, assim como Maria Regina, acredita que o trabalho da quebradeira seja um trabalho complementar ao trabalho do homem “[...] ele é visto como um complemento, a quebra do coco”.

Pelas respostas percebemos que algumas defendem a ideia de autonomia e de igualdade, que o trabalho da quebra de coco tem suas dificuldades como outro qualquer, mas é um trabalho que garante a renda para sobrevivência de muitas famílias, sem necessariamente ser um trabalho complementar ao do homem. Apesar de uma delas ressaltar ainda que no início era difícil a autonomia financeira pelo fato de comercializarem apenas as amêndoas e essas terem seu valor de mercado muito baixo. Ressalta também que hoje a realidade é outra: pela quantidade de produtos derivados da palmeira de babaçu que são comercializados por elas. Outras destacam que o trabalho pode ser uma complementaridade ao trabalho do homem, que ambos podem se ajudar e assim colaborar para o sustento da família e com as despesas com o lar.

A tabela 8 abaixo apresenta respostas das quebradeiras de coco babaçu quanto à questão: **Os homens têm ou tiveram papel importante no movimento?**

Tabela 8 - Os homens têm ou tiveram papel importante no movimento. Líderes do MIQCB entrevistadas - setembro de 2014

Liderança	Síntese da resposta da liderança
Eunice Costa	“Eles têm papel importante porque ajudam as mulheres juntando o coco”
Helena Silva	“Eles têm um papel importante quando apoiam a mulher”
Maria de Jesus	“Os companheiros também ajudaram na luta pela terra”
Maria do Socorro	“No início não, mas hoje eles ajudam as mulheres”
Maria Regina	“Não, mas hoje já ajudam a mulher na quebra do coco”

Fonte: Leididaina Araújo e Silva (2014)

As respostas de todas as entrevistadas com relação à pergunta, indicada na tabela (8) acima, demonstram-se semelhantes: todas reconhecem que os homens hoje têm um papel importante dentro do movimento, porém o papel mais importante tem sido no apoio ao trabalho, a partir do momento que eles apoiam suas companheiras e as ajudam no trabalho da quebra do coco. Apesar de, segundo do Eunice Costa, alguns homens se recusam a ajudar as mulheres por dizerem que esse é um trabalho de mulher. Conforme relata, “[...] tem muito homem que diz não, eu não vou me envolver com isso aí porque é coisa de mulher”. Porém,

existem homens, como o próprio companheiro de Eunice Costa, que ajudam muito no trabalho da quebra de coco, “[...] *no caso do meu esposo, ele tem um papel muito importante, porque ele junta o coco pra mim quebrar*”. Helena Silva também destaca a importância do homem no trabalho, “*Eles têm um papel importante, os homens que compreendem suas esposas, os homens que ajudam a gente no dia a dia é muito importante [...]*”. Já Maria de Jesus destaca o papel dos homens no movimento social das quebradeiras, considerando que os homens sempre ajudaram as mulheres na luta pela terra, ressaltando que a luta da mulher camponesa não é diferente da luta do homem do campo:

[...] a gente teve os companheiros que também ajudaram a lutar, [...] pela terra, a luta pela terra não é uma luta desassociada da luta da mulher e do homem, é uma luta conjunta, todo mundo tem o seu papel, todo mundo tem a sua contribuição (MARIA DE JESUS, 2014).

Maria do Socorro tem opinião diferente e ressalta que no início os homens não tiveram papel importante no movimento, pelo contrário, segundo ela, “*No início não teve não, era só discriminação, humilhação com a gente [...]*”. Mas hoje eles já ajudam as mulheres na luta, inclusive o seu próprio companheiro, que no início não a apoiava, mas que hoje a ajuda, inclusive fazendo o seu trabalho enquanto ela participa de reuniões de mobilização: “[...] *meu marido já junta o coco pra mim quebrar, muitas das vezes eu quebro o coco, deixo quieto lá e venho embora pra reunião e ele vai e torra pra mim, e ainda passa na forrageira [...]*”. Maria Regina também confirma que hoje os homens ajudam as mulheres em sua lida diária e alguns inclusive, realizam a mesma atividade que a mulher, “[...] *já ajuda a mulher ir quebrar o coco, carregar o coco pra casa pra facilitar, eu conheço homem que já ajuda a torrar, já ajuda a tirar o azeite, então na nossa região já tem esses homens que faz isso.*”

Com as respostas das entrevistadas percebemos que não fica claro para elas a distinção entre trabalho e participação no movimento. Entendemos como trabalho a quebra do coco em si e como participação no movimento uma mobilização política e social. O fato é que elas veem tudo no mesmo conjunto, apesar de que podemos analisar nas respostas que os homens tiveram e têm papel importante tanto no trabalho como no movimento. Com o destaque maior para a participação no trabalho, ajudando suas companheiras no processo de quebra.

A tabela 9 a seguir aponta, na opinião das coordenadoras/lideranças entrevistadas as repostas para a seguinte pergunta: **Em sua opinião quais foram as principais conquistas do MIQCB?**

Tabela 9 - As principais conquistas do MIQCB. Líderes do MIQCB entrevistadas - setembro de 2014

Liderança	Síntese da resposta da liderança
Eunice Costa	“A legalização do movimento e aprovação da Lei do Babaçu Livre e o direito a terra”
Helena Silva	“O acesso ao mercado institucional, políticas públicas, assento nos órgãos de representação popular.”
Maria de Jesus	“Acesso ao conhecimento, acesso a outros ambientes, valorização do conhecimento tradicional, contato e parcerias com universidade”
Maria do Socorro	“A legalização do movimento”
Maria Regina	“A liberdade da mulher”

Fonte: Leididaina Araújo e Silva (2014)

Para Eunice Costa, as principais conquistas do movimento foram à legalização do movimento e aprovação da Lei do Babaçu Livre, pois segundo ela, antes da aprovação da lei o coco estava preso e elas não tinham acesso ao coco e nem a terra. Nesse sentido, além da legalização do movimento e da aprovação da Lei do Babaçu Livre a entrevistada vê o direito à terra como uma conquista também, em suas palavras ressalta que:

As principais conquistas do MIQCB foi ele ser legalizado, que ele não era entidade legalizada, então foi o primeiro passo, o segundo passo a Lei do Babaçu Livre e também o direito a terra, que a gente não tinha, o direito de ter a terra pra ter o coco liberto (EUNICE COSTA, 2014).

Eunice Costa se refere ao direito à terra e ao coco liberto, pelo fato de ser moradora de uma das três reservas extrativistas de coco babaçu do Maranhão – nessa reserva o direito à terra e ao coco liberto é garantido. Maria do Socorro concorda com Eunice Costa quando afirma que uma das principais conquistas do movimento foi o mesmo ter conseguido a legalização, pois antes o movimento não tinha identidade própria, como ressalta:

Na minha opinião, a principal conquista que nós tivemos foi a legalização, nós não tinha nome, conta bancária, nós não tinha CNPJ, nós não tinha nada. Então a nossa principal conquista foi isso, criar o movimento, hoje nós somos nós, hoje nós temos nossa conta bancária, hoje nós tem nosso CNPJ, nós temos nosso nome. Pra mim, a principal conquista foi essa. Depois veio outras (MARIA DO SOCORRO, 2014).

Para Helena Silva, uma das principais conquistas do MIQCB nesses 23 anos foi o mesmo ter acessado o mercado institucional, ter conseguido políticas públicas e acesso nos conselhos municipais:

Uma das conquistas que a gente tem é de ter conseguido acessar o mercado institucional, isso é uma conquista, e [também] outras conquistas de políticas públicas que a gente tem nas regionais que a gente tem acesso, tá dentro dos

conselhos nos municípios [...] conselho da merenda escolar [...] (HELENA SILVA, 2014).

Para Maria Regina, a principal conquista do movimento é:

“A liberdade da mulher. Ela hoje já pode aparecer em qualquer outro lugar, ela tem direito a uma cadeira na câmara municipal e em qualquer outro lugar que tenha grandes eventos, principalmente público, as maiores conquistas foi essas” (MARIA REGINA, 2014).

É interessante perceber como Maria Regina atribui a liberdade da mulher como uma das principais conquistas do movimento. Porque isso envolve toda uma questão histórica de gênero, da luta das mulheres pelos seus direitos.

Para Maria de Jesus as conquistas do MIQCB envolve os novos conhecimentos adquiridos pelas mulheres quebradeiras de coco, a oportunidade de conhecer pessoas e novos espaços, o diálogo que conseguiram estabelecer com as universidades. Conforme relata:

Uma das principais conquistas, foi a gente ter melhorado o nosso conhecimento, ter ampliado o nosso conhecimento, que antes do movimento a gente era a mulher que ficava de casa pra roça, quebrando coco e olhando menino, mas depois que a gente foi pro movimento a gente teve várias conquistas, a conquista de conhecer novos espaços, novas pessoas, uma conquista de lutar por direitos, porque antigamente a gente nem sabia por que porta a gente ia passar e hoje a gente aprendeu [...] porque antigamente a academia era a academia, não se juntava, [...] achava que era superior a tudo, os estudiosos e tudo, mas hoje não, as universidades começam a se abrir pra gente, e começou juntar o saber acadêmico com o saber tradicional, eu acho que isso ao longo desses anos foi uma conquista, uma conquista até de nós como quebradeira saber nos posicionar para os doutores qual a nossa opinião, o que que a gente acha disso, então isso pra mim, essas mulheres, tiveram uma grande conquista (MARIA DE JESUS, 2014).

Pelo relato percebemos que essas conquistas envolveram todo um processo de reconhecimento e aceitação da academia com relação ao saber tradicional das quebradeiras de coco, como a também percebe-se um processo de autorreconhecimento da própria condição de mulher quebradeira de coco babaçu inserida em um novo contexto político e social.

As principais conquistas do MIQCB relatada pelas entrevistadas perpassam pela legalização do movimento, entendido como um passo importantíssimo para as mulheres conseguirem autonomia e liberdade financeira, além do movimento ter conseguido adquirir sua identidade. A aprovação da Lei do Babaçu Livre é uma luta ainda em andamento, pois segundo elas só existe uma Lei estadual aprovada no estado do Tocantins e algumas leis aprovadas em âmbito municipal. A principal luta hoje no que se refere à Lei do Babaçu

Livre é para sua aprovação em âmbito federal. A criação de três reservas extrativistas de coco babaçu no estado do Maranhão no ano de 1992 passou a garantir direito à terra e livre acesso das mulheres quebradeiras de coco babaçu às áreas de babaçuais, além de contribuir para preservação desse rico recurso natural existente no estado.

As entrevistadas relataram outras conquistas importantes como o acesso ao mercado institucional, o que foi um passo importante do movimento, pois logo no início as quebradeiras de coco babaçu extraíam e vendiam apenas as amêndoas, o que limitava seu acesso ao mercado, hoje com a diversidade de produtos derivados do coco babaçu e a criação da cooperativa do movimento para comercializar legalmente os produtos melhorou bastante a situação do movimento e das quebradeiras de coco babaçu, que tiveram seu trabalho reconhecido e seus produtos valorizados. Temos também que o acesso às políticas públicas nos conselhos municipais são vistas como principais conquistas do MIQCB nos seus 23 anos de existência.

Os novos conhecimentos adquiridos pelas quebradeiras nesses 23 anos é visto também como conquistas dessas mulheres, além da oportunidade de conhecer pessoas e novos espaços e do diálogo que conseguiram estabelecer com as universidades, mostrando a essas a importância do saber tradicional e a importância de diálogo com o saber acadêmico. Todas as conquistas relatadas levaram essas mulheres a conquistar sua liberdade pessoal, profissional e social.

5.3 Atividades da regional e da sede

As próximas tabelas destacam questões relacionadas às características e funcionamento das regionais.

Na tabela 10, a seguir, destacamos o número de municípios envolvidos em cada regional, bem como o número de homens e mulheres envolvidos. Aqui, buscamos identificar a abrangência do MIQCB e também a caracterização do movimento como um movimento de mulheres.

Tabela 10 – Municípios envolvidos e participação das mulheres e homens envolvidos segundo líderes do MIQCB entrevistadas - setembro de 2014

Sede/Regional/Liderança	Municípios por Regional	Mulheres e Homens envolvidos	Mulheres que não participam
Maranhão – Sede/Maria de Jesus	“Muitos Municípios”	M – “Muitas” (não sabe dizer o número) H – “Diretamente não”	Muitas
Maranhão – Regional de	18	M – “Mais de 200 mulheres	Muitas

Imperatriz/Eunice Costa	Municípios	H – “Não tem homens participando”	
Piauí – Regional dos Cocaís/Helena Silva	3 Municípios	M – “400 mulheres” H – “2 ou 3 por grupo”	800
Pará – Regional Araguaia/Maria Regina	4 Municípios	M – 98 mulheres H – “Muito poucos, uns 15 jovens”	Muitas
Tocantins – Regional do Bico do Papagaio/Maria do Socorro	12 Municípios	M – “800 mulheres” H – “Não tem”	Muitas

Fonte: Leididaina Araújo e Silva (2014)

A coordenadora geral do MIQCB, Maria de Jesus, não soube precisar quantos municípios então envolvidos atualmente no movimento. Segundo ela, quando menos se espera aparecem mulheres envolvidas no movimento de municípios que elas nem imaginavam: *“são muito municípios, quando a gente diz que tem três, quatro municípios envolvidos a gente vai ver... A gente tem mulher de município que a gente nem pensava, porque a cada vez mais essa demanda aumenta [...]”*. Da mesma forma como não soube precisar o número de mulheres que participam e não participam do movimento, disse apenas que esse é *“[...] um número que a gente não tem, esses dados porque são muitas quebradeiras [...]”*. Quanto à pergunta sobre a quantidade de homens envolvidos no movimento Maria de Jesus foi enfática ao dizer que diretamente não existem homens participando, mas que indiretamente eles ajudam, *“diretamente homens que participam, não. Pode ajudar a gente na discussão, às vezes a gente precisa porque tem coisa que só mulher não pode fazer, e a gente tem uns parceiros que nos ajuda.”*

Na regional de Imperatriz-MA, segundo uma das coordenadoras, Eunice Costa, participam 18 municípios, que somando os grupos (alguns de 15, 20 e até 30 mulheres) totaliza para mais de 200 mulheres. Ressalta que ainda existem muitas mulheres (sem mencionar quantidade) que não participam do movimento. Quanto ao envolvimento de homens no MIQCB, Eunice Costa relata uma situação semelhante à relatada por Maria de Jesus, na qual ela diz que o homem trabalha de forma indireta ajudando a mulher: *“Os homens participa assim, ele vai ajudar a mulher, vão juntar o coco [...]”*.

Da regional do Piauí, onde uma das coordenadoras é Helena Silva, participam apenas 3 municípios, mas com um número de mulheres participantes e não participantes bastante significativo. Segundo a coordenadora são aproximadamente 400 mulheres participando de forma direta e cerca de 800 de forma indireta, ou seja, mulheres que quebram coco mas não estão diretamente envolvidas com as atividades do MIQCB. Com relação à participação de homens no movimento ela nos relata que existem 2 ou 3 homens por grupo de quebradeira: *“[...] há homens que participam, em cada grupo a gente tem dois, três homens*

que participa ali junto com a gente, e isso é muito bom (risos). E tem que ter né, o masculino do lado da gente, porque tem momentos que é preciso, não tem jeito (risos).”

A regional do Pará se organiza em 4 municípios, com o número de 98 mulheres participando diretamente. Segundo Dona Maria Regina (uma das coordenadoras da regional) existem muitas mulheres que não participam do movimento. E quando indagamos sobre o envolvimento de homens com o movimento, ela nos relata que são poucos, que agora com o projeto Pindova tem em torno de uns 15 jovens do sexo masculino participando.

Na regional do Tocantins participam 12 municípios, totalizando em torno de 800 mulheres envolvidas de forma direta e muitas de forma indireta. Lembrando que a participação de forma indireta se dá pelas mulheres que quebram coco, mas não se envolvem nas atividades do MIQCB. Quanto ao envolvimento de homens, assim como nas demais regionais, eles não se envolvem de forma direta, mas ajudam as mulheres na hora de juntar e carregar o coco.

Conforme os relatos das entrevistadas o número de municípios participantes do MIQCB tem aumentado frequentemente. Aqui podemos contabilizar 37 municípios em 4 regionais, destacando que não obtivemos informações sobre 2 regionais – a do Médio-Mearim-MA e da Baixada Maranhense também no Maranhão. Nessas quatro regionais podemos contabilizar 1.498 mulheres participando de forma direta no movimento e muitas outras participando de forma indireta. Constatamos ainda que o envolvimento dos homens aparecem de forma tímida em algumas regionais e em outras sequer aparecem.

A tabela 11, a seguir, apresenta a quantidade de pessoas que trabalham na sede e regionais, bem como as atividades que são desenvolvidas em cada uma.

Tabela 11 - Pessoas que trabalham na sede/regional e atividades desenvolvidas segundo líderes do MIQCB entrevistadas - setembro de 2014

Sede/Regional/Liderança	Pessoas que trabalham	Atividades
Maranhão – Sede/Maria de Jesus	7 pessoas Coordenação Geral: Maria de Jesus (Dijé) Coordenação Técnica: Ana Carolina Mendes Assessoria Administrativa: Célio de Jesus Assessoria Comercial: Flávia Azeredo e Luciene Figueiredo Assistente Administrativo: Antonia Gomes Secretária: Hélia Maria	Encontros Reuniões Reivindicações Produção das quebradeiras e Todas as atividades relacionadas à questão política e social do movimento são tratadas na sede do MIQCB.
Maranhão – Regional de Imperatriz/Eunice Costa	1 assessora 4 coordenadoras	Reuniões Planejamento
Piauí – Regional dos Cacaís/Helena Silva	3 assessoras (MIQCB, Projeto Pindova e CIMQCB) 4 coordenadoras	Reuniões Acompanhamento dos grupos

	1 rapaz que ajuda nos projetos	Atividades com crianças
Pará – Regional Araguaia/Maria Regina	2 assessoras (MIQCB e CIMQCB) 4 coordenadoras 1 pesquisador que está concluindo os estudos	Tirar azeite Fazer relatório Registrar com foto Visitar os grupos
Tocantins – Regional do Bico do Papagaio/Maria do Socorro	2 assessoras (MIQCB e CIMQCB) 4 coordenadoras	Acompanhar os grupos

Fonte: Leididaina Araújo e Silva (2014)

Conforme a tabela acima, o MIQCB possui 7 pessoas trabalhando na sede em funções distintas e em cada uma das quatro regionais temos de uma a até três assessoras. Sabendo que o MIQCB se organiza em 6 regionais, vamos ter um número de 24 coordenadoras (nas entrevistas obtivemos a informação de que são 4 coordenadoras por regional, tal informação também se encontra no site do movimento), sendo que no Maranhão, por existirem três regionais, existem 12 coordenadoras – as outras 12 são dos outros três estados que integram o MIQCB: Piauí, Pará e Tocantins. Essas 24 coordenadoras se dividem entre coordenação executiva – que se distribui entre Coordenadora Geral, Vice Coordenadora, Coordenadora Financeira, Secretária Geral, Secretária de Formação e Secretária de Comunicação –, coordenadoras interestaduais e conselho fiscal.

As sedes das regionais contam cada uma com uma assessora, além de contar com outras assessoras que respondem pela CIMQCB (cooperativa responsável pela comercialização dos produtos produzidos pelas quebradeiras) e pelo projeto Pindova (projeto financiado pela Petrobras que tem como objetivo promover a geração de renda das quebradeiras de coco babaçu e de oportunidades de trabalho para os jovens de suas comunidades, no Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins). Na sede, vale destacar a presença de um homem integrando o quadro de funcionários, Célio de Jesus, que trabalha na assessoria administrativa como contador do movimento.

Para Maria de Jesus as atividades das coordenadoras se diferem das atividades das assessoras da seguinte forma:

A coordenação, ela é pra fazer o trabalho político do movimento, a assessoria faz aquilo que nós não sabe fazer, colocar no papel pra esses negócios de internet, elabora projeto, isso a gente não sabe fazer, mas o trabalho político do movimento, esse é feito pelas quebradeiras, pela coordenação (MARIA DE JESUS, 2014).

Temos que as atividades desenvolvidas na sede e nas regionais são semelhantes e giram em torno de reuniões, planejamentos, promoção de encontros, seminários, treinamentos, atividades com as crianças e comunidades carentes, como é o caso da regional

do Piauí que tem um projeto financiado pela ActionAid Brasil⁹ – que é um movimento global de pessoas que trabalham juntas para promover os direitos humanos e vencer a pobreza. Helena Silva relata sobre atividades realizadas com crianças e outras atividades de acompanhamento, registro e desenvolvimento de projetos relacionados ao trabalho da quebra do coco:

Outra atividade que a gente tem é com as crianças, que é essa parceria que a gente tem com a ActionAid Brasil, que a gente faz trabalho duas vezes por ano com eles, então a gente tem 32 comunidades que a gente de seis em seis meses a gente anda por causa desse trabalho com as crianças, é um trabalho mesmo que não pode deixar de fazer (HELENA SILVA, 2014).

Ela ainda nos fala sobre outras atividades tais como acompanhar os grupos de quebradeiras de coco, registrar com fotos, fazer relatórios e desenvolver projetos. Essas foram algumas das atividades citadas pelas coordenadoras/lideranças entrevistadas.

Constatamos que existe um quantitativo de pessoas que possuem ligação direta e diária com o movimento – que são as 24 coordenadoras representantes das 6 regionais e as assessoras, além de pesquisadores que por um período acompanham o movimento diariamente – e que estão distribuídas para exercerem diferentes funções. As atividades desenvolvidas na sede e nas regionais giram em torno do esperado, com destaque para fala de Maria de Jesus, quando a mesma diz que as coordenadoras tem a função de fazer o trabalho político do movimento e as assessoras as questões burocráticas relacionadas a documentos e projetos que precisam ser trabalhados com o uso das tecnologias de informação e comunicação, como computador, internet, redes sociais, etc.

Destacamos ainda o movimento ActionAid Brasil que entra na categoria de apoiadores do MIQCB, mas que na verdade trabalham em parceria nas comunidades carentes da regional do Piauí. Fundada em 1972, a ActionAid é uma organização sem fins lucrativos cujo trabalho atinge cerca de 20 milhões de pessoas em 45 países. A ActionAid está no Brasil desde 1999. Sua atuação já envolve 25 organizações parceiras em 13 estados, beneficiando mais de 300 mil pessoas em cerca de 1.300 comunidades. (ACTIONAID, 2014)

Para saber como são escolhidas as coordenadoras e o quanto elas estão próximas do trabalho da quebra do coco; e para saber se elas se mantêm ligadas às atividades no campo,

⁹A ActionAid é uma organização internacional, sem fins lucrativos, que há 40 anos trabalha com comunidades excluídas ao redor do mundo. Mais de 20 milhões de pessoas são beneficiadas em 40 países pobres da África, Ásia e Américas. No Brasil desde 1999, está presente em 13 estados, junto com 25 organizações parceiras, beneficiando mais de 300 mil pessoas.

enquanto coordenadoras, as seguintes perguntas foram feitas: **Como é feita a escolha das coordenadoras? Existe Pré-requisito para ser coordenadora?**

A tabela 12 abaixo apresenta uma síntese das informações referentes às perguntas acima.

Tabela 12 – Escolha das coordenadoras e pré-requisito para escolha. Líderes do MIQCB entrevistadas - setembro de 2014.

Sede/Regional/Liderança	Como é feita a escolha das coordenadoras	Pré-requisito para ser coordenadora
Maranhão – Sede/Maria de Jesus	“Tem eleições de 3 em 3 anos, em cada regional são eleitas 4 coordenadoras e selecionadas as delegadas que votarão no encontrão”	“Ela pode ser ou ter sido quebradeira”
Maranhão – Regional de Imperatriz/Eunice Costa	“Reúne quebradeiras e escolhe as coordenadoras”	“Sim, tem que ser quebradeira de coco”
Piauí – Regional dos Cocaís/Helena Silva	“Numa pré-assembleia em cada regional se elege 4 coordenadoras que tomam posse no encontrão a cada 3 anos”	“Precisa ser ou ter sido quebradeira de coco”
Pará – Regional Araguaia/Maria Regina	“Numa votação na regional se escolhe 4 coordenadoras”	“Ela tem que entender do coco”
Tocantins – Regional do Bico do Papagaio/Maria do Socorro	“Faz-se um encontrim onde se elege 4 coordenadoras para tomar posse no encontrão”	“Sim, quem não é quebradeira nem participa”

Fonte: Leididaina Araújo e Silva (2014)

De acordo com os relatos, em cada regional, nos meses que antecedem o “encontrão” (encontro interestadual das quebradeiras que acontece a cada três anos), faz-se uma reunião (que no Piauí chamam de pré-assembleia e no Tocantins encontrinho) e elegem na ocasião as coordenadoras que posteriormente tomarão posse no encontrão. A gestão das coordenadoras é de 3 anos, e cada regional elege ainda 40 delegadas (mulheres quebradeiras de coco) que terão direito de votar no encontrão. Como relata Maria de Jesus (atual coordenadora geral do MIQCB), “[...] *elas são escolhidas assim, tem eleições de três em três anos e faz-se um encontrinho aonde convida as mulheres das comunidades e de lá são eleitas 4 coordenadoras e que vai eleita também 40 delegadas que vão participar do encontrão*”.

Com relação aos pré-requisitos houve unanimidade nas respostas: a mulher que será eleita precisa conhecer a atividade. Precisa ser ou ter sido quebradeira de coco. Como relatado por Helena Silva: “[...] *precisa ter sido uma quebradeira, precisa ser uma pessoa que se destaca que fala que tenha disponibilidade para viajar, que esteja preparada pra política do movimento*”. Maria do Socorro complementa, “*Quem não é quebradeira a gente nem convida.*”

Com os relatos podemos constatar como é realizada a escolha das coordenadoras do movimento e quais os pré-requisitos existentes para tal escolha. Vale destacar que os motivos que nos levaram a fazer as perguntas de como é feita, e quais os critérios, para a escolha das coordenadoras, foi o fato de sabermos que existem pessoas de diversas comunidades, simpatizantes do movimento, que gostariam de participar de forma mais direta. Se não existissem os critérios, com o passar do tempo o movimento poderia perder sua essência, que é ter seu núcleo principal formado por mulheres quebradeiras de coco babaçu.

Para conhecer a visão que as entrevistadas têm do papel da coordenadora regional e sobre a compatibilidade de coordenar e exercer a atividade de quebradeira, elaboramos a pergunta: **Qual é o papel da coordenadora/liderança?** Cujas respostas estão sintetizadas na Tabela 13, a seguir:

Tabela 13 – Papel da coordenadora/liderança segundo líderes do MIQCB entrevistadas - setembro de 2014

Liderança	Síntese da resposta da liderança
Maria de Jesus	“Coordenar”
Eunice Costa	“Incentivar as mulheres; Organizar as mulheres; Acompanhar os grupos”
Helena Silva	“Acompanhar os grupos; Fazer planejamento; Fazer prestação de contas; Assessorar os projetos; Fazer relatórios”
Maria Regina	“Viagens; Reuniões; Prestação de contas; Buscar azeite nas comunidades pra cooperativa; Embalar azeite; Vender na feira”
Maria do Socorro	“Fazer representação estadual, municipal e nacional”

Fonte: Leididaina Araújo e Silva (2014)

Conforme a tabela acima, o papel da coordenadora de uma regional, além de ser político, é coordenar, incentivar as mulheres, acompanhar os grupos organizados das quebradeiras de coco nas comunidades, fazer planejamento, prestações de contas, relatórios, assessorar projetos, viajar, participar de reuniões, agilizar a comercialização dos produtos e representar a regional em diversas circunstâncias. Como relata uma das coordenadoras do Tocantins, Maria do Socorro, “*Somos muito chamadas em representação estadual, regional, nacional.*”, ou seja, representar o MIQCB, em qualquer instância política ou social, nos municípios, estados, em âmbito federal e/ou até mesmo fora do Brasil.

Quanto à compatibilidade da função de coordenadora com a atividade de quebradeira, elaboramos a seguinte pergunta: **A função de coordenadora permite continuar quebrando coco?**

Helena Silva: permite, nós tem que quebrar coco (risos) porque é uma profissão, então a gente não deixa de quebrar (risos), eu acho assim, nem que eu tivesse um emprego, nem que eu fosse presidente da república eu ainda quebrava coco (risos) porque é um dom, não deixo de jeito nenhum.

Maria Regina: permite, porque eu dou uma fugida e vou pro mato quebrar coco (risos) [...].

Eunice Costa: permite sim porque eu quebro [...]

Maria de Jesus: olha, a gente não quebra todo dia não (risos), mas de vez em quando a gente vai lá, de vez em quando vai lá juntar, botar lá. Planeja que vai hoje, aí hoje não dá pra ir, aí vai lá com quatro semanas depois, mas a nossa missão e a nossa identidade é não perder o contato com a nossa base.

Maria do Socorro: só depende se ela ser doida (risos) que nem eu [...].

Percebe-se nas respostas a forma descontraída com que cada uma trata do assunto. Helena Silva e Eunice Costa dizem que a função de coordenadora permite continuar quebrando coco, que é um trabalho necessário e que elas quebram. Maria Regina e Maria de Jesus também dizem que permite, mas que quebram eventualmente. Maria do Socorro, de forma irreverente, nos disse que não é fácil conciliar a quantidade de trabalho demandada com a função de coordenadora com a quebra de coco, mas que mesmo assim ela quebra.

Nesse sentido, para todas as entrevistadas a função de coordenadora/liderança não impede que o trabalho da quebra de coco seja realizado, apesar de relatarem que o tempo torna-se curto pra desenvolver tal função.

5.4 Informação, comunicação e documentação

Os temas abordados neste item referem-se às ações, hábitos e evidências relativas à informação e à comunicação tanto do trabalho das quebradeiras quanto dos produtos derivados do babaçu, focalizando também especificamente o impacto das TIC nessas características informacionais e comunicacionais.

As respostas para a pergunta **“O que é feito para garantir a preservação da informação sobre o trabalho da quebradeira?”** não levaram a identificação de ações específicas e coordenadas para garantir informações sobre o processo de trabalho das quebradeiras. Entretanto, elas parecem valorizar a comunicação do conhecimento tradicional como forma de preservação. Manter boa comunicação entre as quebradeiras, permanecer com a cultura da quebra e não aceitar máquinas para substituir o trabalho da quebradeira são apontadas como medidas de preservação, bem como a promulgação da Lei do Babaçu Livre. Para as entrevistadas essa é a forma de preservar a informação sobre o seu trabalho.

Eunice Costa destaca a informação sobre as quebradeiras como uma iniciativa importante, “[...] *dentro do movimento a gente tem uma boa informação com cada quebradeira [...]*”. A manutenção do processo de trabalho tradicional é o que deve ser

incentivado, segundo Helena Silva, como forma de preservar a informação sobre o trabalho da quebradeira. Trata-se de permanecer com a cultura da quebra com o machado e o porrete, não aceitar máquinas – segundo ela, as propostas para uso de máquinas são muitas:

[...] a gente recebe muitas propostas de máquinas. Dessa coisa de ampliar de renovar a tecnologia. Às vezes ele acha que a gente é até egoísta, não quer, entendeu, e é difícil, quando eles chegam nas comunidades querendo implantar uma coisa que a gente tá vendo que não dá, às vezes a gente tem que ser dura e grosseira, pra poder permanecer com essa cultura, [...] a gente debate muito forte pra permanecer com esse trabalho, com essa cultura, com essa comunicação, a gente sempre tá em comunicação nas regionais, nos estados, pra que a gente possa permanecer com essa cultura, com esse trabalho, com as mulheres ali firme, porque é muitas tentações pra puder tirar a gente do trilho, às vezes até pra fazer devastação nas matas, então é muito difícil, mas a gente supera por que a gente é um grupo [...]. (HELENA SILVA, 2014).

Em depoimento semelhante, Maria de Jesus acredita que a forma de preservar a informação sobre o trabalho da quebradeira de coco é preservando e transmitindo os conhecimentos tradicionais, conhecimentos que muitas vezes não se encontram em livros, conforme relata: “[...] *é preservando os conhecimentos tradicionais, porque existe aquele conhecimento que é um conhecimento que não está escrito em livro nenhum, mas que é o conhecimento de todas as quebradeiras [...]*.” Já para Maria do Socorro e Maria Regina, a promulgação da Lei do Babaçu Livre é único respaldo legal que elas possuem para garantir a preservação da informação sobre o trabalho da quebradeira de coco.

Diante da pergunta **“O que é feito para garantir a preservação da informação sobre os produtos da quebra do coco?”** as respostas revelaram preocupação com a divulgação do seu conhecimento tradicional. Expuseram que esse conhecimento deveria ser considerado pelo aspecto do sigilo, pelo aspecto da garantia de exclusividade de produção e comercialização.

Para Eunice Costa, por exemplo:

É um conhecimento nosso, tradicional que a gente já tem e que faz a garantia dos nossos produto. De primeiro era difícil vender até um litro de azeite, mas hoje não, hoje a gente já vende, já tem a cooperativa. O MIQCB criou a cooperativa e hoje a gente já tem uma garantia. (EUNICE COSTA, 2014).

Como resposta a essa pergunta Helena Silva destaca a inocência das mulheres, que não se dão conta que há um segredo a ser guardado:

A gente é muito boba, se chega alguém lá querendo saber como a gente faz o sabonete, eu vou fazer pra ele ver... se chega alguém querendo saber fazer o

mesocarpo aí o grupo vai lá senta e faz pra ele ver. Nós num tem esse segredo, nós num guarda esse segredo, mas eu acredito que sabonete alguém pode copiar e ampliar..., nós num tem esse segredo pra segurar. Chega um monte de gente pra fazer a visita e nós já [ensina]: faz é assim, eu quero mostrar como é que tira a massa, eu quero mostrar como é que faz o sabonete, quero mostrar como é que faz o azeite, entendeu? [O que a] gente faz é mostrar mesmo, a gente não tem esse segredo, de guardar [...] (HELENA SILVA, 2014).

Maria de Jesus falou sobre as diversas vezes em que as quebradeiras revelaram sobre seus conhecimentos para os pesquisadores e outros que chegavam nas comunidades, de como elas não tiveram cuidado com a preservação da informação, mas que agora estão adquirindo consciência sobre a importância de se manter o sigilo sobre o conhecimento tradicional que elas possuem:

Olha, a gente tem tido várias discussão sobre a questão do CTA (Conhecimento Tradicional Associado) [...] eu acho que a gente contou muito as nossas histórias, e ela foi muito escrita por alguém que chegava na comunidade que fazia uma pesquisa e que levava isso e ia embora. Depois a gente não sabia, então com isso a gente até aprendeu, nosso conhecimento a gente não repassa pra qualquer pessoa [...]. A gente faz uma discussão entre as quebradeiras, pra que a gente preserve esse conhecimento que é um conhecimento que é das quebradeiras, mas a gente precisa zelar por ele (MARIA DE JESUS, 2014).

Conforme as entrevistadas, a preservação da informação sobre o trabalho das quebradeiras, e sobre os produtos derivados da quebra do coco, perpassa pela consciência da importância de se ter uma lei que dê respaldo legal para tal preservação. Outros pontos são a inocência de não entender que existem segredos sobre o trabalho da quebra e do processo de produção dos produtos, bem como a consciência de preservação do conhecimento tradicional – que, diga-se de passagem, não estão em livros.

Apresentaremos a partir de agora o impacto que as TIC trouxeram e trazem para o movimento, na concepção das lideranças entrevistadas. Para isso, algumas perguntas foram formuladas visando detectar mudanças e contribuições que as TIC trouxeram para o MIQCB.

Na tabela 14, abaixo, destacamos (inicialmente) os principais argumentos apresentados nas respostas sobre mudanças ocorridas no MIQCB com a utilização de novos meios de comunicação; como o uso do celular, da internet e das redes sociais.

Tabela 14 - Mudanças no MIQCB com o uso do celular, internet e redes sociais segundo líderes do MIQCB entrevistadas - setembro de 2014

Sede/Regional/Liderança	Houve mudanças com o uso do celular? Quais?	Houve mudanças com o uso internet? Quais?	Houve mudanças com o uso das redes sociais?
Maranhão – Sede/Maria de Jesus	“Houve mudanças, melhorou a comunicação”	“Ainda precisa fazer ela chegar nas comunidades”	“Muitas mudanças”

Maranhão – Regional de Imperatriz/Eunice Costa	“Houve muita mudança, hoje a comunicação é muito boa”	“Houve, hoje se manda um documento muito rápido pela internet”	“Sim, antes era muito atrasado”
Piauí – Regional dos Cocaís/Helena Silva	“Com essa tecnologia a comunicação avançou, melhorou”	“Apesar de não saber usar ficou 100%, porque a assessora usa”	“Sim, houve mudanças (não pra ela que não sabe usar)”
Pará – Regional Araguaia/Maria Regina	“Muitas mudanças, melhorou a comunicação”	“Não, lá não pega internet”	“Não tem internet na comunidade”
Tocantins – Regional do Bico do Papagaio/Maria do Socorro	“Várias mudanças, melhorou 100% a comunicação”	“Muita mudança”	“Sim, ficamos conhecidas internacionalmente”

Fonte: Leididaina Araújo e Silva (2014)

Com relação à primeira indagação, sobre mudanças no MIQCB com o uso do celular, as respondentes são unânimes ao concluir que esse recurso melhorou bastante o processo de comunicação dentro do movimento. Relatam que em tempos passados os meios de comunicação se davam através de recados e bilhetinhos; e, às vezes, quando a informação chegava, se fosse uma viagem ou um evento, a data já tinha passado. Eunice Costa relata:

Houve muita mudança, porque de primeiro pra notícia, pra informação chegar lá pra mim, era através de bilhetinho, de recado e quando eu vinha a receber era com 15 dias [de atraso]. Se era pra viajar (risos) eu perdia a viagem, e hoje não, hoje a comunicação é muito boa, muito boa mesmo (EUNICE COSTA, 2014).

Helena Silva complementa dizendo que depois que “[...] veio o celular, cada coordenadora tem o seu, eu já ligo do meu direto pra cá pro MIQCB, as meninas já ligam pra mim, então essa comunicação com essa tecnologia avançou e melhorou muito [...]”.

Maria de Jesus também concorda com as mudanças trazidas pelo celular:

[...] antigamente era no recado. Tu vai dar um recado pra fulano e lá passava não sei quanto tempo pra chegar e às vezes quando chegava já tinha passado o tempo e com o celular as informações elas chegam mais rápido (MARIA DE JESUS, 2014).

Maria do Socorro também expõe sua opinião sobre as mudanças trazidas pelo celular:

Houve várias mudanças. Eu acho que do jeito que a gente vivia houve uma mudança de quase 100%, porque hoje, eu tou lá no meu monte de coco quebrando coco e eu me lembro da Helena no Piauí, eu ligo pra Helena... Helena eu tou com tantas mulheres e tal e tal, e aí as vezes a gente até manda foto, tira foto e envia. Eu não sou muito boa nisso, porque eu só entendo de celular de ligar e receber, uma quebradeira de coco já tem o celular alí pendurado na palmeira. Muitas delas, a moto encostada na palmeira [...] nós evoluímos demais, a quebradeira hoje tem uma moto invés de um jumento amarrado lá no capim, mas tem a moto encostada e o celular

dipindurado na palmeira. É, mudou muito, a gente tá bem (risos) (MARIA DO SOCORRO, 2014).

Maria Regina complementa dizendo que em sua comunidade o celular funciona com a ajuda de uma antena rural, que o sinal lá é muito ruim, mas com essa antena ele funciona. Ela lamenta por não ter internet e um e-mail para ajudar na comunicação, mas que o celular já ajuda muito.

Conforme as respostas à chegada do celular no universo das quebradeiras de coco babaçu melhorou bastante o processo de comunicação entre os membros do MIQCB. Ressaltam como era difícil os tempos antes do celular e o processo de evolução após sua chegada: em tempos passados os recados e bilhetes demoravam dias para chegar a seus destinos e isso se configurava num transtorno. Após a chegada do celular não só a comunicação melhorou como elas já usam o recurso tecnológico para finalidades como, por exemplo, registrar por meio de fotos os momentos em que estão em trabalho de quebra coletiva. Além da evolução com o uso do celular, vale ressaltar a fala de uma das entrevistadas quanto à evolução no meio de transporte utilizado pelas quebradeiras. Em tempos passados dispunham apenas de um jumento para percorrer as áreas de babaçuais, mas hoje muitas já possuem uma moto como meio de transporte. O que parece, em comparação, como uma inovação equivalente.

Com relação à pergunta sobre as mudanças provocadas pela internet as respostas revelam que a tecnologia ainda apresenta problemas, embora vejam nela aspectos positivos. Duas das respondentes, Maria de Jesus e Maria Regina, ressaltam que esse recurso ainda não chega a muitas comunidades. A primeira destaca que “[...] *ainda precisa fazer com que ela [a internet] chegue nas comunidades que a gente vive, porque na maioria das nossas comunidades não tem, a gente não tem esse acesso*”. A segunda se queixa que a internet é falha: “*Não tem, não pega a internet*”. Para Eunice Costa e Maria do Socorro, o destaque fica por conta da facilidade de envio de documentos. Para Eunice, “*A internet, tem sido um avanço pra nós, que hoje eu tou aqui e se eu quiser mandar um documento lá onde eu tou é rapidinho, a gente manda. Então, tudo isso melhorou e muito, foi um avanço muito grande.*” E Helena Silva, apesar de não usar porque não sabe mexer, tem apoio no seu uso, através da sua assessora e considera grande o seu impacto nos trabalhos da associação.

Quanto às opiniões sobre o impacto das redes sociais no movimento, as respostas são diversas e pouco precisas. Para Eunice Costa, com esta tecnologia, “***Hoje tá fácil demais pra nós quebradeira de coco [...]***”. Helena Silva não sabe utilizar as redes sociais, nem o computador, mas acredita no seu impacto:

Eu acredito que houve muita mudança, pra mim não, né (risos)?! Porque eu não tenho acesso (risos). Eu consigo quebrar, eu consigo tirar o azeite, consigo fazer outras coisas, mas não consigo trabalhar no computador, eu já tentei curso de computação, não consigo porque dói minhas costas, me cansa; eu não consigo meia hora ali [...] (HELENA SILVA, 2014).

Maria do Socorro destaca, toda vaidosa, a contribuição das redes sociais para a divulgação do movimento. Por meio das redes sociais as quebradeiras de coco ser tornaram conhecidas internacionalmente, “*Ficamos conhecidas internacionais (risos)*”, conclui.

A próxima tabela (15) sintetiza os argumentos apresentados nas respostas à pergunta – **Em sua opinião essas tecnologias (celular, internet e redes sociais) podem trazer novas contribuições para o movimento?**

Tabela 15- Essas tecnologias (TIC) podem trazer novas contribuições para o movimento. Líderes do MIQCB entrevistadas - setembro de 2014

Liderança	Síntese da resposta da liderança
Eunice Costa	“Sim, com certeza”
Helena Silva	“Pode não, está trazendo, facilitou o envio de documentos”
Maria de Jesus	“Depende, porque essas novas tecnologias servem tanto para o bem como para o mal”
Maria do Socorro	“Internet, celular, computador sim, mas nem todas trazem contribuição, como a máquina de quebrar coco, por exemplo, não traz”
Maria Regina	“Pode trazer bastante”

Fonte: Leididaina Araújo e Silva (2014)

Quando são questionadas se essas novas tecnologias podem trazer novas contribuições, Eunice Costa prontamente responde que sim, com certeza, “*Sim, com certeza, porque se não tivesse a tecnologia nós num tava onde nós tamo, com certeza! Porque era atrasado demais e a tecnologia tem sido bom*”. Helena Silva também responde que não só podem trazer contribuições como já estão trazendo. Já Maria de Jesus e Maria do Socorro são mais críticas às TIC. Uma considera que essas novas tecnologias “*Servem tanto para o bem como para o mal.*” e a outra reconhece que os recursos para comunicação são importantes, mas que nem toda tecnologia traz mudanças positivas – ela ainda aproveita para citar a máquina de quebrar coco, falando que esta não traria nenhum benefício para as quebradeiras.

Sobre as atividades de comunicação na própria regional as perguntas foram as seguintes: **Como se comunica com as trabalhadoras da sua regional?** e **Que informações são tratadas nessa comunicação?** Apresentamos, na tabela 16, a síntese das informações prestadas.

Tabela 16 - Comunicação das trabalhadoras na regional, informações tratadas e meio de comunicação segundo líderes do MIQCB entrevistadas - setembro de 2014

Sede/Regional/Liderança	Comunicação com as trabalhadoras da regional	Informações tratadas nessa comunicação
Maranhão – Sede/Maria de Jesus	“Por telefone”	“Trata dos acontecimentos das regionais”
Maranhão – Regional de Imperatriz/Eunice Costa	“Ligo, vou nas comunidades”	“Reuniões, planejamento, etc.”
Piauí – Regional dos Cocais/Helena Silva	“Por celular”	“Agendamento de reuniões, articulação”
Tocantins – Regional do Bico do Papagaio/Maria do Socorro	“Telefone e recadinhos”	“Articulação, viagens”
Pará – Regional Araguaia/Maria Regina	“Visitando os núcleos, os grupos de quebradeiras”	“Falam sobre o que ocorre em reuniões, seminários, atividades de capacitação”

Fonte: Leididaina Araújo e Silva (2014)

Pelas respostas às perguntas acima, o principal meio de comunicação entre os membros dentro das regionais é o celular, além de recadinhos e visitas aos grupos nas comunidades. Os assuntos tratados são semelhantes nas quatro regionais e na sede: reuniões, planejamento, articulação das mulheres, viagens, seminários, atividades de capacitação. Os diversos tipos de conteúdo mencionados sugerem que a liderança está bem articulada e mobilizada.

Helena Silva relata como é a comunicação com as trabalhadoras na regional do Piauí:

As trabalhadoras, nós dos grupos também, a gente tem celular... Tem alguns grupos que ainda não tem, que ainda não pega área, mas tem uma antena que a gente compra na cidade, antena rural, aí bota no celularzinho né?! Então, antes a gente tinha que ir lá, hoje não, a gente se comunica, tem uma reunião... é fulana?! tal dia tem uma reunião, articula aí tantas mulheres pra vim! Ou então a gente vai fazer a reunião com o grupo, aí você já articula as mulheres que a gente vai tá tal hora. Faça o almoço pra todo mundo!, Então, tem essa facilidade agora, não tem mais o que gastar com moto taxi, com taxista pra ir lá na comunidade dar o recado, ou então deixar aquele convitizinho que a gente fazia num papel pra elas se encontrar lá [...] Facilitou demais (risos) (HELENA SILVA, 2014).

Maria de Jesus relata que apesar da dificuldade em encontrar sinal disponível das operadoras de telefonia nas comunidades, a comunicação é feita com o uso do celular:

Na minha comunidade, tem algumas casas que tem um telefonizinho, mas também são poucas, também não é toda hora que funciona e quando a gente quer ter uma informação mais rápida a gente tem que ir longe, subir uma serra pra procurar lugar pra ver se acha um sinal. É assim! (MARIA DE JESUS, 2014).

Para Maria do Socorro, a comunicação com os membros dentro da regional é através de celular e recadinhos, “[...] com as quebradeiras da minha regional é telefone fia,

telefone e recadinho.” Já Maria Regina relata como é feito o processo comunicação com as trabalhadoras da sua regional:

Nós faz um intercâmbio, todos os mês nós tiramos nossas semanas, os dias da semana, faz um calendário pra nós fazer visita em cada um. Nós temos 7 núcleos, cada um em zona rural diferente, nós aproveita o caixa que vai daqui da central pra lá e a gente vai pagando passagem fazendo reuniões com essas mulheres (MARIA REGINA, 2014).

Um importante uso do celular está no “agendamento” das visitas, pois antes das realizações das visitas as coordenadoras dos núcleos são avisadas, para que assim possam reunir as mulheres, agilizando o processo:

A gente antes de ir [...] a gente avisa por celular pra uma coordenadora que tem lá no pequeno núcleo e ela reúne as companheiras e quando a gente chega já tá tudo reunido e a gente faz aquela breve reunião e volta pra trás (MARIA REGINA, 2014).

Abaixo comentamos os tipos de respostas obtidos sobre a comunicação da coordenadora fora do seu ambiente específico. Trata-se da comunicação da líder de uma regional com as outras regionais e com a sede, obtida a partir da pergunta: **“Como é a sua comunicação com a sede e as outras regionais?”**

Pelos relatos das coordenadoras/lideranças entrevistadas, a comunicação com a sede e com as outras regionais é muito boa, elas se comunicam bastante através de telefone celular e internet (com o uso de e-mail). Helena Silva ressalta que a chegada do celular facilitou bastante a comunicação com os membros das outras regionais, principalmente devido aos pacotes promocionais oferecidos pelas operadoras de telefonia:

Hoje temos telefone que tem aquele bônus, né (risos)?! Então a gente já sabe quem tem VIVO, e a regional que tem OI, e a gente compra, eu comprei meu chip, por exemplo, chip da OI, porque os das meninas nas regionais tudo era OI, aí como a gente tinha que se articular na cooperativa em que eu sou diretora. Aí eu comprei OI e botei crédito e a gente fez uma mobilização: Pará, Tocantins, Imperatriz, Mearim, Baixada. E foi aqui no escritório que a gente fez toda uma articulação por telefone de graça, porque foi de bônus. Então é muito fácil de se articular hoje (risos) (HELENA SILVA, 2014).

A regional do Tocantins faz uso de e-mail e também de celular para comunicação com a sede e as outras regionais porque, conforme Maria do Socorro, *“É através de e-mail, telefone também, porque nem sempre o e-mail resolve tudo, né?! Às vezes é coisa de imediato, o telefone vai mais rápido.”* Maria Regina também relata que a sua comunicação

com a sede e com as outras regionais é feita através do telefone. Caso esse meio não funcione pela questão da qualidade no sinal na comunidade, ela precisa se deslocar até a cidade mais próxima para enviar um e-mail. Em suas palavras, a comunicação “*É por telefone, às vezes o telefone não dá certo, eu tenho que vim no escritório em São Domingos do Araguaia, aí a gente tenta passar e-mail.*”

Percebemos, portanto, que o uso da TIC como o celular e a internet facilitou bastante o processo de comunicação entre as quebradeiras de coco babaçu, além de contribuírem para articulação e fortalecimento do movimento.

Para identificar as instituições parceiras e apoiadoras do movimento elaboramos as seguintes perguntas: **Com que instituições parceiras e apoiadoras do movimento você mantém contato frequentemente? Sobre que temas?** Além de perguntarmos se o movimento se comunica com o governo: **A regional se comunica com o governo? Sobre que temas? Com que frequência?** Apresentamos a síntese das respostas na tabela (17) abaixo.

Tabela 17 - Instituições parceiras e apoiadoras e contato com o governo segundo líderes do MIQCB entrevistadas - setembro de 2014

Sede/Regional/Liderança	Instituições parceiras e apoiadoras do movimento/ frequentemente/temas	Comunicação com o governo/temas/frequência
Maranhão – Sede/Maria de Jesus	“Parceria com os professores das universidades e ASSEMA”	“Só federal, sobre políticas públicas”
Maranhão – Regional de Imperatriz/Eunice Costa	“Justiça nos Trilhos, STTR e Casa Familiar Rural (assuntos diversos)”	“Não temos comunicação”
Piauí – Regional dos Cocais/Helena Silva	“ActionAid Brasil e Fundação Banco do Brasil (financiamento de projetos)”	“Diretamente não”
Tocantins – Regional do Bico do Papagaio/Maria do Socorro	“Com a APATO (Alternativa para Pequena Agricultura no Tocantins) – Assuntos diversos”	“Tínhamos boas relações com o governo anterior (que sancionou a Lei do Babaçu Livre no Estado do Tocantins). Com o atual não”
Pará – Regional Araguaia/Maria Regina	“Sindicato Rural e EMATER – Eventos, feiras, capacitação, seminários, viagens”	“Não temos comunicação com o Governo”

Fonte: Leidedaina Araújo e Silva (2014)

A comunicação com as instituições parceiras e com os apoiadores variam de acordo com cada estado. Cada regional possui parceiros e apoiadores distintos. Na regional de Imperatriz-MA os principais parceiros e apoiadores, segundo Eunice Costa, são: “*Justiça nos Trilhos de Açailândia*¹⁰, *STTR* (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais) *de Cidelândia*, *STTR de Imperatriz e Casa Familiar Rural.*” Segundo ela:

¹⁰ Projeto que envolve um grupo de pessoas que lutam por questões sociais em busca de um desenvolvimento que alcance de forma igualitária a todos os cidadãos e respeite verdadeiramente o meio ambiente, os direitos humanos e a vontade própria das comunidades tradicionais.

Sempre onde tem essas entidades tudim tem quebradeira de coco e tem trabalhador rural que a gente faz reunião. Não é só do MIQCB pra falar do coco, mas quando se fala em devastação, aí a gente faz a reunião e convida os parceiros pra audiência pública, pra tudo. São uns parceiros bom (EUNICE COSTA, 2014).

As instituições parceiras e apoiadoras na regional do Piauí, segundo Helena Silva, são: a ActionAid Brasil, que apoia um projeto com as crianças nas comunidades voltado para leitura, e a Fundação Banco do Brasil, que apoia os projeto de extração e comercialização do mesocarpo no estado.

Maria de Jesus, coordenadora geral do MIQCB relata que existem muitas instituições parceiras e apoiadoras com quem o movimento mantém contato, principalmente com professores das universidades e a ASSEMA (que atua nas comunidades junto com o MIQCB). Sobre a relação com as universidades, Maria de Jesus considera que não há um apoio institucional e sim um apoio dos professores/pesquisadores universitários, conforme relata:

[...] as universidades aderiram, mas são com professores que a gente tem contato desde o início do movimento. [Se] a gente precisa de uma coisa a gente liga [para o professor] aí [a gente fala] professor eu preciso que você me ajude nisso, e outras mulheres de outras organizações também [também fazem isso], principalmente as organização de mulheres (MARIA DE JESUS, 2014).

No Tocantins, a principal instituição parceira e apoiadora é a APATO (Alternativa para Pequena Agricultura no Tocantins), segundo Maria do Socorro – que complementa: *“Trabalhamos juntos em tudo, em tudo mesmo.”*

Na regional do Pará os principais parceiros do MIQCB são o Sindicato Rural do Estado e a EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Rural)¹¹. Segundo Maria Regina, a EMATER é uma grande parceira e juntos desenvolvem muitos trabalhos, dentre os quais: feiras, eventos, viagens representativas, capacitação, seminários, tudo relacionado à agricultura.

Já com relação à comunicação com o governo estadual e/ou federal as respostas são quase todas negativas, exceto para o Tocantins onde Maria do Socorro relata que com o

¹¹ A Emater-Pará é o órgão oficial de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará que presta serviços especializados nas áreas de ciências agrárias e humanas, difundindo conhecimentos e informações tecnológicas no meio rural. Tem a missão de contribuir com soluções para agricultura familiar, com serviços de assistência técnica, extensão rural e pesquisas baseadas nos princípios éticos e agroecológicos.

governo atual não mantêm nenhum tipo de contato, mas que com o governo anterior era diferente:

[...] tinha boas relações com o governo do Marcelo Miranda, inclusive foi ele quem sancionou a nossa Lei do Babaçu Livre no Tocantins. [...] Nós tínhamos cinco municípios que tinha a Lei do Babaçu Livre, mas quando o Marcelo foi eleito, nós tivemos a ajuda da deputada estadual Jose Nunes que abraçou a nossa causa, botou no congresso e ele sancionou a Lei Estadual, antes de ser cassado, porque ele foi cassado (MARIA DO SOORRO, 2014).

Para ela o estado não é receptivo à causa, *“A gente tem mais possibilidade de se comunicar lá no federal, no estado essa relação ela não é aberta”*.

Opinião semelhante é apresentada por Maria de Jesus, a coordenadora geral do movimento, sendo que esta apresenta uma razão para a maior facilidade de atuarem em nível federal:

No federal o MIQCB sempre tem muitos assentos, então são várias coordenadoras que estão lá ocupando vários assentos, a gente tem a comissão nacional que ela é paritária, governo e sociedade civil, a gente tem o GT (Grupo de Trabalho) que é da agricultura familiar, é governo e sociedade civil, a gente tem o CONSEA¹² (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional), tem pessoas que têm assento lá no CONSEA, é paritária, são paritárias, e a gente tá lá, e muitas vezes a gente até discute que a gente tá lá ajudando na construção do projeto do governo, porque é governo e sociedade (MARIA DE JESUS, 2014).

As demais regionais não mantêm nenhum tipo de contato com os governos estaduais, apesar de que, como relata Eunice Costa, *“[...] não tem essa comunicação, a gente até tenta, mas não consegue, a realidade é essa”*.

As respostas com relação a parceiros e apoiadores do movimento são diversas, variando de estado para estado. Os parceiros e apoiadores variam de órgãos governamentais e não governamentais, sindicatos, ONGs, empresas privadas, etc. Vale destacar ainda a falta de relação que o movimento tem com os governos estaduais. Nenhum dos quatro estados que compõem o MIQCB estabelece comunicação com os governos, apesar das entrevistadas destacarem que não é por falta de tentativas, dando a entender que os governos estaduais se fecharam para um diálogo com esse movimento. Nesse contexto, uma das entrevistadas faz

¹² É um instrumento de articulação entre governo e sociedade civil na proposição de diretrizes para as ações na área da alimentação e nutrição. Instalado no dia 30 de janeiro de 2003, o Conselho tem caráter consultivo e assessoria o Presidente da República na formulação de políticas e na definição de orientações para que o país garanta o direito humano à alimentação. O CONSEA é formado por 57 conselheiros - 38 representantes da sociedade civil organizada e 19 ministros de Estado e representantes do Governo Federal, além de 23 observadores convidados.

uma ressalva para a facilidade de comunicação que o movimento possui com o governo federal.

Na tabela (18) a seguir apresentamos as informações prestadas sobre como cada regional/sede gera e mantém sua documentação, com que tipo de documentos lida e quem organiza essa documentação. As perguntas para obtermos essas respostas foram as seguintes: **Como a regional gera e mantém a sua documentação? Com que tipo de documento a regional lida? Quem organiza essa documentação?**

Tabela 18 – Documentação e organização nas regionais segundo líderes do MIQCB entrevistadas - setembro de 2014

Sede/Regional/Liderança	Como a regional gera e mantém a sua documentação	Tipo de documento	Quem organiza essa documentação
Maranhão – Sede/Maria de Jesus	“Documentação é fundamental, principalmente a DAP (que diz que a quebradeira de coco é uma trabalhadora rural)”	“Todos os documentos, ofícios, projetos, etc.”	“As funcionárias da sede”
Maranhão – Regional de Imperatriz/Eunice Costa	“A partir das reuniões são gerados os documentos”	“Relatórios, lista de presença, ofícios”	“A assessora”
Piauí – Regional dos Cocais/Helena Silva	“Existem as pastas de documentos da CIMQCB e do MIQCB”	“Estatuto, regimento interno, etc.”	“A contadora”
Tocantins – Regional do Bico do Papagaio/Maria do Socorro	“É tudo na sede”	“Cópias do documentos que estão na sede”	“A coordenadora geral e a assessoria”
Pará – Regional Araguaia/Maria Regina	“Reúne um grupo e gera os documentos”	“Ofício”	“A secretária da regional”

Fonte: Leididaina Araújo e Silva (2014)

Conforme Eunice Costa e Maria Regina, a documentação de uma regional é gerada a partir das reuniões com os grupos e os documentos que vão desde relatórios, listas de presença, ofícios, estatutos, regimento, projetos, etc. As pessoas responsáveis pela organização dessa documentação variam de regional para regional, podendo ser tarefa da assessora, da contadora, da secretária ou da própria coordenadora. No caso de Maria do Socorro, ela disse que se trata de uma ação entre “a coordenadora geral com a assessoria” Quanto a organização dos documentos na regional do Piauí, Helena Silva relata que existem, “[...] pastas da documentação da CIMQCB que é a cooperativa, tem as pastas da documentação do MIQCB e tem da Associação da regional, que a gente tem uma associação na regional [...]”.

Consta-se que o MIQCB, tanto a sede como as demais regionais, lidam com uma variedade diversificada de documentos. Temos que é na sede do movimento que estão/são armazenados todos os documentos originais gerados pelo MIQCB. Na visita de campo

tivemos a oportunidades de conhecer o arquivo do movimento que se localiza na sede em São Luís (conforme foto abaixo).

Foto 7 – Arquivo do MIQCB



Fonte: Leididaina Araújo e Silva (2014)

Constatamos ainda que o MIQCB dá importância à organização e preservação de sua documentação. Tudo que é gerado tem cópia armazenada no arquivo, desde o primeiro documento que foi a ata de reunião para criação do MIQCB. Segunda as entrevistadas, o arquivo do movimento é sempre muito requisitado pelos pesquisadores que se interessam pela história de criação e desenvolvimento do movimento.

5.5 As perspectivas do movimento e o aproveitamento do coco

Apresentamos a seguir, na tabela 19, a opinião das lideranças sobre o aproveitamento do coco e sobre a predominância de alguns tipos de produtos, a longo prazo, bem como as perspectivas das coordenadoras/lideranças com relação ao futuro do MIQCB. Para obtermos tais respostas elaboramos as seguintes perguntas: **O tipo de aproveitamento do coco varia conforme o local? Por quê? Há alguma tendência de predominância de algum produto a longo prazo?**

Tabela 19 – Tipo de aproveitamento do coco conforme local e predominância de produto segundo líderes do MIQCB entrevistadas - setembro de 2014

Sede/Regional/Liderança	Aproveitamento do coco conforme local/Por que	Tendência de predominância de produtos a longo prazo
Maranhão – Sede/Maria de Jesus	“Sim, varia conforme o local, porque são muitos grupos”	“Sim, produtos diversos a longo prazo (óleo, azeite, sabão, sabonete, etc.)”
Maranhão – Regional de Imperatriz/Eunice Costa	“Sim, depende da comunidade”	“Mesocarpio e azeite”

Piauí – Regional dos Cocaís/Helena Silva	“Varia sim, pelos projetos de cada regional”	“O sabonete e o mesocarpo”
Tocantins – Regional do Bico do Papagaio/Maria do Socorro	“Sim, pelas máquinas que as regionais tem”	“Sim, mesocarpo, azeite e óleo bruto”
Pará – Regional Araguaia/Maria Regina	“Sim, pela mecanização do trabalho”	“Sim, mesocarpo e o azeite”

Fonte: Leididaina Araújo e Silva (2014)

As justificativas para os tipos de aproveitamento do coco conforme a localidade são diversas. Todas concordam que esse aproveitamento do coco varia conforme o local, pois segundo elas, isso depende muito da comunidade, dos projetos desenvolvidos em cada regional e das máquinas que existem em cada local. Helena Silva, da regional do Piauí, explica que o aproveitamento do coco varia de região para região pelo seguinte fator:

[...] por exemplo, se uma regional trabalha com papel é por causa do projeto... Nós trabalha com o mesocarpo, nós tem os projetos lá no Piauí, são três projetos de mesocarpo [...] e já pra cá pro Mearim é mais é sabonete, não tem mesocarpo, tem outra regional que tem mesocarpo, tem outra regional que tem mais azeite, e assim, depende muito da vontade, do que [...] a gente quer. (HELENA SILVA, 2014).

Para Maria de Jesus, “[...] *ele [o tipo de aproveitamento] varia conforme o local porque são muitos grupos, e tem grupo que trabalha com o mesocarpo, tem grupo que trabalha com artesanato, tem grupo que trabalha com azeite, tem grupo que é pra extrair o óleo, aquele óleo bruto, então varia.*”

Maria do Socorro também concorda que a produção varia conforme o local,

Tem município que produz mais o mesocarpo, porque tem máquina, tem a unidade produtiva do mesocarpo e outras que é do azeite, do óleo. No Tocantins, nós é óleo, o óleo bruto, no caso, que nossa associação ASMOBIP (Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais e Quebradeiras de Coco do Bico do Papagaio)... E temos a associação da reserva, e temos o azeite que é os grupinhos produtivos do azeite, que as mulheres que tiram o azeite, as unidades tira os óleos (MARIA DO SOCORRO, 2014).

Para Maria Regina o tipo de aproveitamento varia pela facilidade que cada regional encontra, pela mecanização da extração. Segundo ela, o mesocarpo predomina em poucos lugares porque não é um produto de fácil extração, envolve toda uma preparação, um maquinário específico. Seu relato explica o porquê de algumas regionais trabalham com o mesocarpo e outras não:

Pela facilidade de tirar ele, da mecanização pra trabalhar com ele. O mesocarpo é muito melindroso pra mexer com ele, mais do que o coco... Ele é em pó, o azeite

não, então nem toda máquina pode tirar o mesocarpo, e tem uma técnica que a vigilância sanitária exige e a gente ainda não tem aquela estufa capacitada pra fazer isso, então a gente se evita de mexer com ele; o azeite não porque já tem uma capacitação, a gente já tem as máquinas, a gente já tem as panelas adequadas pra trabalhar com ele, e o mesocarpo precisa duma estufa, dum sol, pano pra penerar ele, de uma técnica diferente (MARIA REGINA, 2014).

Já com relação aos produtos e à tendência de predominância a longo prazo as respostas são unânimes quanto ao azeite, mesocarpo e o sabonete. Maria de Jesus se mostra bastante otimista quanto a predominância a longo prazo de vários produtos derivados do coco, conforme o seu relato:

Todos esses têm que permanecer no mercado, porque cada vez mais estamos buscando novas alternativas. Se a gente já produz o óleo a gente tá pensando que agora tem que ser o sabonete, tem que ser o sabão, porque cada vez mais a gente tem que tá na busca da inserção do produto no mercado, e da valorização e do preço também – um produto de boa qualidade e bom preço (MARIA DE JESUS, 2014).

E as iniciativas neste sentido já começaram. Eunice Costa relata sobre esse aspecto na regional de Imperatriz-MA:

Nós não estamos trabalhando com o mesocarpo, nós estamos montando uma mini indústria, nós vamos montar no Centro do Abraão e vamos trabalhar com o mesocarpo, nós tamos trabalhando só com o azeite, mas lá pra nós, pra todo lado que você se virar tem azeite e na região do Amarante aí é que tem azeite, tem produto (EUNICE COSTA, 2014).

Na regional do Piauí o sabonete e o mesocarpo são os produtos, segundo Helena Silva, com tendência de predominância a longo prazo:

Sabonete é muito procurado em todo lugar, em todo lugar que a gente vai o pessoal procura, então, o sabonete e o mesocarpo [...] é um produto muito procurado e é um produto que só quem faz é a gente (risos) aí é muito bom (HELENA SILVA, 2014).

Na regional do Pará a predominância de produto a longo prazo, segundo Maria Regina, é “o mesocarpo e o azeite”.

Conforme as respostas aos questionamentos abordados, concluímos que o tipo de aproveitamento do coco varia conforme a localidade por diversos fatores, que vão desde parceiros/apoiadores, projetos, maquinário disponível em cada regional, disponibilidade de mão de obra e aos padrões que se enquadram na inspeção da vigilância sanitária.

O que podemos observar é que o trabalho da quebra do coco com machado e porrete defendido pela quebradeira de coco se difere bastante do trabalho para extração do

mesocarpo. Diferente da quebra do coco manual realizada por mulheres o mesocarpo necessita de uma máquina específica para sua extração, além de um ambiente que se enquadre nos padrões exigidos pela vigilância sanitária. O trabalho de extração do mesocarpo necessita ainda de mão de obra qualificada.

Com a criação das cooperativas do MIQCB e os projetos de incentivo a diversificação dos produtos derivados da palmeira de babaçu (como o projeto Pindova), as entrevistadas se mostram bastante otimistas quanto a entrada do MIQCB no mercado comercial.

O questionamento que surgiu após análises das respostas é quanto ao modelo de trabalho tradicional defendido pelas quebradeiras (a quebra do coco com machado e porrete) versus a necessidade de inserção de maquinários modernos para extração do mesocarpo, como forma de complemento ao trabalho da quebradeira. Como é vista essa relação por elas? Tal questão poderá ser respondida numa próxima pesquisa.

Concluindo as análises das entrevistas, tabela 20, indagamos sobre o que as coordenadoras/lideranças quebradeiras de coco babaçu esperam do movimento para o futuro. Para obtermos as respostas elaboramos a seguinte pergunta: **O que você espera do movimento no futuro?**

Tabela 20 - O que esperam do movimento no futuro. Líderes do MIQCB entrevistadas - setembro de 2014	
Sede/Regional/Liderança	Síntese da resposta da liderança
Maranhão – Sede/Maria de Jesus	“Que ele cresça mais ainda e que venha uma juventude para assumir”
Maranhão – Regional de Imperatriz/Eunice Costa	“Melhorar cada vez mais a vida das quebradeiras”
Piauí – Regional dos Cocais/Helena Silva	“Que a juventude reconheça e dê continuidade ao movimento”
Tocantins – Regional do Bico do Papagaio/Maria do Socorro	“Andamento das cooperativas, certificação e comercialização dos produtos”
Pará – Regional Araguaia/Maria Regina	“Crescimento do movimento”

Fonte: Leidedaina Araújo e Silva (2014)

As respostas para o questionamento foram diversas, todas demonstram um imenso desejo por melhoria, crescimento, certificação e comercialização dos produtos, bem como o reconhecimento e interesse da juventude em dar continuidade ao movimento.

O que espera Eunice Costa do movimento no futuro

[...] é que venha a melhorar mais ainda as condições de vida das quebradeiras, com mais projeto, que é o que a gente precisa: construção, melhorar na construção. Buscar projeto pra fazer mais unidade, que quando se parte pra comercialização, você tem que ter é uma coisa bem vista, bem feita, bonita mesmo, que a vigilância

sanitária não venha dizer não pra isso aqui; a gente só quer crescer, o objetivo nosso é crescer (EUNICE COSTA, 2014).

Por este relato podemos sentir a preocupação que existe com relação à vida das mulheres e pelo bem estar coletivo dessas mulheres quebradeiras de coco. Percebemos também nesta fala a preocupação com a união das quebradeiras pelo cuidado com a produção e um grande interesse no crescimento da atividade.

Helena Silva se emocionou ao dizer o que espera do movimento no futuro. Relata, chorando, suas esperanças:

Eu espero que a juventude reconheça mesmo o movimento, que a gente deixe o movimento (choro) em outras mãos, mãos dos jovens, porque a gente que tem 10 anos, tem 15 anos de movimento. Às vezes a gente fica preocupada de não estar atraindo a juventude, de ter outras coisas que atraí a juventude, e o meu sonho (choro) é ver a juventude levando esse barco, porque eu e as outras, a gente vai ter um final feliz, mais a gente quer deixar um futuro pros nossos filhos, nossos netos e outros jovens. A gente quer deixar uma história garantida, um futuro garantido (HELENA SILVA, 2014).

Por este relato vemos que sua esperança é que os jovens se interessem pelo movimento, que eles possam dar continuidade à luta que há anos vêm sendo liderada por esse grupo de mulheres.

Maria de Jesus tem as seguintes perspectivas para o movimento:

O que eu espero é o que a gente já tá trabalhando, porque antigamente a gente dizia que a juventude era o futuro, hoje a gente tá dizendo que o futuro é hoje, é agora. Então, o que a gente espera é que esse futuro, que é hoje e agora, que esse movimento cada vez mais cresça e que venha uma juventude pra assumir esse movimento (MARIA DE JESUS, 2014).

Para Maria de Jesus o futuro é hoje e agora, destacando assim a importância das ações realizadas no presente. Mas, também destaca que a juventude ainda é a esperança de futuro para o movimento.

Já Maria do Socorro relata as perspectivas do movimento para o futuro numa visão mais comercial:

Eu espero do movimento no futuro, fia, é o seguinte: que nossa cooperativa dê tudo certo como vem dando até hoje, mesmo assim a gente ainda [anda] meio devagar... Que ela dê tudo certo pra comercializar nosso produtos e a gente consiga nossa certificação, que é a nossa maior luta hoje. Primeiro nós lutava só pelo babaçu, por preço, pra ser reconhecido, mas hoje a nossa luta é pela certificação. Se nós conseguir a certificação, nossa cooperativa já tá criada para comercializar, aí pronto, fica tudo bom (MARIA DO SOCORRO, 2014).

Para esta coordenadora do Tocantins, onde a Lei Estadual do Babaçu Livre já foi aprovada, hoje uma das principais lutas do MIQCB naquela regional é pela certificação dos produtos comercializados pela CIMQCB.

Maria Regina, da regional do Pará, espera o crescimento do movimento mas não o idealiza nem deseja este trabalho para os seus filhos. Acrescenta ainda que “[...] *as pessoas que continua carregando esse movimento, essas pessoas vem numa idade muito avançada*”, mas ao mesmo tempo destaca que ela não quer para os filhos e filhas o mesmo destino que o dela – o de quebradeira de coco:

Porque eu sou uma mãe e tu é outra, tu não quer formar uma filha pra quebradeira de coco, isso tá na cara. Minha filha vai ser uma quebradeira de coco, não! Mais fácil tu querer formar ela pra trabalhar com as quebradeiras de coco, mas quebrar coco, não! (MARIA REGINA, 2014).

Não por coincidência, Maria Regina foi à única entrevistada que demonstrou aceitação ao processo de mecanização, a inserção de máquinas para realização do trabalho da quebra de coco, pois ela acredita que essa é uma forma de atrair os jovens para o movimento. Nas suas palavras: “[...] *a gente tá mecanizando, cada dia que passa a gente tá achando máquina mecanizada pra trabalhar com isso*”. Ela acredita que outras propostas dentro do MIQCB possam atrair os jovens filhos das quebradeiras: “[...] *pode ser que o jovem, nessas áreas, [tenham] outros projetos pra trabalhar, sem ser só o coco babaçu, ele como filho de quebradeira, mas trabalhando em outras coisas*”. Esse é o caso de um novo projeto desenvolvido dentro da regional do Pará, como nos foi dito pela própria Maria Regina: “[...] *nós temos mesmo um projeto que levamos agora dentro da associação das quebradeiras de coco pra jovem criar peixe, fazer horta, aí já é outra coisa, já é outro ramo*”. Mas, trabalhar com a quebra do coco ela não acredita:

Meus filhos hoje já é tudo formado no primeiro e segundo grau e todo mundo trabalha, todo mundo tem uma profissão. Então, meus filhos não vão, eles acham bonito porque eu vou, eles me levam e traz, vão me buscar de moto, me acompanham em reuniões, ir pro mato e ajuntar o coco e quebrar mais eu não! (MARIA REGINA, 2014).

Vemos pela sua fala que ela não idealiza a atividade da quebra do coco num processo manual (como é realizada atualmente) para suas filhas e filhos e/ou para os jovens da comunidade. Acredita que o futuro do movimento depende da mecanização do trabalho e da

participação na defesa e valorização de outras atividades agrícolas, pois só assim conseguirá atrair os jovens filhos e filhas de quebradeiras de coco.

Percebemos que as expectativas para o movimento variam de liderança para liderança, apesar de todas quererem o melhor para o movimento no futuro. As mulheres entrevistadas se mostraram fortes e independentes, o que nos leva a crer que sua participação no movimento contribuiu para o processo de empoderamento. Deixaram de ser submissas ao marido, a figura masculina. Passaram a acreditar em seus trabalhos e fizeram deles uma fonte de renda independente, refutando a ideia de que o trabalho da quebradeira de coco é um trabalho para complementar a renda familiar, para complementar o trabalho do homem.

Com relação à comunicação, ao papel das TIC no movimento e a preservação da documentação, as entrevistadas estão cientes e agindo para o aprimoramento e preservação destas. A comunicação se apresenta como um ponto forte na fala de todas, inclusive, reconhecem sua importância e trabalham para o seu fortalecimento. Reconhecem ainda que as TIC contribuíram para melhorar o processo de articulação e crescimento do movimento. As mulheres entrevistadas se reconhecem como sujeitos de direitos com uma profissão digna de respeito como outra qualquer. Ressaltam as conquistas (legalização, aprovação da Lei do Babaçu Livre, inserção no mercado comercial, entre outras) e perspectivas do movimento para o futuro (crescimento, certificação dos produtos, aprovação da lei do babaçu livre em nível federal, etc.).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo estudar o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), com foco na questão da informação e em questões relacionadas à participação das mulheres neste tipo de movimento social. Para tal, fizemos inicialmente um levantamento de dados históricos e atuais do MIQCB, bem como de parte da literatura acadêmica existente sobre o movimento. Após um período inicial de observação do campo, em conversas informais com algumas mulheres que participam do MIQCB, decidimos buscar conhecer melhor essas mulheres e as questões informacionais e comunicacionais envolvidas no movimento. Optamos por um estudo que abarcasse mulheres em postos de liderança dentro do movimento, mulheres responsáveis pela comunicação, troca de informação e mobilização do grupo, por selecionar e organizar as atividades e a documentação que irão contar a história do grupo.

Entrevistas semiestruturadas foram elaboradas visando obter dados sobre as cinco coordenadoras do movimento: as duas representantes do Maranhão, uma das quais é a coordenadora geral do movimento, e as representantes das regionais do Pará, Piauí e Tocantins. Essas cinco lideranças foram entrevistadas no mês de setembro de 2014, em entrevistas gravadas que tiveram a duração média de 40 minutos cada.

Os dados revelaram que essas cinco mulheres quebradeiras de coco babaçu têm longa trajetória de luta pelo reconhecimento da profissão, autonomia, empoderamento e preservação dos babaçuais (entre outras tantas lutas travadas em anos de história de participação no movimento). Elas têm idades entre 44 e 63 anos e estão no movimento entre 10 e 23 anos. Lideranças com história de vidas semelhantes e com muitas informações a transmitir de suas participações no MIQCB.

As mulheres entrevistadas se mostraram fortes e independentes, o que nos leva a crer que suas participações no movimento contribuíram para que elas se empoderassem, bem como alterassem seus papéis sociais no âmbito familiar e societal. Vale frisar que estas mulheres atuam numa região (área rural do Norte/Nordeste) onde a assimetria de poder nas relações de gênero são fortes. Temos então que a participação no MIQCB foi fundamental para a superação da condição de submissão frente ao marido, a figura masculina. Elas passaram a acreditar em seus trabalhos e fizeram deles uma fonte de renda própria, refutando a ideia de que o trabalho da quebradeira de coco é um trabalho para complementar a renda familiar, ou seja, um complemento ao trabalho do homem. Em outras palavras, os depoimentos revelam que as mulheres sentem-se fortalecidas com sua participação no

movimento, que seus trabalhos são reconhecidos e valorizados dentro do contexto social e político em que estão inseridas. As entrevistadas se reconhecem como sujeitos de direito, com uma profissão digna de respeito como outra qualquer, e ressaltam as suas conquistas (legalização, aprovação da Lei do Babaçu Livre, inserção no mercado comercial, entre outras) e perspectivas do movimento para o futuro.

A comunicação se apresenta como um ponto forte na fala das entrevistadas; todas reconhecem sua importância e trabalham pelo seu fortalecimento. Observamos que a troca de informações sobre assuntos diversos, que envolvem de forma direta e indireta o MIQCB, é forte e que os meios de comunicação, principalmente o celular, são de extrema importância para comunicação e troca de informações, além de contribuir para a articulação e fortalecimento do grupo. Nesse sentido, constatamos ainda, que há preocupação em preservar as informações e documentações relativas ao saber tradicional das quebradeiras.

Reconhecem ainda que as TIC contribuíram para melhorar o processo de articulação e crescimento do movimento. Com relação à chegada do celular no universo das quebradeiras de coco babaçu, elas consideram que esta tecnologia melhorou bastante o processo de comunicação entre os membros do MIQCB. Chamam nossa atenção sobre como era difícil os tempos antes do celular e sobre o processo de evolução após sua chegada. Em tempos passados os recados e bilhetes demoravam dias para chegar a seus destinos e isso se configurava um transtorno; após a chegada do celular não só a comunicação melhorou como elas já usam o recurso tecnológico para finalidades como, por exemplo, registrar por meio de fotos os momentos em que estão em trabalhos de quebra coletiva. Além da evolução com o uso do celular, vale ressaltar a fala de uma das entrevistadas quanto à evolução no meio de transporte utilizado pelas quebradeiras. Em tempos passados dispunham apenas de um jumento para percorrer as áreas de babaçuais, mas hoje muitas já possuem uma moto como meio de transporte.

Através das entrevistas constatamos que a legalização do movimento, a aprovação da Lei Babaçu Livre – no estado do Tocantins e em alguns municípios que fazem parte do MIQCB – e a inserção dos produtos derivados da palmeira de babaçu no mercado comercial marcaram significativamente a história do movimento. Observamos ainda que as possibilidades de interlocução entre o movimento organizado de mulheres, sociedade civil e o governo federal, por meio de projetos e conselhos é forte, fazendo ressalva para a falta de comunicação com os governos estaduais.

Constatamos ainda que o MIQCB dá importância à organização e preservação de sua documentação. Tudo que é gerado tem cópia armazenada no arquivo, desde o seu

primeiro documento, que foi a ata de reunião para criação do MIQCB. Segundo as entrevistadas, o arquivo do movimento é sempre muito requisitado pelos pesquisadores que se interessam pela história de criação e desenvolvimento do movimento.

Percebemos também que as expectativas para o movimento variam de liderança para liderança. Como em relação ao modelo de trabalho tradicional (a quebra do coco com machado e porrete), por exemplo – algumas quebradeiras defendem a continuidade desse modelo enquanto outras defendem a necessidade de inserção de maquinários modernos, seja para tornar o trabalho mais apazível (acreditando, inclusive, que assim o trabalho seria mais atraente para os jovens), seja para facilitar na extração do mesocarpo, o que seria uma forma de complemento ao trabalho de muitas quebradeiras.

Ressaltamos, por fim, que tivemos limitações para desenvolvêr a pesquisa. A falta de tempo (no que diz respeito ao curto tempo que tivemos para desenvolver a pesquisa de campo) e as falhas na comunicação (com relação às dificuldades encontradas para estabelecer contato por e-mail e telefone para agendar as entrevistas) são alguns dos pontos que merecem destaque como entraves para a realização desse estudo, e que se configurou como ponto negativo. Como ponto positivo, destacamos a receptividade e a disposição das entrevistadas em colaborar com a pesquisa.

Acreditamos que o estudo apresenta relevância para área da Ciência da Informação pelas questões abordadas e pelos resultados obtidos. Acreditamos ainda que esse estudo não se encerra aqui, que estudar esta temática é instigante e deve ser retomada por vários outros trabalhos, pois trata-se de uma experiência exemplar, que pode em muito contribuir para a mudança e o fortalecimento dos papéis femininos na família e na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

ACTIONAID. Disponível em: <<http://www.actionaid.org.br/>>. Acesso em 28 de nov. de 2014.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Quebradeiras de coco babaçu: identidade e mobilização. **III Encontro Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu**. São Luís, 1995.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (Org.). **Economia do babaçu**: levantamento preliminar de dados. São Luis: MIQCB/Balaio Typografia, 2001.

ALMEIDA, Mário de Souza. Elaboração de projetos, TCC, dissertação e tese: uma abordagem simples, prática e objetiva. São Paulo: Atlas, 2011.

ALBAGLI, Sarita; MACIEL, Maria Lucia. Informação, poder e política: a partir do Sul, para além do Sul. In:_____. **Informação, conhecimento e poder**: mudança tecnológica e inovação social. Maria Lucia Maciel e Sarita Albagli (Org.). Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **Nordestino: invenção do “falo”**: uma história do gênero masculino (1920-1940). São Paulo: Intermeios, 2013.

ANDRADE, Maristela de Paula. Conflitos agrários e memória de mulheres camponesas. **Revista de Estudos Feministas**, maio/ago. Florianópolis, 2007.

ANTUNES, Marta. As guardiãs da floresta do babaçu e o tortuoso caminho do empoderamento. In:_____. NEAD Especial. **Margarida Alves**: coletânea sobre estudos rurais e gênero. Ellen F. Woortmann, Renata Menache, Beatriz Heredia (organizadoras). Brasília: MDA, 2006.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. **Mulheres do babaçu**: gênero, maternalismo e movimentos sociais no Maranhão. 2013. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

_____. **Na terra das palmeiras**: gênero, trabalho e identidades no universo de quebradeiras de coco babaçu no Maranhão. 2007. Dissertação (Mestrado em Estudos Étnicos e Africanos) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007a.

_____. “Sou quebradeira eu sou! Quebrando coco eu vou!”: movimento social, gênero e identidades. **II SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTO SOCIAIS PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA**. Florianópolis, 2007.

_____. Na quebra do coco babaçu: gênero, família e trabalho. **Ciências Humanas em Revista**. v. 3, n. 2. São Luis, 2005.

_____. Mulheres rurais e lutas sociais no Brasil e na África do Sul. **MUJIMBO – Revista de Estudos Étnicos e Africanos**. v. 2, 2011.

_____. Vivências rurais, narrativas múltiplas: memórias e lutas sociais em terras maranhenses. **XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH**. São Paulo, 2011.

_____. Na “Rainbow Nation”: mudanças legislativas e reforma da terra. **Boletim Tempo Presente (UFRJ)**, v. 1, 2013.

_____. Histórias de trabalhadores rurais no Maranhão: gênero, identidades e mobilização. **XIX ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA**. São Paulo, 2008.

BARBOSA, Viviane de Oliveira. A caminho dos babaçuais: gênero e imaginário no cotidiano de trabalhadores rurais no Maranhão. In:_____. NEAD Especial. **Margarida Alves: coletânea sobre estudos rurais e gênero**. Ellen F. Woortmann, Renata Menache, Beatriz Heredia (organizadoras). Brasília: MDA, 2006.

BOURDIEU, Pierre. O capital social – notas provisórias. In:____ **Escritos de Educação**. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (Org.), 13 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. Cap. 3.

_____. Os três estados do capital cultural. In:____ **Escritos de Educação**. Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani (Org.), 13 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. Cap. 4.

BOSETTI, Cleber José. Movimento das Mulheres Camponesas: identidade, inclusão e projeto político. **Anais. III SEMINÁRIO NACIONAL E I SEMINÁRIO INTERNACIONAL: Movimentos Sociais, Participação e Democracia**. Florianópolis, 2010.

BRUMER, Anita; PAULILO, Maria Ignez S. As agricultoras do Sul do Brasil. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, 2001.

BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos**: planejamento e clientelismo no Nordeste. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. Retrato da repressão política no campo: Brasil 1962-1985 – camponeses torturados, mortos e desaparecidos. Brasília: MDA, 2011.

CORDEIRO, Rosineide de L. M.; SCOTT, Russel Parry. Mulheres em áreas rurais nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. **Revista de Estudos Feministas**, maio./ago. Florianópolis, 2007.

Cooperativa Interestadual das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu: catálogo de produtos. São Luís: MIQCB, 2012.

CRUZ, Tereza Almeida. Mulheres da floresta do Vale do Guaporé e suas interações com o meio ambiente. **Revista de Estudos Feministas**, set./dez. Florianópolis, 2010.

D'ARAUJO, Maria Celina Soares. **Capital social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

DEERE, Carmen Diana. Os direitos da mulher a terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Revista de Estudos Feministas**, jan./abr. Florianópolis, 2004.

FARIA, Nalu. Desafios para a construção da autonomia econômica para as mulheres. In: _____. **Autonomia econômica e empoderamento da mulher**: textos acadêmicos. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

FREITAS, Rosana de Carvalho Martinelli. A construção de uma agenda para as questões de gênero, desastres socioambientais e desenvolvimento. **Revista de Estudos Feministas**, set./dez. Florianópolis, 2010.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: GASKELL, George; **BAUER, Martin (Editores)**. **Pesquisa qualitativa com texto**: imagem e som: um manual prático. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro; São Paulo: Editora Record, 2007.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ. Informação, conhecimento poder: do ponto de vista das relações entre política, economia e linguagem. In: _____. **Informação, conhecimento e poder**:

mudança tecnológica e inovação social. Maria Lucia Maciel e Sarita Albagli (Org.). Rio de Janeiro: Garamond, 2011.

JUNQUEIRA, Luciano Antonio Prates; TREZ, Alberto Paschoal. Capital social e a sobrevivência das cooperativas de trabalho. **RAP**, mar./abr. Rio de Janeiro, 2005.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 1999.

LISBOA, Teresa Kleba; LUSA, Mailiz Garibotti. Desenvolvimento sustentável com perspectiva de gênero – Brasil, México e Cuba: mulheres protagonistas no meio rural. **Revista de Estudos Feministas**, set./dez. Florianópolis, 2010.

LIMA, Terezinha Moreira; HIRATA, Helena; NOGUEIRA, Claudia Mazzei; GOMES, Vera Lúcia Batista. Trabalho, gênero e a questão do desenvolvimento. **III JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS**. São Luís: UFMA, 2007.

LOGAN, Robert K. **Que é informação?:** A propagação da informação na biosfera, na simbolosfera, na tecnosfera. Tradução de Adriana Braga. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

MELO, Hildete Pereira de; SABBATO, Alberto Di. Divisão sexual do trabalho e pobreza. In: _____ **Autonomia econômica e empoderamento da mulher:** textos acadêmicos. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu. São Luís: MIQCB, 2012.

NAHUZ, Cecília dos Santos; FERREIRA, Lusimar Silva. **Manual para normalização de monografias**. São Luís: Visionária, 2007.

NEVES, Magda de Almeida. Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho: precarização e discriminação salarial. In: _____ **Autonomia econômica e empoderamento da mulher:** textos acadêmicos. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

OLINTO, Gilda; OLIVEIRA, Zuleika Lopes Cavalcante de. **A inserção no trabalho segundo a condição na família:** dados da PNAD 2001 para o Brasil urbano.

_____. **Gênero e trabalho precário no Brasil**. Niterói, v. 5, n. 1, 2004.

_____. Gênero e trabalho precário no Brasil urbano: perspectivas de mudança. **XIV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS**. Caxambú-MG, Brasil, de 20 a 24 de setembro de 2004.

OLINTO, Gilda; MEDEIROS, Ana Ligia Silva. **Capital Social e biblioteca pública**. Rio de Janeiro, 2013 (publicação no prelo).

OLIVEIRA, Rosiska Darcy. Memórias do Planeta Fêmea. **Revista de Estudos Feministas**, n. 0, v. 0, Florianópolis, 1992.

PAULILO, Maria Ignez S. Intelectuais & Militantes e as possibilidades de diálogo. **Revista de Estudos Feministas**, set./dez. Florianópolis, 2010.

PAULILO, Maria Ignez; SILVA, Cristiani Bereta Da. A luta das mulheres agricultoras: entrevista com Dona Adélia Schmitz. **Revista de Estudos Feministas**, maio/ago. Florianópolis, 2007.

Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Maria Cecília de Souza Minayo, Suely Ferreira Deslandes, Romeu Gomes (Org.). Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

SALES, Celecina de Maria Veras. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Revista de Estudos Feministas**, maio/ago. Florianópolis, 2007.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; LAGO, Mara Coelho de Souza; WOLF, Cristina Scheibe. **“Mulheres agricultoras” e “Mulheres camponesas”**: lutas de gênero, identidades políticas e subjetividades. 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho. Educação no campo, mulheres e movimentos sociais: espaços de vida, ensinamentos para a transformação social brasileira. (resenha do livro “Educação, relações de gênero e movimentos sociais: um diálogo necessário” de Alzira Salete Menegat, Losandro Antonio Tedeschi e Marisa de Fátima Lomba de Farias (Org.). Dourados: UFGD, 2009.). **Revista de Estudos Feministas**, maio./ago. Florianópolis, 2011.

SOARES, Vera. Mulher, autonomia e trabalho. In:_____ **Autonomia econômica e empoderamento da mulher: textos acadêmicos**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do cerrado: o caso da região sul do Maranhão. **Revista NERA**, jul./dez. Presidente Prudente, 2008.

SOLER, Marcia Paisano; VITAL, Alfredo de Almeida; MUTO, Eric Folio. Tecnologia de quebra de coco babaçu (*Orbignya Speciosa*). **Ciênc. Tecnol. Aliment.**, out./dez. Campinas, 2007.

SHIRAISHI NETO, Joaquim. “Crise” nos padrões jurídicos tradicionais: o direito em face dos grupos sociais portadores de identidade coletiva. **Anais. XIV CONGRESSO NACIONAL DE PESQUISA EM PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**. Fortaleza, 2005.

TORNQUIST, Carmem Susana; LISBOA, Teresa Kleba; MONTYSUMA, Marcos Freire. Mulheres e meio ambiente. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, set./dez., 2010.

Unidades de conservação no Brasil. **Resex da Mata Grande**. Disponível em: <<http://uc.socioambiental.org/uc/4467>>. Acesso em: 07 de novembro de 2014.

Unidades de conservação no Brasil. **Resex do Ciriaco**. Disponível em: <<http://uc.socioambiental.org/uc/2178>>. Acesso em: 07 de novembro de 2014.

Unidades de conservação no Brasil. **Resex Quilombo do Frechal**. Disponível em: <<http://uc.socioambiental.org/uc/5140>>. Acesso em: 07 de novembro de 2014.

VASCONCELOS, Naumi A. de. Ecos Femininos na ECO 92. **Revista de Estudos Feministas**, n. 0, v. 0, Florianópolis, 1992.

VELOSO, Renato. **Tecnologia da informação e da comunicação**: desafios e perspectivas. São Paulo: Saraiva, 2011.

APÊNDICE

APÊNDICE

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Algumas informações sobre a pesquisa

Meu nome é Leididaina Araújo e Silva. Faço mestrado em Ciência da Informação, no IBICT/UFRJ, sob orientação da Prof.^a Gilda Olinto. O tema da minha Dissertação é o Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB). Quero conhecer aspectos da participação das mulheres e questões informacionais relativas ao movimento através das opiniões das coordenadoras da sede e das regionais/lideranças. Interessei-me pelo tema porque sou do Maranhão, nasci no meio rural e minha mãe foi quebradeira de coco. As informações prestadas são para enriquecer o meu trabalho. Enviaremos os textos e os artigos elaborados a partir das informações coletadas nas entrevistas. Pedimos permissão para gravar.

ENTREVISTA

Sobre o MIQCB e as mulheres

- Em sua opinião, por que o MIQCB é ou se tornou um movimento de mulheres?
- Em sua opinião, por que a quebra do coco, um trabalho tão pesado, é feita por mulheres?
- Trabalho da quebradeira é visto como complementar ao trabalho do homem?
- Os homens têm ou tiveram papel importante no movimento?
- Em sua opinião quais foram as principais conquistas do MIQCB?

Sobre o MIQCB: informação, comunicação e documentação

- O que é feito no movimento para garantir a preservação da informação sobre o trabalho da quebradeira?
- E o que é feito para garantir a preservação da informação sobre os produtos da quebra do coco?
- Houve mudanças no MIQCB com o uso do celular? Quais?
E com a internet? Quais?
E redes sociais? Quais?
Em sua opinião, essas tecnologias podem trazer novas contribuições para o movimento? Quais?
- Como você se comunica com as trabalhadoras da sua regional?
Que informações são tratadas nessa comunicação?
Usa celular e/ou internet para se comunicar com os membros do movimento?
- Como é sua comunicação com a sede e as outras regionais?
- Considerando a sua comunicação sobre assuntos do MIQCB – dentro e fora da sua regional – quais são as 3 pessoas com quem você se comunica mais frequentemente?
- Com que instituições parceiras e apoiadoras do movimento você mantém contato frequentemente? Sobre que temas?

- A regional se comunica diretamente com o governo? Sobre que temas? Com que frequência?
- Como a regional gera e mantém a sua documentação?
- Com que tipo de documento a regional lida?
- Quem organiza essa documentação?
- O tipo de aproveitamento do coco varia conforme local? Por que?
- Há alguma tendência de predominância de algum produto a longo prazo?
- O que você espera do movimento no futuro?

Caracterização da regional ou sede e atividades das coordenadoras/lideranças

- Quantos municípios estão envolvidos na sua regional?
- Aproximadamente quantas mulheres participam? E há homens? Quantos?
- E aproximadamente quantas quebradeiras desses municípios **não** participam do movimento?
- Quantas pessoas trabalham na sede da regional? Quais as suas funções?
- Que atividades são desenvolvidas na sede da regional?
- Qual é o papel da coordenadora/liderança de uma regional?
- Como são escolhidas as coordenadoras?
Elas têm que ter trabalhado na quebra do coco?
A função da coordenadora permite continuar quebrando coco?

A vivência pessoal

- Há quanto tempo você está no movimento?
- Como foi a sua entrada no movimento?
- Qual o impacto da sua participação no movimento para a sua vida pessoal?
- Houve problemas na sua relação com o seu companheiro? Quais?
- A participação no movimento afetou a visão que você tem do seu trabalho?

Dados pessoais

1. Nome da entrevistada
2. Ano de nascimento
3. Naturalidade
4. Escolaridade
5. Casada ou tem companheiro
6. Tem filhos? Quantos?

Solicitar das coordenadoras que mostre a você ou a oriente como obter as seguintes informações:

Publicações disponíveis na regional
Projetos em andamento
Documentação em geral